

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO

REGIANE SANTOS FLAUZINO DE OLIVEIRA

Vivência em uma vila operária: um estudo sobre o habitar, o ser e o pertencer

Tese a ser apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo na defesa como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação Psicologia Social e do Trabalho

Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Linha de Pesquisa: Psicologia Social dos Fenômenos Histórico-Culturais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Patrício Ribeiro

São Paulo

2020

REGIANE SANTOS FLAUZINO DE OLIVEIRA

Vivência em uma vila operária: um estudo sobre o habitar, o ser e o pertencer

Versão corrigida

Tese a ser apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo na defesa como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação Psicologia Social e do Trabalho

Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Patrício
Ribeiro

São Paulo

2020

<Autorização para reprodução e Ficha catalográfica>

Tese de autoria de Regiane Santos Flauzino de Oliveira, sob o título "**Vivência em uma vila operária: um estudo sobre o habitar, o ser e o pertencer**", apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e do Trabalho aprovada em ____ de _____ de _____ pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Patrício Ribeiro
Instituição: Universidade de São Paulo
Presidente

Prof^a. Dr^a. Eda Terezinha de Oliveira Tassara
Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Esdras Guerreiro Vasconcellos
Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Gilberto Safra
Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Vladimir Bartalini
Instituição: Universidade de São Paulo

Dr. Rinaldo Miorim
Instituição: Secretaria Municipal de Saúde / Prefeitura de Osasco – SP

Aos meus pais.

Dos agradecimentos

O escutar do pesquisador-sujeito atravessa as fronteiras dos sentidos da audição. Ele representa um retorno dos fatos vividos no presente. Isto no que se refere à história e à memória. Sem dúvida, testemunhar fatos da vida e descrevê-los, desvelando o que era ambíguo, é, certamente uma das maiores honras para um ser humano. Isto se dá desde o saber popular, quando uma mãe descobre que o timbre de sua voz leva o filho ao sono, ao pesquisador, que em sua sistemática laboratorial, sintetiza um novo elemento para a tabela periódica. Para o pesquisador das ciências humanas, o desafio é ainda maior. Tendo que entregar-se como laboratório, deverá ele estar em comunidade de destino com os sujeitos de pesquisa, para dali extrair o elementar, encoberto por camadas sobrepostas pela sucessão dos anos, do desenvolvimento e/ou extinção das culturas e de sua incidência no individual, que é próprio do psicossocial. É maravilhoso para um pesquisador realizar a conexão entre o passado e o presente, dando a ele um excedente de sentido. Não foram poucas as vezes em que me emocionei pela possibilidade de escrever tais fatos, costurando o meu testemunho, as narrativas dos co-cidadãos vilenses e descrevendo compreensões sobre o ser, o habitar e o pertencer no lugar de vida. Igualmente emocionante foi ouvir os mestres que me orientaram nesse percurso: sendo luz, iluminaram novos caminhos; como médicos, curaram a cegueira. Espetaculares foram seus discursos; libertos da retórica e da atração midiática, sua busca correspondia à de um afetado pela Verdade. Dessa forma, ouvia, e, afetada, pude contemplar um espetáculo, tal qual a natureza: o horizonte do mar, o mistério dos picos das montanhas e a abissal queda das cataratas do Iguazu, a qual me recordou o mistério da vida e da morte quando a contemplei pela primeira vez. Tudo isso é próprio da psicossociologia: o estudo da fronteira. O significar da fronteira entre o sujeito e o lugar; entre o sujeito e as coisas do lugar; entre o sujeito e os fenômenos sociais com o lugar. A fronteira é a dúvida, a indefinição, aquilo que apenas se sente e diante do qual encontramos-nos mudos e estáticos. E esta é a razão de todos os meus agradecimentos: a possibilidade que me foi dada de estar na região da fronteira: lugar pelo qual se passa pela angústia de um não saber e se sai iluminado pela definição de um caminho. Mas, nem sempre chegamos a tal lugar com nosso próprio mapa. Isto porque há aqueles sujeitos que encontramos pelo caminho e que, por sua gentileza, aparentemente ordinária, abrem as portas do destino para outro sujeito desconhecido. Tendo expirado o prazo para inscrição no Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho (PST) na USP, já havia desistido dos estudos naquele ano corrente. Gentilmente, em uma ligação que

fiz, Rosângela Sigaki, uma das secretárias do PST, me informou sobre a existência dos alunos especiais. Foi quando olhei a grade de disciplinas e me interessei pela disciplina ministrada pela professora Sandra Maria Patrício Ribeiro – Mitopoética da cidade: Elementos para análise na fronteira entre a Psicologia Social, a História e a Poética. Por essa razão, meus sinceros agradecimentos à Rosângela, pela gentileza com que me apontou novos horizontes, e à professora Sandra, que me acolheu neste doutorado. Ciente de sua vocação como orientadora, permitiu-me caminhar, alertando-me com sabedoria sobre os obstáculos. Orientar certamente não é uma tarefa simplificada; é preciso conhecer o orientando e perceber suas intenções de pesquisa e, em poucas palavras ouvidas, compreender se está tomando uma direção adequada para o trabalho. Disso pude experimentar: da percepção que a professora Sandra teve sobre meu trajeto de pesquisa. Ainda que acompanhado pelo orientador, a semelhança de um eremita, o caminho do pesquisador deverá ser solitário e silencioso. Assim é possível escrever. Regada de admiração por luminares como a professora emérita Eda Terezinha de Oliveira Tassara, o professor Gilberto Safra, e a saudosa professora emérita Ecléa Bosi, voltava para casa, em Minas, mergulhada em suas palavras, conceitos e significados. Comungando da beleza do trajeto, os conceitos desciam da razão ao coração, tal qual o orvalho que cai na terra. Sim, era necessário deixar-me afetar pelos conceitos; caso contrário, não seria possível entender o humano. Ao chegar em casa, sempre edificada, era recepcionada por pessoas que me apoiaram: meus familiares, pelos quais dedico um profundo agradecimento, pela base que me possibilitou ir e vir. Ao meu esposo Carlos, suporte e companheiro com o qual pude compartilhar deste caminho em nossas inúmeras conversas. Ao longo deste doutorado tive três filhos, que me permitiram um amadurecimento maior. Certamente as preocupações foram motivos de lançar mão de estratégias para galgar tempo. Meus filhos me auxiliaram na escrita na medida em que foram impulso para maior concentração no trabalho, no tempo disponível, e inspiração, por significarem o mistério da Criação em minha vida. Fui um lugar para o Rafael, durante o ano de 2016, um lugar para o Daniel, em 2019 e agora, um lugar para o Samuel, com 7 meses de gestação. O que faz dentro de mim, a não ser desfrutar deste lugar?! Isto é uma honra. Agradeço a este meu filho, por estar aqui, agora, dentro de mim e por aqueles que, de uma forma ou de outra permanecerão em minha memória pelo bem que fizeram.

“Pois descobri uma grande verdade: que os homens são habitantes, e que o sentido das coisas muda para eles segundo o sentido da casa.”(Antoine de Saint-Exupéry)

Resumo

OLIVEIRA, Regiane Santos Flauzino. Vivência em uma vila operária: um estudo sobre o ser, o habitar e o pertencer. 2020. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Este trabalho busca, através de uma abordagem compreensiva, uma visada sobre a relação entre o sujeito e o lugar de vida. Leva-se em consideração a vivência em vila operária e a interposição da empresa como substância que penetra as estruturas da vida privada. A vila, neste caso, é lugar de permanência (trabalho, moradia e vida comunitária) e de passagem (as casas são propriedade da empresa e os funcionários devem deixá-las no desligamento). Essa dinâmica de permanência e passagem suscitou um estudo de mestrado que buscou compreender os impactos referentes à identidade do indivíduo por ocasião da aposentadoria. As narrativas do grupo de sujeitos estudados apresentaram novos caminhos de pesquisa. Um deles se refere à relação entre as experiências de vida e o lugar de existência, o qual apresentou certo estado de suspensão em relação ao seu local de vida. O texto, narrado em primeira voz, explora a visão do pesquisador-sujeito, que procura através de sua história de vida e das narrativas orais dos depoentes, descrever as dimensões física-estética, social, subjetiva e existencial do lugar. Essa descrição busca dar visibilidade a uma organização de espaço e de existência em que se entraria em um campo de ilusão, e que configura o lugar como esquecimento.

Palavras-chave: Vila Operária. Ethos. Subjetividade.

Abstract

OLIVEIRA, Regiane Santos Flauzino. Living in a workers' village: a study on being, dwelling and belonging. 2020. 210 p. Thesis (Social and Work Psychology Philosophy Doctorate) – Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This work seeks, through a comprehensive approach, a view on the relationship between the subject and the place of life. It takes into account the experience in a workers' village and the interposition of the company as a substance that penetrates the structures of private life. The village, in this case, is a place of permanence (work, housing and community life) and of passage (the houses are the property of the company and the employees must leave them at the termination). This dynamic of permanence and passage gave rise to a master's study that understood the impacts related to the individual's identity at the time of retirement. The narratives of the group of subjects studied presented new research paths. One of them refers to the relationship between life experiences and the place of existence, which presented a certain state of suspension in relation to its place of life. The text, written in first voice, explores the view of the researcher-subject, who seeks through his life story and the oral narratives of the interviewees, to describe the physical-aesthetic, social, subjective and existential dimensions of the place. This description seeks to give visibility to the organization of space and existence in which one would enter a field of illusion, which configures the place as oblivion.

Keywords: Workers village. Ethos. Subjectivity.

Lista de abreviaturas e siglas

CNAAA	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica – Rio Grande do Sul
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNEN	Comissão Nacional de Engenharia Nuclear
EEAAA	Escola Estadual Almirante Álvaro Alberto
FETAG/RJ de Janeiro	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio
NUCLEN	Nuclebrás Engenharia S/A

Sumário

1	Da Introdução.....	13
2	Do delineamento deste estudo	16
3	Diário de bordo.....	25
	<i>De volta à vila</i>	<i>30</i>
4	Reconhecendo Furnas.....	41
	<i>Sobre a energia nuclear em Furnas.....</i>	<i>59</i>
	<i>Descendo ao canteiro de obras.....</i>	<i>66</i>
5	O lugar	79
	<i>Da dimensão físico-estética</i>	<i>79</i>
	<i>Da dimensão social.....</i>	<i>92</i>
6	A vida no lugar	108
	<i>Da dimensão subjetiva</i>	<i>108</i>
	<i>Da dimensão existencial.....</i>	<i>123</i>
7	Continuação do diário	144
	Considerações finais	148
	Referências	153
	Apêndice	156
	<i>Sobre as imagens do lugar.....</i>	<i>156</i>
	<i>Sobre a visita à Angra.....</i>	<i>157</i>
	<i>Sobre a segunda visita à Angra.....</i>	<i>166</i>
	Anexo	183

1 Da Introdução

Este trabalho parte de uma experiência autoral com o lugar. Esta experiência é dinâmica no que se refere ao meu trato com o objeto desta pesquisa. A expressão “dinâmica” representa a minha implicação com o trabalho e pressupõe o movimento que tive de fazer em direção ao passado e a mudança de postura em relação ao meu papel como pesquisadora. Isto porque este trabalho emanou, em primeiro lugar, da voz dos depoentes no mestrado, mas, posteriormente, constatei que estava no mesmo barco, ora comungando da beleza, ora sentindo as agruras da viagem. E isto representou para mim uma grande surpresa. Foi o momento em que me dei conta de que sou pesquisadora-sujeito. Então, todas as perguntas para o sujeito de pesquisa se voltaram incisivas para mim. Eu também fui habitante de uma vila operária. Para ter condições de realizar o trabalho, tive de sair de uma espécie de inércia provocada pelo esquecimento do passado. E, para repaginar minha história de vida com o lugar, tive que me permitir evocar o passado e ressignificar o presente, tendo em conta a relação sujeito-lugar. E qual é a grande questão que me levou a tamanha esforço? Uma situação não explicitada que representava um verdadeiro enigma; um sentimento sem nome, porém, com direção: apontava para o lugar. Como se poderia morar em um lugar sem apegar-se a ele? Se não se apegar, em que lugar o sujeito se encontra? Acaso estaria suspenso? No que se refere ao apego, neste caso, me refiro ao sentimento de repouso experimentado pelo sujeito em relação com seu lugar de vida, sentimento indicativo de uma confiança e uma reciprocidade. O sujeito está com o lugar e o lugar está com ele. Esta afirmação apresenta uma relação intersubjetiva ou dialógica com o lugar. O sujeito dialoga, por meio de suas respostas, com a dimensão imaterial que perpassa e, de certo modo, modula a apreensão da constituição material do lugar. Desta forma, há a comunhão e sentido; do contrário há a fratura e a suspensão. Então, foi possível nomear o enigma e inferir que a relação de confiança entre sujeito-lugar é um fundamento basilar para o *ethos* humano. Esta relação é constituída a partir das dimensões

físico-estética, social, subjetiva e existencial e comunicam sentido para o sujeito. Para contornar tal enigma, foi necessário descrever tais dimensões supracitadas, contidas em um lugar singular: as vilas operárias da Usina Nuclear Almirante Álvaro Alberto, a qual não poderia mencionar sem ser tomada pela emoção. E esta é uma grande pista de pesquisa: da atração sujeito e lugar de vida. Nesta descrição foi destacada, no capítulo 5, a objetividade presente no lugar, através das dimensões físico-estética e social. A empresa é uma matriz que projeta o espaço e as relações sociais. A racionalização, própria de uma organização do trabalho, faz sombra sobre a infraestrutura habitacional das vilas. Mora-se em uma topologia departamentalizada conforme a hierarquia da empresa. O lugar social também é regido pelo organograma da companhia. No âmbito da vila, sabe-se quem se é pela função ocupada na usina. No capítulo 6 são destacados desdobramentos do capítulo 5, como as direções na maneira pela qual a subjetividade vai se constituir no lugar e que compõe a dimensão subjetiva. Neste capítulo trata-se também da dimensão existencial, pela qual se sublinha a interrogação de pesquisa: estado de suspensão. Neste aspecto, tematiza-se uma compreensão de lugar como esquecimento: esquecimento existencial. Isto se justifica por uma organização de espaço de existência em que se entra no campo da ilusão. O movimento do sujeito em relação ao lugar de vida, tal como expressado em suas falas, é paradoxal: isto é meu, mas não é. Há uma razão objetiva para não apegar-se ao lugar: a aposentadoria, razão pela qual o sujeito se desliga factualmente de todas as dimensões supracitadas. O morador deixa o lugar de vida e toda a trama social, subjetiva e existencial que ele contém. Assim, as narrativas que os moradores fazem de suas vivências na vila revelam certo movimento de aproximação e afastamento em relação ao lugar, durante toda a vida ali transcorrida, como forma preventiva de superação da futura e inevitável ruptura com aquele lugar de vida. Ademais, vive-se o conflito em relação à figura da empresa, vista ora como mãe, o que proporciona o conforto do lugar confiável, ora como madrasta, que implica no avesso da confiança, no receio e na

insegurança. Para desenhar tal objeto de estudo, o trabalho explora, inicialmente, no capítulo 4, a história desta “mãe” que é Furnas, através da figura de seu fundador, John Cotrim e do desenrolar histórico que se dá em torno da política de energia nuclear até a fundação da usina. Em seguida, a história é revelada sob o olhar de moradores e de minha própria experiência com o lugar e a pergunta de pesquisa, marcada como suspensão. E, para iniciar esta caminhada, recordo-me das palavras do professor Gilberto Safra¹, a respeito de epistemologia, que explicava, ser o desenho metodológico, a razão pela qual um trabalho é validado. Isso significa, nas palavras de Safra, um caminho aberto à visibilidade dos pares, adequado ao tipo de objeto que se pretende tratar. A partir de então, no capítulo 2, senti a necessidade de deixar visível o que me motivou a chegar neste objeto de pesquisa e as subjacências ao processo de busca de respostas para aquilo que foi, para além de uma pesquisa, um verdadeiro mergulho no passado para encontrar tesouros.

¹ Disciplina ofertada pelo Programa de Psicologia Clínica (IP-USP) aos alunos de Pós-Graduação na USP. PSC5965-2/1; Epistemologias em Psicologia Clínica; início em 16/08/2017 e término em 26/09/2017, com carga horária de 60 horas/aula.

2 Do delineamento deste estudo

Cheguei à Universidade de São Paulo (USP) despretensiosamente. Hoje entendo os porquês. Tinha para mim questões sobre o lugar, mas essas questões estavam resolvidas no testemunho dos depoentes. Posteriormente, como supracitado, descobri que eu também era testemunha. Então me coloquei a caminho em busca de uma metodologia para publicar essas histórias de vida. Compartilhando essa necessidade com um amigo, ele me apresentou a História Oral e foi-me indicada a leitura dos livros da professora Ecléa Bosi; foi assim que conheci a USP. A forma como ela escreveu as *Lembranças de Velhos em Memórias e Sociedade* me encantou. Uma escrita palatável. Natural como a imagem de uma gota caindo de uma folha após uma tempestade. Esta expressão é cabível ao processo científico por significar todo trabalho tempestuoso que é a realização de uma pesquisa. Ao fim da tempestade se ouve os pássaros, o que significa a compreensão do objeto de pesquisa. Mas até a tempestade tem a sua beleza. Isto porque, ainda na procura de caminhos, é possível dar sentido às coisas. É o que observo sobre a metodologia da História Oral, utilizada nesta pesquisa: um processo dialógico que implica em ouvir o depoente, permitindo que ele naturalmente conte sua história. Como não me espantar diante da riqueza de um episódio narrado? O espanto é a admiração e a consequente apreensão de sentido; por isso é rico. Ouvir o depoente em uma experiência dialógica não me isentou de ter em mente questões a seguir. Sendo questões anteriores a esta pesquisa, a maioria dos tópicos procurava explorar os efeitos da saída do aposentado da vila. No entanto, era irresistível a todo aposentado contar sobre sua vida na vila. E para mim mais irresistível ainda, ouvir, contando vez ou outra meu testemunho. Era raro que eu os interrompesse. Apenas quando havia dúvida sobre termos desconhecidos, eu procurava esclarecimentos. As histórias eram longas e contadas com muita emoção. O diálogo não se dava tanto por uma conversa de bate e volta de questões, mas pela comunhão. E o que

isso significa? Um sorriso que lhes retornei, uma risada aos fatos engraçados e o silêncio frente o drama. Isto também é comunicação com o sujeito de pesquisa e, portanto, é dialógico. Não vi outro caminho mais apropriado para a realização deste trabalho, senão o da História Oral. Isto porque este processo não é mecânico, mas vivencial. O encontro com o depoente é pessoal, olha-se nos olhos e qualquer suspiro profundo, um sorriso ou um silêncio sepulcral é um rico material para análise. A História Oral permite ao pesquisador, sensível aos movimentos do ambiente, somar hipóteses ou compreender questões abertas. Refletindo sobre o que apreendi da leitura de Ecléa Bosi, a História Oral foi utilizada a fim de construir a “crônica do cotidiano” (BOSI, 2004, p.15). A História Oral permitiu-me acessar o que não está descrito nos documentos da instituição do trabalho, mas está gravado nas representações pelas quais descreve o depoente, seja através de fatos do dia a dia, seja através de metáforas. A exemplo de Bosi (2004), não se pretendeu, teorizar a respeito da história, mas colher da narrativa, a mentalidade do sujeito, capaz de localizar a memória com o lugar, bem como sua sensibilidade para descrever os processos subjetivos próprios da vida no lugar, com o foco tema, estado de suspensão, subjacente. A esse respeito, Bosi (2004, p.15) expressa que a História Oral “não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que hoje chamamos de a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades”. Por essa razão, privilegiou-se, na escolha dos depoentes, pessoas mais velhas e com maior tempo de vivência no lugar. Isto porque a memória de velhos é um mediador entre a geração hodierna e as testemunhas passadas, sendo, portanto, intermediário informal da cultura como afirma Bosi (2004). Desta forma, o desenho metodológico deste trabalho dependeu da recuperação da memória. A própria identidade dessa pesquisa afirmou-se no vínculo com o passado, tendo em vista que, conceitualmente, do “vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade” (BOSI, 2004, p.16). A temática do sujeito e seu vínculo com o lugar é caminho

que atravessa este trabalho. Portanto, esta caminhada para o passado, acompanhada da metodologia da História Oral, foi fundamental para observar essa relação sujeito e lugar.

As entrevistas utilizadas nesta pesquisa foram colhidas durante o mestrado e o presente estudo. Elas foram transcritas em seu estado “absoluto” e posteriormente textualizadas de forma a manter o mais possível a fidelidade ao seu “tom vital”. À saber as expressões “absoluto” e “tom vital” foram estabelecidas em Meihy e Holanda (2007, p.140 e p.142). Os autores supracitados nos apresentam essas duas expressões como parte do processo de transcrição absoluta, donde são colocadas as palavras em estado bruto, mantendo as perguntas e respostas, com erros semânticos bem como repetições (MEIHY e HOLANDA, 2007). Em seguida, em uma fase posterior, chamada de “textualização”, são eliminadas as perguntas, retirados os erros gramaticais bem como corrigido o peso semântico. O “tom vital”, na expressão de Meihy e Holanda² (2007, p.142) seria um recurso utilizado para requalificar a entrevista conforme sua essência.

O material oral é composto das narrativas de moradores e ex-moradores das vilas da Usina Nuclear (CNAAA), que viveram ou vivem nas vilas por um período superior a vinte anos e da vivência da pesquisadora no local de pesquisa de 1981 a 1999. A temporalidade do trabalho abarca aqueles moradores que viveram nas vilas desde a década de 1970 até meados dos anos 2000. Os depoentes foram inicialmente escolhidos conforme os objetivos da pesquisa de mestrado, que tinha como foco o estudo do momento factual de ruptura com o lugar de vida: a aposentadoria e as implicações na identidade do sujeito. O teor dessas entrevistas permitiu inferir novas perguntas e o material foi reanalisado nesta pesquisa de doutorado tomando os aspectos da vida (o habitar, o ser e o pertencer) na vila e sua implicação no foco tema. Foram

² Conforme Meihy e Holanda (2007), o tom vital não pode ser eliminado do texto. Um caso de tom vital da entrevista é “Daqui eu gosto!”, nos explicam Meihy e Holanda (2007, p.142). Este é um exemplo de tom vital da conversa que deverá ser colhido pela sensibilidade do autor e preservado no texto.

utilizados na pesquisa: 10 aposentados, com “tempo de casa” estimado entre 30 e 40 anos, e que já deixaram a empresa há mais de 10 anos; 3 aposentados com tempo estimado em 40 anos de empresa e que se desligaram no ano corrente à realização da pesquisa de mestrado (2014); e 4 funcionários ativos com tempo estimado entre 25 e 30 anos de empresa, e que são moradores da vila, totalizando 17 entrevistas. Cabe destacar, que os depoentes estão nomeados com pseudônimos a fim de preservar sua identidade e permitir que estivessem à vontade para contar a narrativa de vida. O tempo total das entrevistas é de aproximadamente 13 horas. Estes dados resolvem a metodologia desta pesquisa.

Outra consideração a ser feita é sobre o processo epistemológico deste trabalho. Os porquês me vinham sempre à mente: por que a necessidade de ouvir música para escrever; qual a razão de observar uma fotografia de infância³ em algumas pausas da escrita; qual o motivo de parar em alguns momentos, olhar as montanhas que cercam minha cidade e voltar a escrever. Todos esses questionamentos tinham relevância na pesquisa e me fizeram entender que à epistemologia interessa o processo. Minha compreensão sobre o viés científico contido nestas ações se deu quando assisti às aulas sobre Epistemologia com os professores Gilberto Safra e Cristian Dunker⁴. Compreendi que este processo é parte do que se chama *pensamento abduativo*. A arte, e todos os modelos artísticos de compreensão, de acesso à realidade, são absolutamente abduativos. A arte, neste caso, revela o conhecimento a partir do sentir no pesquisador-sujeito. A palavra sentir significa experimentar; a técnica desta forma, deve conduzir à experiência. E neste sentido, a música neste trabalho é observada como instrumento que promove a experiência. Dada minha vivência em uma vila operária, fui

³ Anexo: Imagem 1 – Fotografia de infância.

⁴ Disciplina ofertada pelo Programa de Psicologia Clínica (IP-USP) aos alunos de Pós-Graduação na USP. PSC5965-2/1; Epistemologias em Psicologia Clínica; início em 16/08/2017 e término em 26/09/2017, com carga horária de 60 horas/aula.

afetada pelo ambiente. De afetamento, também entende-se experiência. A vida se resolve na experiência, e mesmo aqueles que se mantêm isolados ou que são afastados do convívio social por força de outrem, recebem a irradiação do lugar onde habitam. A irradiação significa tudo o que o sujeito absorve pelos sentidos: seja o som de um riacho, o barulho de automóveis, o horizonte de um oceano, a penumbra entre quatro paredes amorfas, a umidade da terra, o sabor de um pão fresco, o cheiro da roupa de uma mãe, os gritos das crianças que brincam. Neste sentido, penetrados pela via dos sentidos, ativamos o campo da memória. Assim, é mister destacar que todo indivíduo é testemunha, porque toda testemunha vive uma experiência. Isso significa dizer que, em toda pessoa humana, se concentra um universo de pesquisa a partir de sua experiência singular. Neste ponto, a experiência é vista sob a perspectiva da presença, tomada sob a ótica do ser/existir, e a experiência se dá pela presença. O ser que existe é o ser que percebe o ambiente. O vivente é aquele que experiencia o que lhe penetra os sentidos. Assim, podemos dizer que todos são afetados de alguma forma pelo ambiente em que vivem, ainda que isoladamente, dado que o princípio da experiência é a percepção pelos sentidos. No sentido da experiência, a música, no estudo em questão, é destacada como instrumento capaz de auxiliar o processo de compreensão do objeto de pesquisa pela experiência que promove. Desta forma, a música tem significado para mim a abertura do pensamento e o resgate da memória. Para uma epistemologia do pesquisador-sujeito, a música comporta a assistência ao pensamento abduutivo; pelo campo das artes, é aquela que desvela o ser. Então, especialmente me chamou a atenção o ato de ouvir música durante a elaboração de textos, na reconstrução da história e sua configuração ao aporte teórico. Ampliando a discussão: a necessidade de uma melodia para compor um enredo da pesquisa. Este enredo é justamente o repertório poético, de teor imagético, que me permitiria ir e voltar; transitar novamente por entre o campo de pesquisa, sob a guia teórica como orientação. Isto eu muito o fiz no mestrado. Ao sentar para escrever a história, me cercava da

música para poder penetrar os sentidos das coisas. Esta música, de sons de ondas do mar, piano, flauta, violoncelo, permitiam ora o acesso a um sentir da qualidade melancólica, ora trazia uma espécie de esperança, especialmente por levar a acreditar que aqueles sujeitos de pesquisa estavam inscritos em uma história; não estavam apagados ou esquecidos – escrever sobre eles era como reverenciá-los. Mergulhada na qualidade do melancólico, me era possível penetrar nas raias do sofrimento e sentir com, e assim, captar facetas da experiência da dor. A capacidade de construir este “repertório poético” e criar um material científico pautado no pensamento abduativo me permitiu compreender que o particular é formado pela tríade: sujeito, pesquisador-sujeito e contexto de pesquisa, os quais constituem uma unidade, singular e em homeostase. O pesquisador é sujeito neste caso porque, para penetrar a narrativa de vida, é preciso penetrar o particular, sem, no entanto, extrair dele a qualidade da homeostase. Quando o estudo já é matéria que constitui um passado, neste caso, é de extrema valia o pensamento abduativo. E, no meu caso, que sou pessoa constituída na música, seja em orquestra, tocando flauta-baixo e flauta-doce, seja através do canto coral, a música está profundamente entrelaçada com as questões do ser. Por esta razão, sem perceber, utilizava da música para extrair os capítulos da vida. Mas dada a disciplina de Epistemologia, a música revelou-se como procedimento metodológico. Em termos de epistemologia do pesquisador-sujeito, isto foi como algo desvelado a mim durante a escuta da disciplina supracitada. Então, compreendi que à epistemologia interessa o modo pelo qual tornamos uma problemática conhecida e, principalmente, passível de descrição em ciências humanas. À metodologia importa o modo pelo qual o objeto de estudo se torna cognoscível, seja através do tato, da audição, da visão, do olfato ou do paladar; à epistemologia interessa o trânsito entre os sentidos e o objeto de estudo que compõem o momento de pesquisa. Mas, apesar de resolver um momento, a epistemologia não é necessariamente temporal, pois evocando a memória, por exemplo, ela pode percorrer de modo descontínuo o real. Para compreender melhor esta

descontinuidade, apoio-me no pensamento do professor Gilberto Safra, para formular o parágrafo a seguir:

Sobre a descontinuidade, ela é elemento do pensamento abduativo – operação lógica mais adequada para ligar os fenômenos antropológicos e fundamental nas ciências humanas, dado que este princípio está operando no ser humano sob a forma de ruptura. Desta forma, procura-se abandonar uma lógica de causa e efeito, saindo de uma perspectiva explicativa para deslizar para uma abordagem compreensiva do real. Isto porque repousa sobre o ser humano a dimensão do paradoxo, que leva a abandonar modelos epistemológicos fundamentados na dinâmica sujeito-objeto, para abraçar a noção sujeito-sujeito. No pensamento abduativo é possível existir o discursivo e o poético, especialmente importante para abordar as questões da incompletude (SAFRA, 2006a).

Por essa razão, o pensamento abduativo se aproxima do fenomenológico, porque o fenômeno significa “aquilo que se mostra”, não somente que aparece ou parece, como afirma Bello (2006). A fenomenologia é uma reflexão sobre aquilo que se mostra. A reflexão compreende a busca do sentido no fenômeno, tanto referente ao seu caráter físico quanto cultural. A respeito disso se diz de um viver em sociedade e de um sentir em sociedade, e é sobre esse sentir que repousa a epistemologia das ciências humanas nesta pesquisa: o sentir no sujeito de pesquisa, o sentir que emana a partir do contexto de pesquisa, e o sentir do pesquisador-sujeito. O pesquisador-sujeito aqui se define como aquele que fez ou faz parte de um acontecimento histórico do qual ele mesmo fará análise tomando consigo o olhar científico. A palavra sentir, neste caso, é interpretada a partir da percepção. Aquilo que se capta para além do objetivismo. O sentir no pensamento abduativo necessita, especialmente no que se refere ao pesquisador-sujeito, de uma imersão imanente no campo de pesquisa. Imanente, neste caso, procura descrever um *existir com*. A palavra imanente está radicada em *immanere*, palavra

latina para “ficar, parar em”, o que nos leva a pensar em um estado de permanência do ser junto a um ente. E é neste estado de permanência que acontece o encontro dialógico.

Desta forma, se compreende que o conhecimento, em ciências humanas é interlocução. Para Bakhtin, um aspecto importante é que a língua é compreendida como ocorrendo no ente: entre mim e o outro. Isto significa que sou constituído pela experiência do diálogo (SAFRA, 2006a).

O pensamento em psicologia implica percorrer um caminho que não é construído pelo pesquisador como coadjuvante, mas implica a imersão na história, como parte do coletivo principal: o grupo de pesquisados e seu contexto de pesquisa. Ainda que distante culturalmente, o pesquisador não observa de longe os fatos; antes, porém, penetra a narrativa de forma irreversível. Este penetrar a narração não é exclusivo de uma sensibilidade circunstancial; trata-se de assimilar o momento histórico para si e estabelecer com acontecimento um diálogo de alteridades. Quanto à irreversibilidade, ela refere-se ao que fez ou faz parte da própria história, “porque não se está observando um veículo passar, mas se está dentro dele, observando de perto o comportamento dos viajantes em suas ternuras e seus azedumes” (OLIVEIRA, 2015, p.5). Assim, toma-se emprestado o conceito de comunidade de destino para capturar dele a qualidade do irreversível. De fato, aquilo que será pesquisado só será apropriado de forma completa quando o pesquisador se colocar sujeito ao ambiente, da mesma forma que não se descobrirá o que está em uma caverna sem adentrá-la. E neste caso, não se diz da inserção definitiva do pesquisador na comunidade, como é próprio do conceito de comunidade de destino. Mas, tomando-se apenas algumas substâncias desta inserção, diz-se da comunhão de vida em pontos que lhe são caros na pesquisa, para que os relatos tenham a oportunidade de naturalmente serem feitos e para favorecer o surgimento do momento da narração em que elas se justificam e funcionam. Do ponto de vista do pesquisador, são situações que se equacionam no trabalho de campo, e essas situações podem se tornar naturais

quando o pesquisador permite-se entrar no campo por alguma brecha que faça sentido a sua própria história. É desta forma que a confecção de um estudo em ciências humanas deve considerar o processo epistemológico no pesquisador-sujeito: sua trajetória como sujeito de pesquisa. Isto significa descrever as motivações que o levaram até o sujeito, para além, a descrição do encontro com o sujeito e com o contexto de pesquisa.

3 Diário de bordo

Início mais um dia de escrita. Como sempre, preciso realizar o mesmo processo todos os dias. Ligo antecipadamente o computador enquanto vou coordenando as atividades da casa. Com dois filhos pequenos, fazer pesquisa é uma tarefa que exige organização e tato. Quanto a este último, me refiro grosseiramente a silenciar os ruídos da casa. Quando as crianças choram por suas demandas de fome, sono ou presença, não há meio algum que me faça adentrar o passado e decifrar seus signos. Muito pelo contrário, tudo parece supérfluo perto das exigências do presente. Então, o tato de escolher aquilo que irá acalmá-los faz parte do meu processo de pesquisa. Feito isso, sento-me em frente ao computador e ligo o canal do *YouTube* com a chave de busca *relaxing music*; assim, no silêncio ou na via contemplativa⁵, é possível prosseguir neste caminho. Deste modo, o tempo disponível à pesquisa torna-se fecundo, ou seja, é possível significar os acontecimentos e seus impactos na subjetividade humana. Nomear enigmas, isto, de fato, me acalma. A palavra acalmar, neste caso, significa dar sentido a alguma coisa ou situação. Digo isto agora na condição de sujeito de pesquisa. Quando no mestrado apresentei meu projeto – cujo título era “Educação intergeracional com foco na ancianidade” – meu orientador o desmontou. Consequentemente, desmontou a mim também, revelando minha implicação com o trabalho. À semelhança de um investigador, ele viu como que um “fiozinho” de linha para fora do casaco de tricô, puxou-o e desmanchou a peça por completo, desvelando os sentidos por detrás do título. Sempre tive essa metáfora do casaco em mente por representar um desvelamento. Ele me perguntou o porquê desse tema e eu, sem saber ao certo, contei minha história de vida na vila, deixando nas entrelinhas exposto

⁵ A expressão “via contemplativa” é inspirada em Ecléa Bosi; o contrário, se atravessada pela vida activa, não poderia penetrar a narrativa histórica, tal qual expressa Bosi (2007, p.48): “Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis do trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens posta entre a vigília e o sonho”.

um enigma, que eu mesma não sabia teorizar, mas que se “metamorfoseava” no título supracitado. A educação entre gerações era um ícone da minha questão sobre o rompimento factual com a vila e um sentimento de desenraizamento. E a ancianidade, por sua vez, uma palavra que resolvia a questão: por que, dada a aposentadoria, tudo se acaba⁶? Este ícone gerou uma primeira questão que se tornou título da dissertação de mestrado: “Do findar de uma carreira à velhice inativa: uma distância a percorrer ou o fim da linha?”⁷. Esse foi meu primeiro sossego no mestrado. De fato, aqui está a relevância dos trabalhos em psicologia: a possibilidade de apreender significados de situações da vida humana que se tornaram enigma. Então, desveladas minhas intenções iniciais no mestrado, minha surpresa foi tamanha que, ao chegar em casa, tive de assistir a um filme para esquecer tudo aquilo. O mesmo aconteceu após o exame de qualificação deste doutorado, dada a necessidade colocada pela banca de falar em primeira pessoa. Isto revelou o quanto inquietante é o tema para mim. Dei prosseguimento ao estudo, pois havia inúmeras possibilidades e frentes de discussões e uma, em especial, me chamou a atenção, que é a questão do lugar e sua relação com a subjetividade humana. E para tal, tive que explicitar a minha voz.

Expor a minha voz neste trabalho, para além da timidez, era uma questão de amadurecimento. Há certas questões que não se resolvem a não ser com o choque das experiências, e, ainda que elas tenham ocorrido, correm o risco de ficar sob a forma de memórias adormecidas. Para que se presentifiquem, são necessárias novas experiências. Esta experiência pode ser a leitura de um livro, a visita ao campo de pesquisa, a conversa com depoentes, com um amigo ou professor, um filme-documentário, enfim. O conjunto dessas experiências, a implicação com o objeto de pesquisa e o tempo é que poderão auxiliar no amadurecimento do pesquisador.

⁶ A expressão busca evocar o sentido das perdas dos aposentados.

⁷ Oliveira (2015).

Ainda assim, não é certo de que ele entenderá a essência do seu objeto de pesquisa ou se somente trabalhará com a linguagem. Isto porque o trabalho do pesquisador-sujeito demanda, mais que um exercício da vontade, uma inquietação. Neste caso, o pesquisador se põe a caminho e tem consigo suas experiências. Podemos carregá-las em um alforje ou trancafiá-las no calabouço. A expressão calabouço, neste caso, procura dar a conotação do esquecimento das memórias; deixá-las esquecidas para que não nos aniquile o presente. Por isso, são trancafiadas feito um assaltante. A ideia de calabouço denota também o lugar empoeirado, pouco iluminado e de difícil acesso. Por essa razão, para que o pesquisador se ponha a caminho, é necessário estar sujeito à afetação. Este caminho metodológico não se dará senão por comunidade de destino.

O pesquisador-sujeito não faz uma leitura passiva dos acontecimentos, seja no meio acadêmico ou no campo de pesquisa; ele sempre estará implicado. Então, seu compreender estará voltado para aquilo que faz sentido ao seu trabalho. E há determinados assuntos ou colocações dos docentes que são um verdadeiro divisor de águas. Aí está o fenômeno da essência, que atravessa a fronteira da linguagem. Para mim foi revelador entender, na qualificação, que usava os autores como linguagem e não pelos conceitos. Eles estavam no trabalho de maneira fortuita, se tornando apenas arbitrários. Dado este choque, levei um tempo para compreender que meu conhecimento não era somente da ordem da subjetividade, mas era um conhecimento por testemunho e que assim, poderia ser publicado. Este é um exemplo de desvelamento. Teoricamente isto já era para ser fato conhecido. No ano anterior já havia estudado com a saudosa professora Ecléa Bosi sobre a Memória das Testemunhas⁸. Ouvir suas colocações era como contemplar uma obra de arte, pois reverberava um sentido

⁸ Disciplina ofertada pelo Programa de Psicologia Social e do Trabalho (IP-USP) aos alunos de Pós-Graduação na USP. PST5807-3/1. A Memória das Testemunhas. Início: 09/03/2016 e término: 31/05/2016, com carga horária de 120 horas/ aula.

profundo. Ela dava voz ao inefável. Eu, certamente, sou uma devota de sua pessoa. Em suas aulas estudamos testemunhas como Simone Weil, os Irmãos Villas-Boas, Primo Levi, entre outras personalidades, que foram, conforme a definição da professora Ecléa em sala de aula, *testemunhas ideais*. Esta é a testemunha cuja função é um colocar-se na brecha; entrepor a si mesma como mensagem. Assim, para além de uma espectadora dos fatos, a testemunha ideal vê, sente e participa do movimento histórico dos acontecimentos, depositando sentido no terreno que pisa, preenchendo-o de senso de justiça: “ela é aquela que faz uma observação atenta da verdade e se reveste de uma indignação universal, fugindo de toda ideologia estreita”⁹. Mas nem todos os viventes são afetados pelos acontecimentos, e, em uma espécie de mapa do grau de participação, encontrar-se-ão mais afastados do centro onde ecoam o sentido dos fatos. Isto ocorre em função da visão de mundo da testemunha, capaz de fazê-la parar diante de um acontecimento ou seguir seu curso ignorando o episódio até apagá-lo de sua memória. A *testemunha responsável* fala do que viu e auxilia na construção de sentido dos fatos para um investigador. Entretanto, em relação à testemunha ideal, aparenta ser um instrumento, apenas um transmissor de informações coerentes. O contrário é a *testemunha ficcional*, que acrescenta a fantasia ao testemunho, contagiada pela emoção ou pelas falas construídas no eco popular, o que comprometeria a veracidade dos fatos. Isto foi o que aprendi nas aulas da professora Ecléa Bosi, mas não me dei conta de que havia dentro de mim um impedimento significativo para tomar voz e compreender que, dada a afetação, eu também era uma testemunha ideal. Agora compreendi que a testemunha ideal é aquela implicada ou afetada pelo objeto de pesquisa e desta forma, me senti à vontade para escrever. No entanto, o escrever sobre meu testemunho ainda poderia ser arbitrário, caso não tivesse acesso à

⁹ Expressão de Ecléa Bosi em sala de aula. Anotações pessoais da disciplina PST 5807-3/1. A Memória das Testemunhas.

essência. Nunca me esqueço de uma ocasião, na época do mestrado, em que uma amiga psicóloga leu um trecho do meu trabalho e disse: “isto é retórica”. Esta colocação muito me incomodou. Fiquei um pouco chateada e confusa por não saber discernir o limite entre a literatura e o científico. Hoje compreendo que a literatura contém o científico, e dependerá do pesquisador extrair capítulos do real de um conto, por exemplo. Mas extrair “este mundo à jusante” utilizando as palavras de Barthélémy (2009) quando cita Ricoeur, é lançar uma compreensão sobre o fenômeno e então capturar a essência. Então, o uso fortuito dos autores, significa utilizar da linguagem de forma arbitrária e não pela essência. Assim, só com um amadurecimento efetivo, pude compreender essa questão que me foi colocada na banca de qualificação. Passados alguns meses a rememorar as falas da qualificação e, especialmente pelo sofrimento, pude atravessar para outro nível de compreensão. O sofrimento a que me refiro inclui tanto aqueles que atravessam o dia-a-dia, como a incompreensão na leitura de um livro acadêmico ou os afazeres domésticos que concorrem com o tempo de pesquisa; quanto aqueles que são extraordinários, como o nascimento de um filho. No meu caso, foram três gestações durante o doutorado, como mencionei. A confusão de identidades também afeta a pesquisa para bem ou para mal. Sou mãe ou pesquisadora? Isto também me auxiliou a me colocar na brecha. Tudo serve de proveito para o processo metodológico quando se está atento aos sentidos contidos nas situações. Assim se chega à essência e se escapa à retórica. A esse respeito, Ricoeur nos explica que a essência é o que impede que tudo na linguagem seja invenção arbitrária:

Platão apoia-se na oposição entre o que é “por natureza” e “por convenção”. Se a linguagem é convenção, ela tem uma história como obra dos homens. Mas não podemos fechá-la na história: a essência é o que impede que tudo seja convenção na linguagem. A linguagem vem ao homem sem que o homem possa sujeitá-la ao seu arbítrio (RICOEUR, 2014, p.13).

O sofrimento submete a linguagem à essência, pois confunde sua necessidade de arbítrio. O sofrimento se impõe à linguagem e apresenta o que é “por natureza”, não “por convenção”,

utilizando as expressões de Ricoeur (2014, p.13). Dado o sofrimento, pude compreender o caminho das coisas. Um destes sofrimentos eu destaco: a visita à Angra¹⁰. O sofrimento desta visita se deve tanto por remeter ao processo de decifrar os enigmas contidos nesta pesquisa, quanto pelo volume de histórias que, de forma despretensiosa, o lugar procura narrar.

De volta à vila

Depois de um ano, aproximadamente, acabo de voltar de uma visita à Angra. Como sempre, para mim é quase possível matematizar uma curva normal apresentando a relação emoção e espaço. Já estou bem acostumada a andar pela Serra da Mantiqueira, entre o Sul de Minas e o Vale do Paraíba em São Paulo. Uma região fria e com muitas araucárias e mata fechada, incluindo o trecho que passa pelas proximidades do Pico dos Marins, sempre misterioso; digo isto porque já houve quem se perdeu por lá e nunca mais foi encontrado. Já fui algumas vezes fazer *trekking* por lá, o que, para mim significou estar no limiar do perigo. Sempre criada em vila operária, cercada de segurança, esse tipo de atividade é uma quebra de paradigmas. Passada a Serra, sigo em direção à via Dutra, no sentido do estado do Rio de Janeiro e então, a partir deste ponto, surgem as metáforas do ser com o lugar: abre-se uma janela e entra a luz e o calor de um sol quente, e escuto com curiosidade aquilo que o lugar tem para contar. Isto o faço à semelhança da bela ficção de Ítalo Calvino, na qual Kublai Khan, imperador dos Tártaros, ouvia a narração de Marco Polo sobre suas missões diplomáticas¹¹. Mas, acima da curiosidade, está o sentido implícito em cada coisa que se apresenta e que nos afirma como seres viventes ou que ora poderá nos jogar no vazio existencial. As narrativas são elementos

¹⁰ “Angra”, nesse caso, não se refere à cidade sul-fluminense de Angra dos Reis. É comum os vilenses falarem “vou à Angra”, quando se referem a ir às vilas operárias e suas proximidades. Esta visita foi feita durante o inverno de 2019.

¹¹ Calvino (2002).

que nos localizam no mundo e, o lugar, como narrativa, apresenta a história do si mesmo para aquele que foi afetado pelos acontecimentos que lá se sucederam. Saída da vila, virei plebeia. Expressão grosseira, mas carregada de sentido daquilo que, de fato, representou o morar na vila¹², dados os benefícios que tínhamos. Tudo à mão. E, acima de tudo, o sentimento de segurança que parecia esnobar qualquer risco dos perigos implícitos à geração de energia nuclear. Como filhos de um imperador – Furnas – sentíamos-nos imperadores. Certa vez me recordo de estremecer quando pensei que tudo aquilo tinha data certa para terminar. Logo procurei dissipar o pensamento, assim como o fiz assistindo a um filme, quando meu orientador desmontou meu tema no mestrado. Esta atitude é um esquivar-se de uma espécie de brecha existencial, que revela a temporalidade das coisas, processo subjetivo e existencial, concomitante à vida humana, e que pode fazer estremecer até imperadores como exemplificado nas narrativas de Ítalo Calvino:

Existe um momento na vida dos imperadores que se segue ao orgulho pela imensa amplitude dos territórios que conquistamos, à melancolia e ao alívio de saber que em breve desistiremos de conhecê-los e compreendê-los, uma sensação de vazio que surge ao calar da noite com o odor dos elefantes após a chuva e das cinzas de sândalo que se resfriam nos braseiros, uma vertigem que faz estremecer os rios e as montanhas historiadas nos fulvos dorsos dos planisférios, enrolando um depois do outro os despachos que anunciam o aniquilamento dos últimos exércitos inimigos de derrota em derrota, e abrindo o lacre dos sinetes de reis dos quais nunca se ouviu falar e que imploram a proteção das nossas armadas avançadas em troca de impostos anuais de metais preciosos, peles curtidas e cascos de tartarugas: é o desesperado momento em que se descobre que este império, que nos parecia a soma de todas as maravilhas, é um esfacelo sem fim e sem forma, que a sua corrupção é gangrenosa demais para ser remediada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros de suas prolongadas ruínas (CALVINO, 2002, p.1).

Aquilo que era já não é mais. Assim, capturei os sentidos desta brecha existencial, qualidade do lugar como esquecimento. Partindo em viagem à Angra, seguíamos pela Dutra no sentido

¹² O termo “vila” pertence à linguagem local e se refere, neste caso, à vila Residencial de Mambucaba.

Rio de Janeiro e entrávamos em Barra Mansa¹³, atravessando a Serra do Mar para chegar ao município de Angra dos Reis e tomar a direção de Paraty¹⁴. Esse caminho era muito rico, intenso de emoções. Sempre o fizemos, eu e minha família, tanto de ida quanto de volta. Em qualquer feriado, folga ou férias, íamos para Itajubá (MG)¹⁵. Minha mãe sempre esteve muito preocupada em voltar definitivamente para Itajubá. Com o tempo, compreendi que ela não se permitia morar no paraíso enquanto seus familiares estavam no purgatório. Toda uma conjuntura familiar levou minha mãe a fazer inúmeros esforços para poder voltar para Itajubá ou arredores. Então, em razão disto, viajávamos sempre para prestar apoio, e também para fazer a *mea culpa* por morar no paraíso. Não me lembro de ter passado férias em outro lugar que não fosse Itajubá. Hoje entendo melhor porque, certa vez, minha mãe comprou um sofá e ele ficou um longo tempo embalado no plástico. Lembro-me que minha mãe me disse algo do tipo: “é para conservar para levar para Itajubá”. Assim também, curiosamente, aconteceu com um lustre. Era de metal e tinha umas espécies de folhas de vidro, que decoravam os bocais das lâmpadas. Este sempre ficou na caixa; era para trazer para Itajubá, mas com o tempo, todas as folhas se quebraram por diversos motivos e nunca vi o lustre montado por completo. Ele perdeu seu sentido de existir. O morar na vila, não era paraíso para todos. Por muitas vezes ouvi a palavra “aqui é um cemitério”. A homogeneidade das casas e certos dias tomados pelo tédio certamente contribuía para esse sentimento de falta de vida da parte de alguns. Havia também os motivos da própria fusão entre as esferas pública e privada e a hierarquização das relações sociais em função da empresa. Assim, havia quem quisesse deslocar-se de lá. No caso de minha mãe, ela estava no limite deste deslocamento, dado o apelo de seus parentes. Mas, em geral, um morador da vila, tido como prudente, era aquele que, enquanto morava na

¹³ Cidade sul fluminense.

¹⁴ A vila de Mambucaba fica após a divisa de Angra dos Reis com Paraty, no estado do Rio de Janeiro.

¹⁵ Cidade natal de meus pais situada no Sul de Minas Gerais.

vila, construía uma segunda morada em outro lugar; não por uma necessidade de mudança iminente, mas por um caminho de fuga futura, a exemplo de Noé¹⁶. Parecíamos não acreditar, mas as águas também subiriam para nós. E construir outra casa era semelhante ao ato de fé de Noé: era um tanto quanto inacreditável que teríamos de deixar a vila no futuro. Assim, era preciso deixá-la durante toda a vida. Este *deixar* significa uma preparação para as águas que sobem, e que também compõe a qualidade do lugar como esquecimento. Dada a aposentadoria, para onde iríamos sem casa? Meu pai sempre construiu em Itajubá. Lembro-me bem desta construção. Era um misto de orgulho pelo tamanho da casa – uma casa de grandes dimensões – mas de estranhamento por ser uma casa com muros e por estar em um lugar silencioso demais. O silêncio a que me refiro é a nova realidade, urbana, onde já não há o mesmo clima de família que existia na vila. Na vila, as crianças gritavam pela rua em suas brincadeiras e havia um conjunto habitacional harmonioso, limpo, tal qual uma maquete, e onde todos se conheciam. De fato, era sedutor. Houve quem se queixasse da vila e olhasse com nostalgia para trás após deixá-la. Na vila se tinha uma localização social. Era-se a filha de fulano. Na cidade, não se é filha de ninguém. Na vila, o que as crianças faziam adentrava o contexto da empresa, numa espécie de advertência verbal para o pai. Na cidade, o que se faz não importa a ninguém, a não ser que se perturbe a ordem pública. Embora algumas características apontadas se assemelhe às qualidades de uma pequena cidade do interior, nas vilas operárias, tínhamos a particularidade de estarmos estabelecidos a partir da empresa, figura que nos fazia sentir seguros. Estas eram algumas das diferenças que não estavam explicitadas, e eu apenas sentia que havia como que um certo desnível, uma diferença na

¹⁶ Faço alusão à citação bíblica de Gênesis 6, 12-14a; 17: “Deus olhou para a terra e viu que ela estava corrompida: toda a criatura seguia na terra o caminho da corrupção. Então Deus disse a Noé: “Eis chegado o fim de toda a criatura diante de mim, pois eles encheram a terra de violência. Vou exterminá-los juntamente com a terra. Faze para ti uma arca de madeira resinosa (...). Eis que vou fazer cair o dilúvio sobre a terra, uma inundação que exterminará todo ser que tenha sopro de vida debaixo do céu. Tudo que está sobre a terra morrerá.” In: Bíblia Sagrada. 161ª Edição. São Paulo: Editora Ave Maria, 2004.

forma de se viver e que provocava este estranhamento. O estranhamento é o sentimento de orfandade em relação à empresa. Dado o findar factual da vivência no lugar, por ocasião da aposentadoria, uns voltaram para sua terra natal e outros procuraram lançar âncora nas proximidades entre Angra dos Reis e Paraty, garrando ou unhando o solo como os marinheiros o fazem com as âncoras no mar. Então, mantém-se o vínculo com o lugar para não correr o risco de perder-se sob o ponto de vista existencial. Mas, ainda assim, não nos livramos do lugar como esquecimento. Ele permanece ali, e sua leitura nos conduz novamente à brecha existencial.

Nas viagens para Angra que fazemos hoje em dia, não vamos mais pelo caminho de Barra Mansa. Dado o calçamento da estrada-parque de Cunha-Paraty, passamos a ir a Angra por lá, economizando uma hora na duração do percurso. Tenho lembranças desta estrada em particular. Foram tantas as vezes que meus pais vieram à Itajubá, que, em algumas delas, arriscaram a tomar essa estrada, (de terra na época) muito perigosa pela falta de recursos e socorro, bem como pelas subidas e penhascos. Passado este trecho, chegamos em Paraty e logo misturam-se emoções de felicidade e nostalgia. Quando meus pais vinham conosco no mesmo carro, esse era um trecho em que parecia reinar certo silêncio. É como se ali se apresentasse um acúmulo de histórias impossíveis de serem contadas ao mesmo tempo; então, elas eram absorvidas pela saudade, no silêncio. O trecho mais emocionante, vindo desta vez, pelo trecho de Paraty, é a curva que se nos apresenta em seguida a uma grande reta. À direita, a Praia do Coqueiro; à esquerda, as vilas operárias; mais à frente, após a Praia do Coqueiro, a vila residencial de Mambucaba, e aqui, novamente, o silêncio de minha parte. Seguimos reto, passando em paralelo à vila, e cumprimentamos de longe, com o olhar, como que um velho conhecido. Já se passaram muitos anos desde que saí da vila, por incrível que pareça, vinte anos, mas há algumas necessidades que não mudam com o tempo. O que me refiro agora é a necessidade de chegar em casa, na vila. Mas passando adiante, logo trato de colocar de lado

tal sentimento, organizando-me para as próximas atividades do dia. Mas este é apenas um trabalho da razão para dar prosseguimento à rotina de um passeio e não virar uma estátua de sal¹⁷. Hoje, o lugar onde tomamos pouso é chamado Perequê¹⁸, local onde muitos aposentados investiram em comprar um terreno, fosse para veraneio, fosse para construírem a futura morada. Meu pai construiu uma casa de veraneio. No fundo penso que, mais que isso, ela é uma âncora. Vamos lá raramente, e por isso, no meu entender, ela representa um mausoléu do passado. Há mais de vinte anos meu pai a construiu, temeroso quanto à política de privatização do então presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁹. No final da década de 1990, houve um pico de aposentadorias na usina e alguns desligamentos: uns forçados e outros não. No caso do meu pai, forçosamente ele teve que sair. Ele trabalhou na usina de 1979 a 1998 e atuou como químico nuclear. Um dia, durante este trabalho, entrevistei meu pai²⁰. Foi um pouco estranho sentar-me com ele e, por um momento, vê-lo como sujeito de pesquisa. Fiquei um pouco incomodada pelo fato de estar tratando de assuntos que estão no calabouço e tive a sensação de “estar mexendo no que estava quieto”, conforme o dito popular. Meu pai poderia

¹⁷ A metáfora procura evocar a figura da Bíblia em Gênesis 19, 26: “A mulher de Ló, tendo olhado para trás, transformou-se numa estátua de sal.” In: Bíblia Sagrada, *op. cit.* A estátua de sal resolve o significado da paralização ou estagnação do si mesmo no passado.

¹⁸ O Perequê, atualmente conhecido como Parque Mambucaba, é um bairro periférico situado ao lado das vilas operárias. Seu crescimento se deu em função da construção das usinas nucleares. O detalhamento sobre este bairro, bem como apontamento no mapa do lugar, será feito adiante.

¹⁹ “ (...) no governo FHC, a empresa foi posta no Plano Nacional de Desestatização, resultando num estudo em que se fazia necessária a cisão da empresa para sua efetiva privatização. A primeira etapa deste plano teve como resultado a absorção da Diretoria Nuclear de Fumas, responsável pela construção e operação da Usina Nuclear de Angra dos Reis, com seus 1.200 funcionários, pela Eletronuclear – isto porque constitucionalmente a área nuclear não pode estar em mãos privadas. A segunda etapa consistia em cindir a empresa em duas: uma que ficaria responsável pela transmissão de energia permanecendo sob as rédeas governamentais e outra que ficaria responsável pela operação das usinas existentes passando às mãos da iniciativa privada. Esta divisão do quadro foi marcada por uma forte pressão psicológica caracterizada pela absoluta falta de informações capazes de permitirem qualquer plano de atuação futura e com um agravante: tinham que optar por uma das novas empresas. As pessoas foram divididas e classificadas como “T” (as que fossem permanecer no governo) ou “G” (para os que seriam privatizados juntamente com esta parte da empresa) sem a menor preocupação com seus futuros confirmando-se a total inoperância do setor de RH para a diminuição do clima de temor que se instalou nas dependências da empresa” (SOUZA JUNIOR, 2003).

²⁰ Entrevista de 21 de março de 2018, com cerca de uma hora e meia de duração.

narrar muitas experiências do cotidiano, isso eu percebo quando ele está entre os compadres²¹. Mas se o deixo falar espontaneamente, compreendo que a história recontada é a mesma, culminando com a saída indesejada da usina. Por essa razão, embora aceite falar sobre o assunto, sei que não lhe é nada fácil falar sobre a usina e a vila, dado o embargo em sua voz. Pedi-lhe que contasse a sua história; entretanto, o assunto pareceu ter seu ponto alto no momento da ruptura com o lugar.

O Fernando Henrique... de uma hora pra outra: “a partir de agora...”. Eu fui pego no serviço, trabalhando... Era pra deixar tudo lá no serviço... Lá fora, nem no laboratório não era... Lá fora mesmo e ir lá assistir uma palestra no cinema da Praia Brava... “Que palestra é essa?” “Ah, eles tão chamando todo mundo lá. E você tem que sair agora.” E falei: “não... agora nada. Vou levar o equipamento lá pra dentro, a amostra e tudo mais”. E não fui... Entrei. Deixei o equipamento, tirei o guarda pó, peguei o documento, as minhas coisas e saí. Saí e nunca mais voltei... Nessas condições não voltei mais. Fui assistir a palestra e pronto. Já fiquei na rua. Imagina se tivesse deixado tudo lá no laboratório. Não entrava mais... Isso aí foi um golpe violento para um cara profissional que, doou, no meu caso, doou a vida inteirinha lá... Eu arrisquei muito minha vida... Mas porque eu fiz isso? Porque eu sou profissional. Não é porque sou *caxias* e queria aparecer. Meu recado era aquele, e foi dado (Averaldo).

Mais tarde, minha mãe contou-me que ele ainda levou cerca de uma semana para dar a notícia à ela. Ele dizia que ia ao Centro de Treinamento²², mas caminhava pela praia. Um caminhar vacante. Meu pai é uma pessoa altruísta e não nos permitiu participar deste episódio. Até antes desta pesquisa, não tinha conhecimento de que havíamos saído de lá em condições tão dramáticas. Para mim, embora me esquivasse disso, fazia parte da vida do vilense este *deixar*, especialmente para os jovens, visto que lá não havia faculdades. Nesta época, muitos aposentados foram demitidos e tiveram que, repentinamente, deixar a casa e o trabalho. Isso precipitou a migração repentina para o Perequê, que ainda carecia de infraestrutura urbana e, sendo assim, os preços dos lotes eram acessíveis. O Perequê localiza-se nas proximidades da

²¹ Modo como que se refere aos amigos.

²² Pertencente à usina nuclear e localizado na Vila Residencial de Mambucaba.

vila residencial de Mambucaba. Como todos os moradores antigos das vilas dizem: “Perequê era só mato”. Hoje se chama Parque Mambucaba e tem uma rua para ir e outra para voltar. Hoje, essa “rua para ir” chama-se a “Principal” pelo uso popular. E espalharam-se, desordenadamente, a partir desta Principal, ruas, ruelas, becos, travessas, casas não terminadas, condomínios com casas concluídas e de excelente acabamento, barracos, bares, supermercados, mercadinhos, igrejas evangélicas, uma paróquia à São José Operário, etc., onde misturam-se nordestinos, ciganos e aposentados da usina. No Perequê há um certo clima de liberdade, muitas bicicletas pedaladas por jovens com roupa de praia e idosos com o rosto bronzeado pelo sol, mesclando-se pessoas das mais diversas classes sociais, tão à vontade como se estivessem no quintal de casa.

Passando a vila, chegamos ao Perequê, e retomo o presente em mãos. Ainda nostálgica, mas feliz por estar lá. Da janela, na casa do Perequê, vejo um pequeno trecho de Mata Atlântica. Sempre há alguém morando de favor nesta casa que acaba se tornando uma espécie de caseiro. Meu pai nunca explorou comercialmente o imóvel. Minha mãe também nunca fez questão de alugar. Muito pelo contrário, tomada pela saudade e pela culpa por ter ido embora, varia entre a vontade de vender a casa e a vontade de ficar. Ainda em Itajubá, quando a convidei para ir à Angra, ela disse: “vou, mas promete que não vamos ficar em frente à árvore?” Eu respondi “sim”, mas interiormente, pensava em meios de poder estar lá. Esse lugar pelo qual me refiro é uma amendoeira, que fica na praia, bem na direção da casa em que morávamos. Lá cresci, brincando. É uma árvore icônica, testemunha do meu crescimento e das brincadeiras com os amigos até a juventude. No dia seguinte, o tempo estava limpo, o sol brilhava e o céu era azul sem qualquer nuvem. Era inverno, mas a temperatura em Angra sempre tende a ser mais quente. O clima estava agradável, nem frio, nem calor. Minha mãe, como não acordou bem, não foi conosco à praia; logo, pude ir para a amendoeira. Chegando perto da portaria, já na vila, tomei fôlego para dar leveza a essa passagem que, para mim,

sempre foi muito pesada. Todas as vezes que passava pela portaria com meus pais após a saída da vila, minha mãe não admitia o fato de sermos tratados como visitantes. Meu pai, para evitar o mal estar, já sacava sua carteirinha de aposentado e a apresentava aos guardas, renovando sua identidade e pertencimento com o lugar. Nos aproximamos em uma espécie de baía, onde param os visitantes para fazer o cadastro e informar a finalidade da visita. Não me oculte e, como meu pai, tive de refazer minha qualidade de ex-moradora, e me conformar com a condição de visitante: “Bom dia! Fui moradora desta vila durante cerca de vinte anos, hoje sou visitante!”. Ao que o vigilante me respondeu com simpatia: “Pode passar”, sem sequer me pedir que preenchesse cadastro algum. Também não me perguntou onde iria – casa de morador, comércio ou praia – como é de costume informar. Senti-me feliz. Foi como se o guarda me dissesse: “seja bem vinda de volta”. E entramos à esquerda, passando em frente a minha antiga rua (Goiás), na segunda quadra, em direção à Avenida Brasil, a rua que beira a orla da praia e que é destinada ao mais alto posto na hierarquia funcional da empresa. Bem no meio da quadra, lá está ela: a amendoeira. O mar estava nas melhores condições possíveis, tais quais eu sempre rejubilava quando as encontrava quando criança, quando a maré estava baixa a ponto de fazer trechos de banco de areia. Como praia de *tombo*²³, isto nem sempre acontecia. Era, portanto, uma dádiva todas aquelas condições. E ficamos ali por um dia inteiro. Me senti plantada. Tudo ali fazia sentido. E o tempo, nem cronológico, nem geológico, era um tempo fenomenológico e existencial. Mas em certo momento, tive de me esforçar por olhar o relógio; a preocupação com minha mãe me obrigou também a fazer *mea culpa*, a exemplo da situação descrita anteriormente. Seguindo a mesma lógica da minha mãe, rompi com este tempo dos fenômenos e da existência para convidá-la a dele também participar. Liguei para meu pai e ele me perguntou: “onde vocês estão?”. Disse: “em frente de

²³ Praia de maior inclinação em que as ondas quebram muito próximas da faixa de areia.

casa, na árvore”. Ele disse: “estou indo aí”. Achei que viria sozinho, mas, para minha surpresa minha mãe veio junto. Fiquei muito feliz por ela não se opor em vir até a amendoeira. Muito pelo contrário, ela parecia estar em paz. Talvez a admiração pelos netos tratou de confundir sua memória com o lugar, dada a felicidade do Rafael, meu filho maior, em lidar com aquilo que parecia uma extensão infinita de areia só para ele. Já o Daniel, sempre sereno, estando alimentado e descansado, para ele estava tudo bom. Essa foi a primeira vez em que voltamos à passeio sem que houvesse sequer um apontamento ressentido sobre o passado e o lugar. Assim, retornei ao tempo fenomenológico e existencial. O cair da tarde recordou a expressão de João da Cruz: “No entardecer da vida, seremos julgados pelo amor”²⁴. Era um fim de tarde em que tudo estava completo; ou seja, não faltava nenhum pedaço do si mesmo. As questões a que me refiro são aquelas do sentido de si mesmo com o lugar. A palavra “amor”, neste caso, apresenta as coisas que fazem sentido para o si mesmo e que dão a sensação de completude. Tudo isto se dava despretensiosamente, até porque, há certos momentos em uma pesquisa que, como supracitado, é preciso esquecê-la um pouco. O trabalho intelectual e intencional em torno de um objeto de pesquisa pode resultar numa caricatura do lugar.

Já nos preparávamos para ir embora, minha mãe procurava conchinhas com o Rafael, meu marido se punha a recolher brinquedos espalhados pela areia e meu pai, mergulhado no horizonte, segurava o Daniel que dormia em seu colo. Como que às escondidas, saí sorrateiramente, refazendo o caminho de volta à minha antiga casa, tal qual era de costume. Aqui, fiz uma experiência que, talvez, não gostaria de repetir. Uma experiência da ausência e do esquecimento. Refazendo o “caminho de casa”, já não estavam mais lá aqueles que um dia moraram. Então, como que num sonho, me vi sozinha, em um lugar onde ninguém estava presente. Nenhum daqueles que foram meus: meus pais, meus amigos, meus vizinhos ou

²⁴ Cf. João da Cruz. Ditos de Amor e Luz n. 59. Obras Completas. Editora Vozes. 2002.

conhecidos. Acredito que, após vinte anos, senti que estava em um lugar que já não era mais meu. Coincidentemente, não havia sequer uma pessoa na rua, o que reforçava a sensação de sonho: onde estavam todos? Esta foi uma experiência da ausência do lugar. O lugar, neste caso, é visto sob o aspecto existencial. Existo com o lugar. Na ausência do lugar se localiza a brecha existencial donde se percebe a perda e o luto. Acerca deste último, a gravidade da perda se dá no luto pela ausência do si mesmo presente no lugar. É o caso em que a narrativa do lugar poderá lançar o sujeito em um vazio existencial. O lugar como esquecimento deverá ser, futuramente, o lugar a ser esquecido. São duas coisas distintas que diferenciam, por exemplo, a situação dos moradores das vilas, daquela dos moradores afetados pela inundação de suas terras para dar lugar à maior usina hidrelétrica do país na época: a fundação de Furnas, como a história nos mostra.²⁵

²⁵ O trecho que segue apresenta a história de Furnas, responsável por inúmeros projetos no Sistema Elétrico Brasileiro, no entanto, tem seu objeto principal, desembocar na criação da CNAAA ou como é comum ser chamada a Usina Nuclear de Angra dos Reis. Portanto, não contempla todos os detalhes pertinentes à história de Furnas e suas diversas usinas de geração de energia.

4 Reconhecendo Furnas

Traçar um panorama sobre a história de Furnas é semelhante a contar uma história de família. Isto não se refere exclusivamente à história de minha família com Furnas ou à família social na qual aqueles que trabalham ou trabalharam em Furnas se congregam. A leitura da história de Furnas, no meu caso, tem que ver com certa ancestralidade e remete tanto à um conhecimento factual sobre a origem do lugar – suas estatísticas de fundação – quanto a um sentimento de hereditariedade. Para além das qualidades físicas transmitidas a um descendente, há condutas, hábitos ou costumes comunicados às gerações que a ela se afiliaram²⁶. O conhecimento sobre o hereditário remete às origens. A origem de Furnas e seus “descendentes” foi circunscrita a partir de uma situação singular: ela se iniciou de uma causalidade ligada à pesca. Assim escreve John Reginald Cotrim, personalidade de singular importância para o Sistema Elétrico Brasileiro, em Cotrim (1994) sobre a história de Furnas. Certamente, por trás deste dado pitoresco, existiram forças políticas e econômicas que impeliram a formação de tal empreendimento e que atraíram para si figuras capazes de pensá-lo e operacionalizá-lo. Uma delas foi o próprio John Cotrim. Filho de pai brasileiro e mãe inglesa, Cotrim formou-se engenheiro pela antiga escola Polytechnica do Rio de Janeiro e foi responsável por projetos de grande envergadura junto ao governo brasileiro, dentre eles a criação da CEMIG, foi presidente e diretor técnico; a elaboração do Plano de Metas de Energia Elétrica do governo de Juscelino Kubitschek e a fundação e presidência de Furnas por 17 anos, a maior estatal do setor elétrico no país. Sobre Cotrim, refleti algumas vezes a respeito de sua localização nesta pesquisa, especialmente se lhe caberia menção direta no

²⁶ Embora o termo afiliar remeta, pelo dicionário da língua portuguesa, a associar-se a grêmios ou sociedades, neste caso a palavra procura evocar o significado etimológico que deriva de filho: “AfilhAMENTO / XV PAUL.24.30/ . filho - a sm. f. ‘indivíduo em relação aos pais, descendente’ (...) / aff - 1844 // afLil.AR.” (CUNHA, 2012, p.292)

texto ou apenas em uma nota de rodapé. Esta reflexão levou alguns dias até amadurecer a ideia de que foi ele quem deu corpo a Furnas. Portanto, muito do que Furnas representa, se deve a ele e suas decisões para norteá-la diretamente no Mercado de Eletricidade e indiretamente na vida dos seus congregados. Seu estilo de escrita procura escapar as formalidades institucionais revelando pormenores que jamais seriam descritos nos relatórios de companhias de grande porte, como ele próprio afirma:

Esses documentos, entretanto, não resumem tudo o que há a dizer sobre uma companhia. Tal como ocorre na maioria das grandes empresas nacionais ou estrangeiras, de qualquer setor, um bom número de fatos friamente assinalados nos relatórios e publicações oficiais, como outros tantos sequer mencionados, tem por trás histórias relevantes, algumas vezes políticas ou administrativas, outras vezes simplesmente pitorescas, que facilitam o entendimento das razões desses episódios formalmente registrados, mas que à época de suas ocorrências não podiam ser divulgadas, sob pena de gerarem polêmicas que poderiam prejudicar os entendimentos então em curso, dos quais resultaram decisões importantes (COTRIM, 1994, p.15).

A transparência ao contar a história tornou a leitura interessante, especialmente no meu caso, em que, a cada linha, procurava reconhecer como que o rosto de um velho amigo. Este reconhecimento é um trabalho que envolve história e memória. Assim, no meu caso, os dados não são estáticos, mas se movimentam e comunicam entre si sentido. Eles vão e voltam. Se dirigirem ao passado e retornam ao presente, justificando-o. Como no caso em que sempre percebi certo prestígio dos técnicos e engenheiros de Furnas como um grupo de profissionais seletos no Brasil. Desde criança sabíamos distinguir isso, o que foi corroborado por Cotrim em diversos trechos, justificando o alto nível de sua equipe e equiparando-a a desbravadores:

É que se tornou patente que estava surgindo no país uma geração de técnicos genuinamente nacional, bem formada e séria, que vinha para ficar – e como ficamos! – capaz de enfrentar qualquer tipo de problemas que o setor apresentasse como o futuro bem demonstrou. De Paulo Afonso à CEMIG, das empresas paulistas que mais tarde se fundiram na CESP ao Rio Grande do Sul, além de outras empresas estaduais que aos poucos se formaram, e logo depois em Furnas, Eletrobrás, Eletronorte, Eletrosul e Itaipu, essa equipe se expandiu e se multiplicou, firmou-se e dominou com competência e brilho todo Setor Elétrico Brasileiro, inclusive, por ironia do destino as

próprias empresas estrangeiras que antes haviam reinado absolutas no ramo (COTRIM, 1994, p.52).

O fato é que, conforme a mentalidade da época, Furnas tinha grande importância social por aquilo que veio socorrer: o grande déficit de energia elétrica em meados da década de 1950, em especial na região Centro-Sul do país. Este déficit apontado por Cotrim (1994) é corroborado por Biblioteca do Exército (1977), Furnas (1987) e Eletrobrás (2012)²⁷. Neste sentido, Cotrim (1994) nos apresenta a questão: porque o Governo Federal assumiu a responsabilidade do suprimento de energia elétrica justamente em uma região dotada de riqueza e coberta pela prestação de serviços da iniciativa privada? Embora se tenha em conta motivos ideológicos, como a expulsão do capital estrangeiro do país, o real motivo foi o grande déficit da capacidade de energia elétrica, pela qual só o Governo poderia evitar, conforme descreve Cotrim (1994). É mister destacar que, até a Segunda Guerra Mundial, os serviços de eletricidade estavam a cargo das empresas privadas, em sua maioria estrangeiras. A industrialização suscitou expressivo aumento na demanda por energia elétrica, ocasião em que o Brasil deixou de ser um país puramente agrícola. Inicialmente, esta demanda era solicitada pelos grandes centros urbanos. Aos poucos, com a migração rural, também as pequenas cidades do interior passaram a solicitar a eletricidade, então sinônimo de bem estar econômico e pessoal. No entanto, a eletrificação das cidades do interior não era matéria de interesse por parte das empresas privadas, especialmente desmotivadas pela insuficiência de recursos para investimento em grande escala (COTRIM, 1994).

²⁷ O déficit apontado foi sublinhado por três frentes de trabalho: a primeira foi a Missão Cooke, chegada ao Brasil em 1943 para suporte no esforço de guerra; em seguida, veio a missão Abbink que, em 1948, fez a análise de setores potenciais para acelerar ou frear o desenvolvimento do país e, por fim, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que, em 1951, confeccionou projetos de desenvolvimento de uma infraestrutura para implantação de indústrias de base no Brasil. Todas apontavam a insuficiência do país para suprir novas demandas de energia elétrica (COTRIM, 1994).

A energia elétrica tornou-se para o governo da época supracitada em um “ponto de estrangulamento da vida brasileira, no tocante não só ao desenvolvimento econômico, como ao bem estar da população”, conforme apresenta Cotrim (1994, p.24). Em síntese:

De um lado, tínhamos um interior imenso absolutamente carente de serviços de eletricidade capazes de satisfazer às necessidades mínimas de um cidadão dos meados do século XX e o florescimento de novas áreas de desenvolvimento industrial, localizadas longe dos grandes centros e demandando quantidades de energia elétrica que as pequenas empresas locais não tinham meios de suprir (COTRIM, 1994, p.24).

Ademais, os sistemas elétricos isolados não intercambiavam energia, tão pouco utilizavam racionalmente suas instalações, o que inviabilizava o aproveitamento hidrelétrico de grande porte, visto que a potência era demasiada para estes sistemas. A necessidade de promover a interligação entre as empresas era imperiosa. Sendo assim, era somente questão de tempo para que, dada a restrição de investimento pelo capital privado, somada às forças nacionalistas e socializantes, a intervenção estatal abarcasse quase que por completo o sistema elétrico brasileiro (COTRIM, 1994).

O poder público, diante desse cenário, descrito por Cotrim (1994, p.26) como um “nó para o desenvolvimento”, teve de participar massivamente do esforço de eletrificação do país. O governo lançou mão de estudos para aproveitamento do potencial hídrico e das reservas carboníferas do país. A ação teve como resultados imediatos, por exemplo, a criação da CEEE, para interligar centrais hidrelétricas e térmicas do Rio Grande do Sul e da CHESF, com o objetivo de atender a necessidade de eletrificação de áreas do nordeste do país. A partir de 1950, o poder público manifestou-se na região Centro-Sul do país por iniciativa dos estados, com a construção de usinas de energia elétrica direcionadas às necessidades específicas dos mesmos. Os investimentos estaduais ainda assim eram insuficientes e os programas de expansão eram restritos, conforme apontava o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek. Este plano continha o tópico sobre energia elétrica, do qual Cotrim era

o coordenador. A área mais crítica correspondia a região Centro-Sul, ameaçada pelos racionamentos, como era o caso da região atendida pela São Paulo Light, na hipótese de anos hidrológicos desfavoráveis. Kubitschek iniciou seu governo em condições favoráveis para investimentos no setor elétrico. Era então necessário intensificar os esforços para ora mapear as áreas com maior potencial hidroenergético, ora concretizar os projetos já mapeados. Por volta da década de 1950, muitos estudos de hidrometria já haviam sido realizados. Estas pesquisas revelavam novas possibilidades hidrelétricas no país (COTRIM, 1994). Nesta época, por volta de 1954, Cotrim era o Diretor Técnico da CEMIG, então uma empresa nova e em franca expansão. Em sua gestão, organizou um plano sistemático de trabalho para mapear os principais rios dos estados, com estudos que compreendiam desde a cabeceira até a sua confluência em outros cursos de água. A finalidade era identificar tudo que houvesse de interessante na perspectiva energética. O Rio Grande²⁸ era um deles; decidiram então por estudar uma área pouco explorada do mesmo (COTRIM, 1994).

Nessa busca, Cotrim descreve a descoberta de um sítio para um grande projeto hidrelétrico. Este sítio posteriormente daria início a empresa que atravessa este estudo. O trecho abaixo ilustra este fato histórico:

Encarreguei um dos meus auxiliares que já estavam enfiados no assunto, o então jovem engenheiro Francisco Noronha (que um dia chegaria a presidência da CEMIG), de fazer a exploração pioneira de todo o trecho mencionado, com o objetivo preliminar de identificar saltos ou corredeiras que pudessem ser aproveitadas para futuras usinas. Acontece que o Noronha tinha um amigo e colega, o hoje grande empresário Murilo Mendes, cujo pai, o engenheiro José Mendes Júnior, fundador da empresa que leva seu nome, possuía nas vizinhanças da cidade de Passos²⁹, na margem do Rio Grande, uma fazendola onde costuma reunir-se com os amigos para pescar nas corredeiras das Furnas, nome que se deve às cavernas escavadas pelas águas nos paredões do desfiladeiro onde passavam.

²⁸ Curso de água de planalto que se origina no município de Bocaina de Minas, banhando os estados de Minas Gerais e São Paulo e sendo um dos formadores do Rio Paraná.

²⁹ Cidade situada no Sul de Minas Gerais.

O Dr. José Mendes sugeriu ao Noronha que pousasse em sua propriedade para ver tais corredeiras e o desfiladeiro (COTRIM, 1994, p.40)³⁰.

Tratava-se de um longo desfiladeiro, cercado por paredões de mais de cem metros de altura. Após documentá-lo com fotografias, enviaram os dados a Cotrim, que sobrevoou a região em um avião a baixa altura, tendo ele toda a visão da bacia. Sua conclusão foi que a bacia tinha potencial para criar um reservatório de regularização, beneficiando por tabela as usinas a serem construídas a jusante, maximizando o potencial natural do rio. Como um projeto de grande magnitude – mais de um milhão de quilowatts – correspondia a um terço da capacidade nacional instalada e situava-se fora das escalas do mercado das empresas estaduais recém-criadas (COTRIM, 1994). A descrição de Cotrim prossegue apresentando as dimensões do projeto:

Quando desfraldei uma série de gráficos e mapas coloridos que encheram toda a parede à frente do auditório (naquela época não havia os recursos de projeção como os de hoje), mostrando aquela sucessão de possíveis aproveitamentos em cascata desde a cota 900, perto das cabeceiras do Rio Grande, até a cota 250, na confluência do Rio Paranaíba, num desnível total de 650 metros e com uma potência instalada de no mínimo 7.500 MW, cerca de quatro vezes a potência total das usinas da Light, naquela época, os colegas canadenses e brasileiros presentes ficaram embasbacados. Simplesmente não podiam acreditar. Aliás, a nossa própria convicção só foi se firmando à medida que avaliávamos cada trecho do rio. É que todos nós tínhamos até então uma noção completamente falha do potencial hidrelétrico brasileiro, haja vista o fato, já mencionado, de que pouco mais de um ano antes, no Congresso da Conferência Mundial da Energia, realizado em Quitandinha, todo o potencial do país fora estimado em apenas 16.000 MW, metade dos quais pelo visto já estava ali, só no Rio Grande (COTRIM, 1994, p.48).

Tão grande potencial dava início a constituição de um nome, “Furnas”, como sinônimo de importância pelo impacto que traria ao Sistema Elétrico Brasileiro. Este nome remete, historicamente, a uma importância política e econômica devido ao prestígio que obteve entre as empresas estrangeiras do mesmo ramo. Remete ainda à competência dos brasileiros em

³⁰ Anexos: Imagem 2 e Imagem 3.

resolver problemas e desafios inerentes a magnitude do projeto de Furnas, e dos demais projetos que Furnas assumiria a seguir, conforme expressa Cotrim (1994). Esta narração denota a identidade de Furnas que é comungada pelos depoentes desta pesquisa. Neste sentido, a descrição de Cotrim revelou traços que me possibilitaram reconhecer o rosto social de Furnas e tomar nota de informações relevantes a este estudo, como no caso da visita de Cotrim ao local da barragem. Este fato marcou a inversão da relação de importância entre empresas nacionais e estrangeiras. O trecho adiante ilustra a constituição histórica do que significou e o que significa o nome Furnas como sinônimo de orgulho para as pessoas que dela fizeram parte:

Mas os maiorais da Light queriam saber mais; queriam ir até o Rio Grande ver com os próprios olhos o que eu havia relatado.

(...) seguimos a pé, morro acima, por caminhos pedregosos e enlameados, até o topo do *canyon*, para que todos pudessem ver, aquela formação da natureza tão propícia a uma barragem.

A visão daquele grupo de cavalheiros ilustres, alguns dos quais meio velhucos, vestidos de roupas de escritório e calçando sapatos sociais, escalando e bufando morro acima pelo meio do mato cheio de carrapichos e pedregulhos foi uma cena inesquecível, digna da imaginação de um cineasta, que por si só valeu a viagem para o pessoal da minha equipe que foi junto.

Aí todos se convenceram de vez. Um desses personagens, de cujo nome não me recordo mais, num magnífico e solene gesto de cortesia, avançou para mim e estendeu-me a mão num espetacular *shake hands* à vista de todo mundo, como se eu fosse criador daquele cenário.

Esta minha digressão, aparentemente supérflua, para descrever episódios de somenos importância do ponto de vista da elaboração do projeto tema deste capítulo, foi feita propositalmente, por me parecer que estes fatos merecem ser lembrados, pela importância política *latu sensu* que tiveram na mudança do conceito até então corrente entre as empresas do ramo, com reflexos no exterior devido ao seu prestígio lá fora, acerca da seriedade e capacidade de atuação dos brasileiros em geral, diante dos problemas e desafios da magnitude implícitos no projeto Furnas (COTRIM, 1994, 49-51).

Tais desafios foram de ordem técnica, financeira e referente à mão de obra especializada para esse ramo de atividade. A agitação política seguia após a morte de Getúlio Vargas,

antecedendo a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da república. Lucas Lopes³¹, seu braço direito para as questões econômicas, passou a trabalhar na formulação do programa de governo para o futuro presidente e solicitou pressa para finalizar o projeto de Furnas. Dada a vitória de Kubitschek na eleição presidencial em 1956, Lucas Lopes acumulou as funções de Secretário Geral do Conselho de Desenvolvimento e a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Cotrim se desligou da CEMIG e passou a integrar a equipe do Conselho como coordenador da Meta de Energia Elétrica. Ao ir para o Conselho, Cotrim levou consigo o projeto de Furnas, incluído no Plano de Metas como obra prioritária por sua potência e localização, que melhor atendiam a demanda então existente. Em tais condições, a usina deveria ficar pronta antes da estação de seca de 1961. Para a realização deste projeto, tornou-se necessário ao Governo Federal a constituição de uma entidade com estrutura técnica e jurídica para incumbir-se da tarefa. No Conselho de Desenvolvimento foi proposta a criação de uma empresa de economia mista, controlada pelo Governo Federal, da qual fariam parte os estados de Minas Gerais e São Paulo e empresas privadas da região. A intenção de Kubitschek, inspirado por Lopes, era dar um sentido participativo de toda a região. Seguindo os trâmites para operacionalização do projeto, Lopes, em nome do presidente Kubitschek, convidou Cotrim para organizar e presidir esta nova empresa, então chamada Centrais Elétricas de Furnas, por analogia à CEMIG, Centrais Elétricas de Minas Gerais. Posteriormente, ampliada suas dimensões, passou a se chamar Furnas Centrais Elétricas S.A. No entanto, o projeto de Furnas não estava resumido nesta barragem e nos escritórios

³¹ “Lucas Lopes: Engenheiro, economista e professor, diretor do Plano de Obras da Comissão do Vale São Francisco, coordenador do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, Presidente da Cemig (1952- 1956), Ministro da Viação e Obras Públicas nos Governos de Café Filho e Nereu Ramos (1954-1956), presidente do BNDE (1956-1958), Ministro da Fazenda no Governo de Kubitschek (1958-1959) e Presidente do Conselho de Administração de FURNAS.” (COTRIM, 1994, p.166)

supracitados, mas na construção de uma empresa ampla de produção de energia elétrica no país (COTRIM, 1994).

Por conseguinte, cabia-nos a missão de preparar, enquanto construíssemos Furnas, uma companhia que não fosse um “canhão de um tiro só”, como diria Mario Bhering³² mais tarde referindo-se à ITAIPU Binacional, mas que fosse uma empresa permanente de produção e transmissão de energia em grosso. Só que naquela hora, as coisas não poderiam ser ditas abertamente, pois poderiam assustar muita gente, principalmente nos grandes estados onde havia quem alimentasse o receio de que o Governo Federal estaria entrando no setor para tomar tudo. Foi essa a principal razão de o nome da companhia ter sido inicialmente Central Elétrica de Furnas S.A., e não FURNAS Centrais Elétricas S.A., como mais tarde passou a denominar-se. Por todas essas razões tivemos que ficar “maneirando” até que o Gallotti e o Monteiro³³ tivessem tempo de amaciar a turma da casa para que aceitasse um esquema de suporte de FURNAS, sem ter contudo uma participação direta na obra (COTRIM 1994, p.89).

Paralelos aos trâmites para a construção desta grande hidrelétrica estavam os impactos socioambientais com os quais a empresa teria de lidar. Furnas, por um lado, independente, forte e sinônimo, para mim e para os demais depoentes, mãe, para os moradores das margens do Rio Grande e do Rio Sapucaí certamente deverá ter sido equivalente a uma máquina de destruição.

A área inundada estender-se-ia a uma distância de 240 km da barragem, no Rio Grande, e a 170 km no Rio Sapucaí, formando um grande lago em forma de “V” e cobrindo uma área de cerca de 1.600 km², na qual estavam compreendidos 32 municípios, correspondentes a 16 comarcas judiciais (16 juízes), mais de 5.000 propriedades rurais, além de próprios municipais (pontes, estradas, zonas urbanas parcialmente atingidas, cemitérios, etc...) (COTRIM 1994, p.116).

A respeito da área inundada, havia ainda a possibilidade da realização de uma barragem mais baixa, sem atingir quase nada das estruturas supracitadas; no entanto, esta opção foi

³² Mario Bhering, presidente da Eletrobrás de 20/03/1967 a 07/11/1975 (primeiro mandato); e de 10/04/1985 a 29/05/1990 (segundo mandato), conforme Eletrobrás (2012). Foi também um dos fundadores da CEMIG.

³³ Antônio Galotti e João da Silva Monteiro Filho (...) funcionários de alto escalão do departamento executivo da Light, “simpáticos, finos no trato, de grande sensibilidade política e amabilíssimos negociadores, ambos tiveram presença marcante no sucesso de nossas negociações com a Light para trazê-la para FURNAS” (COTRIM, 1994, p.86-87).

descartada visto que a potência instalada e a energia a ser aproveitada seriam também bem menores. Além do que se perderia a criação do chamado reservatório de regularização plurianual. Era difícil também para as pessoas da região manifestar suas preocupações, visto que circulavam boatos sobre a extensão da inundação, e, como a empresa ainda não tivera sido criada, não se sabia a quem recorrer. Isto levou Cotrim e Lucas Lopes a realizarem uma reunião com os moradores do local e autoridades da região como prefeitos e deputados. Durante a reunião transcorrida na cidade de Alfenas (MG), Cotrim e os demais participantes tentavam apaziguar os debates sobre o receio da diminuição do valor das terras, prometendo um tratamento justo e humano por parte de Furnas, pois, não era sua intenção “transformar uma obra de importância nacional em uma desgraça regional” (COTRIM, 1994, p.121). Também havia a problemática da receita por parte dos municípios e os custos de realocação de pontes, estradas e linhas telegráficas e telefônicas, além de ter que deslocar os moradores para locais próximos ao futuro lago. Cotrim ainda tentava, inutilmente, explicar os benefícios advindos para a região com a criação de um grande lago e os possíveis empreendimentos que surgiriam na área de lazer e turismo, e que beneficiariam a região (COTRIM, 1994). Carvalho e Nogueira (2015) relatam um trecho da entrevista com o senhor Estevam Lindolfo Cabral, de 90 anos, antigo morador de um bairro inundado, que ilustra o drama vivido pelos habitantes do local:

Aonde a água pegou, judiou demais, muito triste mesmo. Os fazendeiros perderam muito barracão, casa, plantação, terra, teve fazendeiro que perdeu muito arqueiro. Meus vizinhos perderam as fazendas tudo, lá no fundo de casa, perto de casa tinha um homem, ele tinha uma família grande, ele era muito bom, a água pegou tudo (pausa) tudo, uns quarenta arqueiro, não deu nada (se referindo à indenização) saíram sem nada, uma tristeza, saiu com as coisas no carro de boi, com o arroz, sem saber onde ia morar (CARVALHO e NOGUEIRA, 2015).

E ainda:

(...) era comovente ver as famílias fitando os olhos nas águas, que subiam e alagavam suas casas, calmamente. Digo “calmamente” porque a água não

chegou de uma só vez. Tenho reportagens antigas com fotos muito chocantes, que ilustram essa situação. A foto que vou lhe mostrar agora é da Revista Manchete de 1963, que traz como título da matéria: “A tristeza de alguns é apenas momentânea, pois sua região receberá os benefícios do progresso” (PAZ, ALVES e REIS, 2016)³⁴.

Neste ponto, pausei a leitura de Cotrim para então poder fazer um breve “mergulho nestas águas” e o que elas submergiram. Muito me atraiu esta leitura visto que comungava com eles nos seus sofrimentos da perda do lugar. A leitura de dois materiais sobre as memórias submersas no chamado popularmente “Mar de Minas”³⁵ me deixaram um tanto quanto estática. Apesar de parecer fugir ao foco tema, entendi que essa matéria era de importância pelo impacto em mim provocado em relação ao que significa a identidade de Furnas. Foi uma espécie de conflito sobre quem é Furnas para mim, visto que tudo isso me era desconhecido. Este é um tipo de leitura que certamente levará um tempo até que eu possa entendê-la por completo. Isto porque o conflito que descrevo está relacionado a um choque de identidades. Não fiquei em paz pelo que li, sabendo que a mesma Furnas é por mim e por meus condescendentes vista como a grande mãe provedora. Aquele mar me pareceu um grande cemitério. A leitura dos materiais e os vídeos que assisti me paralisaram. Furnas, pelos vilenses chamada de mãe, era pelo pároco de Guapé³⁶ chamada de “demônio”³⁷, como lembra Alberto William Fraisse, engenheiro agrônomo que participou da construção da usina: “Ele ia pro alto falante, de manhã cedo, cinco horas da manhã: atenção meu povo, está aí! Chegou o demônio de Furnas. Veio pra tomar as terras de vocês”³⁸.

³⁴ Anexos: Imagem 4, Imagem 5 e Imagem 6.

³⁵ Anexo: Imagem 7.

³⁶ Um dos municípios de Minas Gerais que foi submerso pelas águas da barragem de Furnas.

³⁷ Documentário: A Travessia das Águas. Capítulo IV. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kZrMUJNjsYw>>. Acesso em 17/11/2019.

³⁸ Idem.

A reunião de Cotrim e Lucas Lopes com a população e os políticos locais seguia por longas horas. O trecho abaixo ilustra o acontecimento histórico que antecedeu a criação de Furnas:

Obviamente que num único encontro, realizado em clima de discussões acaloradas entrecortadas de apupos, visto que a reunião assumira as proporções de um comício, enfim, em meio a um fogo cruzado de debates e apartes de toda natureza, seria impossível apresentar soluções amadurecidas para os problemas que não cessavam de aflorar.

Lá pelas tantas, entretanto, aconteceu um fato pitoresco que teve o dom de aliviar as tensões. Os discursos sucediam-se, cada vez mais acalorados e agressivos; sentia-se crescer a tensão no ambiente. Eu respondia a tudo, fazendo um esforço tremendo para me manter calmo. De repente, um aparteante exclama, referindo-se à minha calma:

- Este homem não tem alma, tem coração de ferro!

Ao que uma voz, vinda de trás, imediatamente acrescentou:

- Ferro elétrico...

Seguiu-se uma gargalhada geral e o ambiente desanuviou-se, voltando as discussões a um tom normal.

Enquanto isso, o tempo passava e a noite caía. Tivemos de nos conformar em pernoitar por lá e em decolar ao amanhecer do dia seguinte para chegar ao Santos Dumont a tempo de seguir para Petrópolis (COTRIM, 1994, p.123).

Desconheciam aqueles participantes que em vão protestavam pelo fim do projeto de Furnas.

No dia seguinte à reunião de Alfenas, já estava agendada pelo presidente Kubitschek a aprovação dos Atos Constitutivos da Companhia³⁹:

O nosso insucesso em oferecer soluções imediatas para a maioria dos problemas suscitados acabou levando a um direcionamento de atitude que, no fundo, era o verdadeiro objetivo dos que haviam comparecido à reunião de Alfenas. Consistia em criar obstáculos ao empreendimento e em protelar o início das obras, na expectativa de o ânimo do Governo em levar avante o projeto arrefecesse.

Tanto isso era verdade que, a certa altura, surgiu um memorial dirigido ao Presidente da República, encabeçado por parlamentares e autoridades da região e ao qual deram pronto apoio os proprietários presentes, além da gente do povo que ali se encontrava. Esse memorial me foi solenemente entregue para que eu o fizesse chegar às mãos do Presidente. Mal sabiam aquelas pessoas, pois em momento algum deixamos transpirar esse fato, que na manhã seguinte iríamos a um encontro com o Presidente em Petrópolis, para presenciar sua aprovação dos Atos Constitutivos da Companhia.

³⁹ Anexos: Imagem 8 e Imagem 9.

Diga-se de passagem que eu não me furtei a ser portador desse memorial, que foi efetivamente por mim entregue ao Presidente, que o fez protocolar na minha presença no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, deixando em minhas mãos o recibo do protocolo. Só que essa entrega foi feita de forma tão casual que o Presidente sequer pode dar atenção ao documento, tão cercado estava de pessoas que solicitavam incessantemente sua atenção. Pelo visto, ele, pessoalmente, jamais chegou a ler esse memorial, pois nunca me falou a respeito. Eu também não cobre. Missão cumprida, embora não perseguida (COTRIM, 1994, p.119-120).

Tudo foi submerso em uma imensidão azul, na qual não há mais o que é belo, senão para aqueles que usufruiriam posteriormente do turismo. Com o fechamento das comportas da barragem em 1963, durante o governo de João Goulart, a região se transformou com a inundação das fazendas, vilarejos e cidades. São José da Barra (MG), então com 3.000 habitantes foi inundada totalmente, assim como Guapé, o que obrigou Furnas a construir uma nova cidade em uma região mais alta, inclusive para seus engenheiros⁴⁰, conforme Franco (1985) *apud* Pozzer e Ferrão (2018). Em 1965, no governo de Castelo Branco, durante o Regime Militar, a Usina de Furnas foi inaugurada, e a região passou a ser caracterizada pela “lâmina d’água” do lago de Furnas, conforme expressão de Pozzer e Ferrão (2018). Os municípios foram interligados e sofreram profundos impactos socioeconômicos e ambientais. Furnas foi inaugurada, com nível de potência equivalente a uma das maiores do mundo, salvaguardando o sistema da Light São Paulo de um iminente colapso no fornecimento de energia elétrica. E se expandiu, conforme o trecho abaixo:

(...) mas a Empresa não parou por aí. E foi em frente, aumentando a capacidade geradora do País. Vieram Estreito, Mendonça, Colômbia, Marimbondo, Itumbiara, Funil, a ampliação das termelétricas e a conquista da tecnologia da geração nucleoeletrica, com a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (FURNAS, 1987, p.5).

⁴⁰ Anexo: Imagem 10. Este registro fotográfico apresenta as dez primeiras casas de vilas operárias construídas por Furnas para seus engenheiros.

Ademais, Furnas atenderia cerca de 20 milhões de pessoas, o que significava a terça parte da população total do país, abrangendo cerca de 500 municípios. A construção, em torno de cinco anos e meio, foi considerado um feito, dadas as perturbações econômicas e políticas enfrentadas pelo país na época. Este foi um motivo que levou Furnas a gozar de grande credibilidade pelo Banco Mundial, abrindo as portas para futuros financiamentos em demais obras. O capital a ser utilizado para construir a Usina de Furnas foi realizado em nome da futura Eletrobrás, pela Lei 2.944 de 8 de novembro de 1956, o que permitiu que Furnas fosse criada com agilidade, ou seja, sem tramitações no Congresso, o que poderia levá-la a ter outra identidade, como aponta o trecho a seguir:

Na melhor das hipóteses, perder-se-ia um tempo enorme na tramitação da lei no Congresso, onde uma poderosa conjugação de forças entre a Frente Nacionalista e a bancada mineira, no mínimo vetaria a participação da Light, sem falar na possibilidade de os altos cargos da empresa já saírem “loteados” juntamente com a lei. FURNAS talvez um dia viesse a ser criada, mas com toda certeza dirigida por outra gente e com outro tipo de organização (COTRIM, 1994, p.105).

Furnas nasceu sem padrão, conforme explica Cotrim (1994); nasceu como subsidiária da Eletrobrás sem que essa existisse; foi “filha de uma mãe que estava para nascer” (COTRIM, 1994, p.105). A lei que criou a Eletrobrás como uma *holding*⁴¹ foi sancionada somente no governo de Jânio Quadros, mas os fatores políticos, a renúncia de Quadros e a agitação política que o país vivenciou levaram a Eletrobrás a ser instalada somente em 11 de junho de 1962, no governo de João Goulart (COTRIM, 1994). Antes da criação da Eletrobrás, Furnas reportava-se diretamente à Presidência da República durante o governo Kubitschek, adquirindo grande independência, a qual jamais renunciou, conforme explica Cotrim (1994):

⁴¹ Empresa que detém a posse majoritária das ações de outras empresas.

Furnas, entretanto, jamais se conformou em abrir mão dessa liberdade quando o Setor, com a criação do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás, se institucionalizou e se estruturou, ficando a companhia numa posição hierarquicamente inferior. Esta é a origem de muitos atritos e incompreensões entre FURNAS e sua controladora que até hoje, lamentavelmente, perduram, mais de 30 anos após a criação da Eletrobrás (COTRIM, 1994, p.106).

Esses conflitos indicam a diferença no estilo de administração: a Eletrobrás, marcada pela influência política conforme sugerido por Cotrim (1994), contrastava com Furnas, que privilegiava um modelo técnico originário da CEMIG. Essa independência de Furnas permitia à organização um enfoque técnico, livre das pressões políticas, o que certamente trazia agilidade aos processos operacionais da empresa e a conclusão à termo dos projetos de grande porte. A fala de Cotrim (1994) indica esta polarização nos estilos de gestão, especialmente quando explica os fatores de sucesso da companhia e o que para ele significou a palavra “independência”:

O primeiro desses fatores era a absoluta independência administrativa de que gozávamos muito pouca influência por pressões políticas; o segundo era o nível de salários que podíamos oferecer.

Naquele tempo, as estatais eram tratadas como empresas na acepção da palavra, agindo e disputando pessoal no mercado de trabalho como se faz na iniciativa privada.

A paridade em matéria de salários, entre o setor empresarial estatal e o setor privado, vigorou por várias décadas, dando tempo a que se fosse formando, no caso do Setor Elétrico, toda uma geração de elite, a qual inclusive, de tal forma se projetou internacionalmente e que fez do Brasil uma das mecas dos países do Terceiro Mundo à procura de orientação no setor (COTRIM, 1994, p.152).

Este apelo técnico, tão reforçado por Cotrim, marcou a estrutura de Furnas e assinala a influência do próprio Cotrim, sobretudo nos aspectos culturais da empresa. O ditado inglês que cita abaixo ilustra a sua maneira de ser, e reflete o tipo de pessoas as quais ele chamava

para os grandes escalões hierárquicos de Furnas, por ocasião da fundação da companhia e durante os 17 anos de sua gestão⁴²:

Outra pessoa que marcou época foi a figura ímpar na história de Furnas – de vista não como uma empresa de eletricidade, mas como um local de trabalho – foi Emelino Jardim, que ingressou na Companhia logo no início de suas atividades, tornando-se, com o tempo um dos funcionários mais conhecidos e mais comentados da casa. Oriundo do antigo Grupo Matarazzo (setor têxtil), viria a tornar-se Chefe do Departamento de Administração da Companhia – o ferrabrás da ordem, da disciplina, o símbolo da eficiência dos serviços gerais da empresa.

Nos tempos do Jardim, não havia rodinhas nos corredores ou nos pátios em hora de expediente. Tampouco se viam funcionários chupando sorvete nos elevadores e, muito menos comércio de ambulantes dentro da empresa. (...) Depois dele nenhuma mosca entrava... Furnas era uma empresa que um estrangeiro podia visitar e se sentir em uma empresa de Primeiro Mundo (...) Tudo isso, pode, a primeira vista, parecer irrelevante e pouco democrático – para usar a expressão da moda que serve para tudo – mas há um ditado em inglês, levado muito a sério na Inglaterra, cujo princípio na prática funciona muito bem: *a neat appearance reveals a neat mind* (um ar arrumado revela uma mente arrumada) (COTRIM, 1994, p.153-154).

Quando li este ditado inglês, foi inevitável lembrar as vilas operárias de Furnas e ligar uma coisa com a outra. Este “ar arrumado” era a empresa Furnas e representava o lugar onde eu morava. Coincidentemente, por estes dias, encontrei-me com um depoente desta pesquisa, Souza⁴³. Como a leitura sobre a Memória de Furnas estava recente, logo introduzi o assunto com ele falando sobre a figura de Cotrim. Souza disse: “Eu o conheci. Cotrim era linha dura, mas é porque ele sabia muito.” Este foi um dos fatores de sucesso de Furnas: as pessoas pelas quais Cotrim se cercou, conforme seus princípios técnicos, o que permitiu que as obras seguissem sem complicações gerenciais. Outro fator de êxito foi o fato de Cotrim não gerenciar a empresa pelos métodos tradicionais das obras públicas: iniciando a obra sem

⁴² De 28/02/1957 a 26/04/1974 (FURNAS, 1987).

⁴³ Formou-se engenheiro em 1966 e ocupou cargo de alta hierarquia em Furnas. Foi morador da vila residencial de Mambucaba.

verbas, orçamento ou organização adequada para dirigi-las, conforme se procedia e ainda se procede no Governo Federal como afirma Cotrim (1994):

(...) politicamente, o início de uma obra pública tem em geral um impacto muito maior que a sua conclusão, principalmente, quando se trata de obras de longa duração. Como o público se acostuma com a ideia da obra em andamento, na hora da inauguração, o evento tem seu impacto bastante amortecido.

Quando o administrador tem ambições políticas, a lei que rege suas decisões é quase sempre esta. As obras são iniciadas com grande fanfarra, contraem-se empréstimos no exterior sem preocupação com a contrapartida da moeda nacional e, um belo dia, os trabalhos param por falta de verbas, os empreiteiros não são indenizados, e o Governo, avalista do empréstimo, acaba tendo que pagar enormes somas a título de penalidades bancárias (*commitment charges*) (COTRIM, 1994, p.72).

Na CEMIG, por outro lado, Cotrim iniciou uma nova escola, a exemplo de Lucas Lopes, que montara um programa de obras baseado em um esquema de financiamento equacionando recursos fiscais advindos do programa somados à financiamentos do BNDE e externos, como do Banco Mundial e agência congêneres. Foi este o principal fator de êxito no caso da CEMIG e o objetivo de Cotrim era repetir este modelo em Furnas (COTRIM, 1994). Cotrim privilegiava a técnica à politicagem, posição que defendeu em Cotrim (1994) e no discurso em Furnas (1987), por ocasião da cerimônia de 30 anos da companhia. Porque destaco tais fatos? Eles me pareceram importantes especialmente por refletir todo o sistema de organização presente em Furnas. Isto se podia perceber, ao menos na organização das vilas e na forma como os funcionários falavam sobre a empresa: como quem dá a vida, à semelhança de Cotrim. Mas, do ponto de vista de Domingues (1997) e do próprio Cotrim, esta imunidade foi ameaçada. Eu mesma procurava entender melhor sobre isto, visto que no livro “Reinventar a Roda: a Política Nuclear no Brasil entre 1964 e 1978”, Domingues (1997) traçava um cenário pessimista a respeito da política nuclear e, conseqüentemente, da Usina Nuclear de Angra dos Reis, a qual Furnas foi incumbida posteriormente de construir e operar. Cotrim

parece corroborar este cenário traçado por Domingues (1997) em seu discurso de Furnas (1987):

(...) E como se não bastasse, paira sobre as administrações das empresas a ameaça de perderem tudo aquilo que tem sido um dos seus grandes apanágios: a imunidade perante o seu clientelismo político de que tanto se beneficiou o setor no seu passado e que se constituiu num dos pilares sobre os quais se construiu a sua eficiência e reputação, a ponto de se tornar um verdadeiro celeiro de homens para os mais altos escalões do Governo. Eis porque mencionei, no início, a melancolia como uma das emoções que esta cerimônia desperta em minha alma (FURNAS, 1987, p.114).

Cotrim discursa sobre o panorama das empresas estatais do setor elétrico em um aspecto geral e especifica o programa nuclear como uma espécie de peso que recaiu sobre a gestão de Furnas:

Entretanto, apesar das vicissitudes econômico-financeiras por que tem passado o país, e das contingências de um programa nuclear mal concebido, cuja maior carga recaiu precisamente sobre Furnas, as administrações que sucederam a do meu tempo tem conseguido se sobrepor as imensas dificuldades daí resultantes e cumprir com brilho sua missão (FURNAS, 1987, p.114).

Mario Bhering, no documento da Eletrobrás que segue, também sugere dificuldades em agregar um programa nuclear aos projetos do sistema elétrico brasileiro:

Nos últimos meses de minha gestão à frente da Eletrobrás, quando já estávamos com o quadro hidrelétrico do país todo delineado, apareceu um novo desafio: encaixar no programa de obras a Usina de Itaipu. Era o planejamento energético de um país com demanda de 16 mil megawatts. Itaipu era um projeto binacional cuja inclusão irromperia o crescimento progressivo de outros projetos de porte médio. Mas paciência, fizemos. O problema piorou quando repetidamente caiu como um raio a decisão de agregar um programa nuclear (ELETROBRAS, 2012, p.15).

Neste caso, a intenção da construção de uma usina nuclear se apresentava nos documentos do governo pelos mesmos motivos já descritos: prevenir a escassez de energia elétrica em uma macrorregião. Diante da crise do Petróleo em 1973, o governo de Ernesto Geisel lançou o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Este era um ambicioso programa militar, que previa a produção de insumos básicos e bens de capital para desestimular a dependência das

importações e diminuir o déficit na balança comercial brasileira. Para atender as metas do II PND, a Eletrobrás elaborou o “Plano de Atendimento aos Requisitos de Energia Elétrica até 1990 - Regiões Sudeste e Sul”, que foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia em 1974. Este estudo ficou conhecido como Plano 90. Este plano previa a implantação de outras grandes usinas no Rio Grande e avaliou a interligação energética entre duas regiões considerando o sistema da Usina de Itaipu. No Plano 90, a Eletrobrás trabalhava com cenários que apontavam uma tendência menor de crescimento do mercado na década de 1980. Do contrário, projeções do Governo Central sinalizavam escassez dos recursos hidrelétricos e a consequente insuficiência em suprir as demandas de energia elétrica no país nesse período. Este problema seria mais acentuado no Sudeste, dado o crescimento acelerado dessa região. Esta foi a avaliação que funcionou como justificativa para mobilizar recursos em direção a energia nuclear no Plano 90. A Eletrobrás havia manifestado a preferência pela energia hidrelétrica e nesta ocasião, havia uma série de inventários em rios no Norte e no Sul do País. Entretanto, no Governo Geisel, existia uma forte corrente que era defensora da energia nuclear, e que definiu a adoção deste viés no Plano 90, dando assim continuidade à história da energia nuclear no Brasil (ELETROBRÁS, 2012).

Sobre a energia nuclear em Furnas

Historicamente, a política nuclear tem suas origens no governo de Getúlio Vargas. No governo Kubitschek foram tomadas as primeiras decisões referentes à construção de reatores no país. Em 1962, conforme documento de Furnas (1987), um grupo chefiado pela CNEN estudou a viabilidade da construção de uma usina em Mambucaba, na faixa litorânea, ao sul do estado do Rio de Janeiro. A princípio, planejava-se algo de caráter experimental, uma usina-piloto ou usina-escola. O objetivo deste plano piloto era fornecer treinamento intensivo

a técnicos que, no futuro, quando a tecnologia se mostrasse segura e competitiva, assumissem a operacionalização do projeto. Este projeto não obteve sucesso visto que, um consórcio entre o Brasil e o Canadá denominado Projeto Canambra, presidido por John Cotrim, descartou a possibilidade de construção da usina em curto prazo. Mas em 1967, o assunto voltou à discussão no governo de Costa e Silva, e novos estudos foram feitos. Logo chegou ao Brasil uma equipe de técnicos chefiados pelo americano James Line (chefe da Agência Internacional de Energia Nuclear). O objetivo dessa visita era observar como estava organizado o setor nuclear brasileiro. Dessa pesquisa inicial elaborou-se o Projeto Line, entregue ao governo em 1968. Este foi o primeiro documento normativo com que o Brasil contou para o aproveitamento da energia nuclear. Ao contrário do projeto Canambra supracitado, este relatório concluía como viável a construção de usinas nucleares no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Dando prosseguimento à política nuclear, a CNEN fez um convênio com a Eletrobrás, que, em seguida, repassou à Furnas a responsabilidade pela construção e operacionalização da nova usina. Foi então que uma equipe de funcionários de alto escalão viajou à Europa e aos Estados Unidos para avaliar candidatos especializados para o fornecimento de tecnologia para esta usina. Em paralelo, seis engenheiros brasileiros foram enviados aos Estados Unidos para se submeterem a treinamentos em energia nuclear. Nesta ocasião, foi contratada a firma NUS Corporation, especializada em consultoria na área nuclear (FURNAS, 1987). Deste ponto em diante, mesmo com as diferenças políticas ou de gestão entre os governos, os tópicos expressos nas “Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Nuclear foram mantidas”⁴⁴. Conforme supracitado, essa política foi alavancada no governo de Costa e Silva, ultrapassando às necessidades do suprimento de energia elétrica a favor da modernização de

⁴⁴ Domingues (1997, p.43-44).

outras áreas afins. O discurso do Senador arenista⁴⁵ Arnon de Mello, comentado por Domingues (1997), ilustra essa opção pela política, apoiada na ideia da busca pela segurança nacional e pelo desenvolvimento tecnológico, como etapas para a construção da Grande Potência⁴⁶:

A posse da tecnologia nuclear, além de representar progresso (e, portanto, poder) econômico, significaria também poder político e militar. Além dos possíveis avanços da medicina (radioisótopos), agricultura (eliminação de pragas de plantas), pecuária (combate de pragas que atingem o gado), a energia nuclear aparece como um elemento necessário ao desenvolvimento industrial, como explosivo para prospecção e mineração, para a abertura de canais, túneis, açudes, a construção de estradas e pontes, a regularização do curso dos rios, etc. Enfim, para garantir o progresso de todo o país. Daí concluir ser urgente e inadiável a criação no Brasil de uma estrutura que nos dê autoridade para falar lá fora (DOMINGUES, 1997, p.16).

Em 1967, o discurso do Coronel Luiz de Alencar Araripe (assessor da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento) também corrobora o apelo à necessidade de modernização implícita na política nuclear:

O caminho será áspero. Já podemos antever alguns obstáculos que teremos de vencer para ingressarmos na era nuclear. Nós perdemos a era do carvão e chegamos com atraso à era do petróleo. Poderemos ficar atrás na era nuclear? (ARARIPE, 1967 *apud* DOMINGUES, 1997, p.18).

Em 1967, Costa e Silva declarou: “Se queremos ser uma grande potência, não podemos reinventar a roda todos os dias”⁴⁷; o discurso do governo pró-desenvolvimento nuclear era justificado pela ideia de progresso. Na expressão “reinventar a roda”, Costa e Silva fazia alusão à necessidade de modernização pela importação da tecnologia estrangeira existente

⁴⁵ Discurso pronunciado em 21/09/1967 no Senado Federal, conforme Domingues (1997, p.16).

⁴⁶ A expressão “Grande Potência” faz alusão ao projeto do Governo Federal intitulado “Brasil Potência” apresentado no documento “Metas e Bases para a Ação do Governo”, em setembro de 1970, conforme Domingues (1997).

⁴⁷ Pronunciamento do presidente Costa e Silva – Brasília – 06/04/1967 in Ministério das Relações Exteriores. Política Nuclear no Brasil. Textos e declarações. (DOMINGUES, 1997, p.15).

como meio de inovação tecnológica; isto foi chamado de desenvolvimento associado⁴⁸. A postura do Brasil em relação ao Programa Nuclear alinhava-se com a construção do chamado “Brasil Potência”, projeto pensado pelo Estado autoritário-burocrático⁴⁹ que se implantou após o início do regime militar em 1964. O Estado autoritário-burocrático buscou sua legitimação pela superioridade do técnico sobre o político, enfatizando o planejamento e o intervencionismo estatal. Os militares apontavam o ano de 1964 como um marco no desenvolvimento nacional, com a substituição do político pelo técnico, e relacionavam a modernização do país como meta do regime vigente (DOMINGUES, 1997). O trecho abaixo, escrito pela Biblioteca do Exército (1977), corrobora a fala de Domingues (1997) sobre o viés revolucionário pelo qual o Governo procurou se identificar:

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Revolucionário em 1964-1965, no sentido de racionalizar e dinamizar o desenvolvimento dos serviços de eletricidade, foi o estabelecimento do regime de tarifas realistas, mediante a atualização dos ativos dos concessionários daqueles serviços. (...) medidas tomadas pelo Governo Revolucionário para combater a inflação impuseram certa restrição no desenvolvimento da economia nacional no mesmo período. Tais fatores limitaram o aumento do consumo da energia elétrica até 1967 a uma média de 5,5% ao ano (BIBLIOTECA DO EXERCITO, 1977, p.16).

A expressão “Governo Revolucionário” resume a identidade pela qual o Estado procurava se afirmar a partir de 1964, mobilizado em torno do projeto “Brasil Potência”. Seguindo a política do desenvolvimento associado, em 9 de junho de 1969, foi assinado com a Alemanha um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. Esse acordo não era restrito à energia

⁴⁸ Desenvolvimento por meio de transferência tecnológica. A saber: “(...) do ponto de vista estritamente militar, a opção feita pelos militares brasileiros pelos reatores abastecidos não faz muito sentido, já que, a partir de reatores abastecidos a urânio natural é mais fácil extrair o plutônio, matéria-prima da bomba. Está certo que, do ponto de vista do “desenvolvimento associado”, que vinha impulsionando os governos militares e que postulava que o desenvolvimento tecnológico do país viria do acesso, ao menor tempo possível, ao que havia de mais moderno e desenvolvido neste campo. A opção pelo urânio natural aparecia, portanto, como uma “reinvenção da roda”, e a orientação da política nuclear dos militares no governo foi a de enfraquecer a posição política dos seus adeptos do urânio natural” (DOMINGUES, 1997, p.20).

⁴⁹ O termo autoritário-burocrático foi cunhado por Guilhermino O’Donnell, e se deve ao fato dos cargos governamentais serem ocupados por “pessoas que tiveram carreiras brilhantes em organizações complexas e altamente burocratizadas, como o Exército, grandes empresas privadas, o Estado” (DOMINGUES, 1997, p.21).

nuclear, mas abrangia áreas como a matemática, a biologia, a oceanografia e a pesquisa espacial. A política nuclear, conforme Domingues (1997), foi elaborada pela Presidência da República junto ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), para posteriormente serem adotadas pelo Ministério de Minas e Energia.

As fases de implantação do Programa Nuclear conforme o CSN e SNI correspondiam à:

(...) construção das usinas, definição das empresas responsáveis pela construção e fornecimento de equipamentos; execução do ciclo de combustível e pesquisa de novos processos alternativos de enriquecimento, etc. (DOMINGUES, 1997, p.18-19).

Quanto à seleção de empresas fornecedoras de equipamentos, para a futura usina nuclear, foi realizada em 1972, conforme mencionado anteriormente, uma visita ao exterior. Entre os membros da equipe estavam presentes John Cotrim, Mario Behring e o Ministro de Minas e Energia, Martins Cavalcanti. Dessa visita, foram selecionadas algumas empresas como idôneas (DOMINGUES, 1997). Como parte dos requisitos para a implantação da política nuclear, o Brasil escolheu adquirir, da empresa norte-americana Westinghouse, seu primeiro reator de potência. Neste ponto, retomo o trecho anterior que apontava o pessimismo de Domingues (1997) e que demonstra estar alinhado com as expressões de Cotrim e Behring sobre o “peso” do programa nuclear que recaiu sobre Furnas, indicando relação com aspectos técnicos, financeiros e éticos do programa nuclear:

A pressa com que a Westinghouse acabou sendo escolhida em 1970 (...) sugere que o processo não levou em conta apenas interesses do setor energético, mas também, e talvez principalmente, da Presidência da República e das Forças Armadas (que, como já vimos, mesmo vinculando o setor nuclear ao setor elétrico, não abriram mão de um controle do mesmo). (...) Os aspectos mais importantes a serem considerados na compra dos reatores da Westinghouse são de ordem militar e comercial. As motivações militares deviam-se a considerações do governo de que o país estava perdendo terreno em relação à Argentina. Do ponto de vista comercial, a operação de compra do reator foi financiada pelo Eximbank (...). A empresa nuclear americana Westinghouse escolheu para sua assessoria brasileira, uma firma chamada Cobrel, que, logo após o contrato, foi formalmente comprada pelo Grupo Bozzano-Simonsen(...), do qual, segundo Domingues *apud* Girroti (1997), o Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen era

acionista. Este grupo financeiro, por sua vez, tinha relações anteriores com a empresa norte-americana que vendeu o reator ao Brasil. (...) Isto, como veremos, em vez de garantir o sucesso do seu empreendimento, colaborou para o seu fracasso. Desde essa compra, a incompetência técnica passou a conviver com subornos financeiros, a ponto de transformar o Programa Nuclear num dos maiores “rombos financeiros” do país (DOMINGUES, 1997, p.49-50; 58-59).

Domingues (1997) sugere uma relação entre a compra do reator com a Westinghouse e a associação entre bancos e empresas brasileiras. No entanto, Cotrim reitera, em Furnas (1987), que as administrações que o sucederam conseguiram se sobrepor as imensas dificuldades do programa mal-concebido.

Quanto ao acordo com a Westinghouse, conforme Domingues (1997), o mesmo logo foi revisto pelas autoridades afins:

Já do ponto de vista estratégico militar, parece que foi rapidamente percebido o malogro da transação e a própria elite nucleocrata (civil e militar) passou a se envolver nos preparativos de um Acordo, que pressupusesse a tão desejada transferência de tecnologia nuclear para o país. Não se tratou obviamente de mera determinação de vontade desses setores. Ocorreram, como veremos, importantes mudanças na cultura internacional⁵⁰ e nacional na primeira metade da década de 70, que colaboraram significativamente para a assinatura do acordo entre Brasil e Alemanha em 1975 (DOMINGUES, 1997, 59-60).

Ademais, nessa relação com a Westinghouse, o Brasil se submetia ao papel de produtor de matéria prima e importador de produto manufaturado (urânio enriquecido). É mister destacar que a venda do reator em si não era lucrativa; ela visava manter cativo um mercado de urânio enriquecido, donde se obtinha o lucro imediato. Sob o argumento da necessidade energética, os países em desenvolvimento encomendavam usinas cujo valor ultrapassava sua capacidade de pagamento. Este mesmo argumento foi utilizado pelo Governo Brasileiro para a aquisição dos reatores: a escassez de energia elétrica. O alto preço do reator adquirido da Westinghouse contribuiu para o aumento da dívida externa do país, complementando o quadro com a

⁵⁰ Nomeadamente a crise petrolífera de 1973.

dependência do urânio enriquecido. Os acordos assinados pelas empresas norte-americanas em 1972 eram do tipo “caixa preta” e representavam, para além dos aspectos de dependência financeira, uma espécie de combustível político pelo qual o Governo Americano mantinha o controle da política nuclear brasileira. Dadas as referidas limitações, fortaleceram-se as reivindicações pela transferência de tecnologia. A Alemanha, neste caso, era um país disposto a realizar um acordo com este fim⁵¹. Como a aquisição do primeiro reator pela Westinghouse que deu origem à unidade hoje conhecida como Angra 1 foi do tipo *turn key* (tudo pronto e chave na mão para funcionar), o acordo com a Alemanha foi questionado se não estava imbuído da mesma natureza na transação, ou seja um pacote fechado, no entanto, maior, envolvendo todo o ciclo do combustível. O Plano 90, no II PND, baseou-se em uma expectativa de que a demanda por eletricidade cresceria à 8,7% ao ano, caso o mercado estivesse em baixa ou 11,4% se o mercado estivesse em alta e concluía com a necessidade de construção de 6 a 8 usinas nucleoeletricas de 1.200 MW, no valor de 2 a 8 bilhões de dólares na época. O II PND foi também a ocasião para criação da Nuclebrás, cabendo-lhe a parte industrial dos programas nucleares; já a CNEN, por sua vez, passou a assumir um papel político e normativo. Em 1975, o Ministério de Minas e Energia autorizou Furnas a assinar uma carta de contrato com a empresa alemã KWU, ficando acertados os serviços referentes ao projetos das duas usinas seguintes: Angra 2 e 3. Este foi considerado um momento de vitória diplomática sobre os EUA e a afirmação do projeto “Brasil Potência”. O acordo apelou para

⁵¹ Era interesse da Alemanha “transferir para o exterior a pesquisa e produção de energia nuclear passível de controle ou de oposição interna”. “Tentando sair do cerco do monopólio americano, a Alemanha utilizou-se de um discurso catalizador de ambições nacionalistas dos países em desenvolvimento, como Brasil, Irã e África do Sul, oferecendo sua tecnologia em troca do fornecimento de combustível (que era exatamente a reivindicação destes países – troca de matéria-prima por tecnologia)” (DOMINGUES, 1997, p.37).

os sentimentos nacionalistas da população a fim de obter um consenso em torno dele ⁵² (DOMINGUES, 1997).

A construção da segunda usina nuclear foi iniciada em 1977, também sob a responsabilidade de Furnas, mas atrasos incontornáveis nas obras de fundação comprometeram o cronograma e, em 1981, a NUCLEBRAS assumiria o controle do projeto. Angra 2 só entraria em operação em 2001 (ELETROBRAS, 2012, p.64)⁵³.

Após o período de testes, Angra 1 entrou em operação em janeiro de 1985. Desde o carregamento do núcleo do reator com combustível nuclear, ela foi operada integralmente por brasileiros. Pela fissão do urânio, produzia energia elétrica para a região Sudeste do país. O complexo nuclear foi chamado Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, para assim homenagear um dos pioneiros da energia nuclear no Brasil⁵⁴.

Descendo ao canteiro de obras

A rigor, os primeiros passos para a concretização do Programa Nuclear Brasileiro já haviam sido dados em 1972, com o início da construção de Angra 1 no município de Angra dos Reis, sob a responsabilidade de Furnas. Este fato se deu por ocasião da compra do reator da Westinghouse. No entanto, conforme Furnas (1987), antes mesmo desse edital de concorrência ser levado a termo, foi preciso escolher o local para a construção da usina. Na ocasião, o diretor técnico do projeto, Flávio Lyra, reviu os locais já pesquisados, primeiramente de avião, percorrendo as seguintes áreas:

⁵² Na ocasião, o Instituto Gallup constatou em pesquisa de opinião a aprovação da população a respeito do acordo, especialmente porque consideravam um país detentor de energia nuclear como mais rico e poderoso (DOMINGUES, 1997).

⁵³ As unidades Angra 2 e 3 deveriam ser construídas em seguida e entrar em funcionamento na década de 1980 em Itaorna, município de Angra dos Reis. Angra 2 foi concluída e iniciou suas operações comerciais em 2001 e Angra 3 encontra-se paralisada em virtude de entraves políticos.

⁵⁴ Álvaro Alberto da Mota e Silva, apontado em 1946 como representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ponta Negra, Muriqui, Prainha, Grumari e Mambucaba. Até que, certa tarde, divisou uma praia muito longa e coberta de denso matagal. Voltou lá e disse a um de seus acompanhantes, apontando-a: “Aqui me parece ser um local adequado...Vamos vê-lo amanhã de auto...” (FURNAS, 1987, p.87).

Após as declarações de Lyra, o grupo de Furnas elaborou um relatório deste local, denominado Itaorna⁵⁵, no município de Angra dos Reis, conforme a legislação americana e norma estabelecida pela CNEN. A localização foi escolhida por atender aos requisitos do projeto, tais como água disponível e em abundância e proximidade aos grandes centros consumidores de energia, como Rio de Janeiro e São Paulo, o que evitaria a necessidade da instalação de longos e dispendiosos sistemas de transmissão, elevando, por conseguinte, o custo da energia a ser gerada. Outro fator foi a possibilidade do transporte de peças pesadas ou volumosas seja via terrestre ou marítima (FURNAS, 1987). Apesar da proximidade com os grandes centros, naquela época não havia rodovias no local, que era de difícil acesso. O litoral sul fluminense figurava-se num tapete verde de Mata Atlântica. A instalação da usina se deu então na referida praia de Itaorna, situando o empreendimento a aproximadamente a 42 quilômetros de distância de Angra dos Reis e a 57 quilômetros de Paraty⁵⁶. Conforme Silva (1999), este local foi escolhido por se situar em uma bacia parcialmente cercada por montanhas, propícia para oferecer proteção contra as influências oceânicas. Itaorna é um nome indígena que significa “terra podre”; essa denominação foi elucidativa, especialmente em meio às polêmicas sobre a escolha do local. Domingues (1997) menciona a publicação da Folha de São Paulo sobre o relatório da empresa americana Weston Geophysical, o qual afirmava que a região de Angra dos Reis e parte da Serra do Mar já havia sido afetada por

⁵⁵ Anexo: Imagem 11.

⁵⁶ Anexo: Imagem 12.

dois terremotos (ditos de alta, moderada e baixa frequência), um em 1962 e outro em 1967, o que seria um sério risco para construções pesadas⁵⁷.

A partir da opção por Itaorna, foi construído o trecho da BR-101 chamado localmente de rodovia Rio-Santos, “uma das mais caras do país” (DOMINGUES, 1997). De fato, “toda opção tecnológica é, antes de mais nada, uma opção política e social” (DOMINGUES, 1997, p.120). A própria Rio-Santos provocou impactos profundos na dinâmica social⁵⁸. Campos (2005) colheu a visão da chegada da modernidade à região entre Angra dos Reis e Paraty através da fala de alguns de seus depoentes mais idosos. Antes da construção da Rio-Santos, conforme depoente de Campos (2005), as comunidades eram autossuficientes praticando uma agricultura de subsistência, tanto no continente quanto nas ilhas; a condução principal entre uma comunidade e outra eram as canoas, tendo a lancha de carreira chegado em 1916. A opção tecnológica, portanto, penetra a geometria do espaço e transforma-o noutro lugar social. O mar era o principal meio de vida e de comunicação naquela região. As comunidades de pescadores mantinham relações entre si, formando uma rede de sociabilidade conforme demonstrado pelos depoentes de Campos (2005). Não menos impactante foi a construção e instalação da usina nuclear, a CNAAA, na praia de Itaorna, que deslocou a comunidade caiçara que ali vivia. Esses empreendimentos econômicos ocorreram simultaneamente quando Angra se torna área de segurança nacional (de 1969 a 1985) em virtude do programa nuclear. Tal evento transformou significativamente a configuração da população ao longo dos anos, conforme dados da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis levantados em censo realizado no ano 2000 (CAMPOS, 2005). Esse período foi marcado pela desapropriação de terras na

⁵⁷ Há ainda registros de que D. Pedro II tenha pedido um levantamento sobre um sismo lá ocorrido em 1861 (...) O assunto relativo a terremotos foi negado em CPI (DOMINGUES, 1997).

⁵⁸ A BR-101 já estava articulada ao projeto TURIS (EMBRATUR) para aproveitamento da orla entre Rio e Santos (CAMPOS, 2005). Porém, de acordo com Domingues (1997), a dificuldade de acesso à usina, somada a problemas geológicos, foi o real motivo para a construção do trecho, segundo afirmava o empresário Kurt Mirow, expoente da época no ramo de telecomunicações.

região, conforme dados do FETAG/RJ de junho de 1981 apontados por Campos (2005). Os jornais registraram a desapropriação das famílias caiçaras que moravam na praia de Itaorna; estas por sua vez encaminharam, posteriormente, processos judiciais contra Furnas; neles consta uma documentação fotográfica realizada pela estatal antes da desapropriação. Por imagens documentais, Campos (2005) descreve as comunidades locais da área da praia de Itaorna através da fala de um de seus depoentes:

E – E tinha casas ali (em Itaorna, onde hoje está a usina nuclear)?

Ci – Tinha os pescador. Quando nós “cheguemo” ali tinha, ó... umas barraquinhas, os pescador de Itaorna... Já tinha os pescador ali...

E – Foram desapropriadas aquelas pessoas?

Ci – Aquelas pessoas não foi “desapropriada”. L; foi tomado aquilo ali. A maioria, coitado, foi jogado no mundo da amargura, sem nada...⁵⁹

Os nativos não contavam com instrumentos institucionais que os protegessem, de forma a legalizar seu direito consuetudinário à terra que pertencera a seus ancestrais (CAMPOS, 2005)⁶⁰. Na prática legal, o então proprietário das terras, o arquiteto Oswaldo Vergueiro, acionou a justiça por considerar irrisório o pagamento da indenização (CAMPOS, 2005; RIBEIRO, 2007). Entre Angra dos Reis e Paraty, outras áreas também foram desapropriadas, inclusive as áreas onde se localizam as vilas operárias. Os nativos sofreram pela repentina chegada de máquinas e migrantes e pela desapropriação em si. O depoimento colhido por Ribeiro (2007, p.191)⁶¹ ilustra o testemunho de um dos desapropriados da praia de Itaorna, e desenha o pessimismo do cenário social vigente sob o ponto de vista de um morador local:

Os anos foram passando e algo de estranho começou a acontecer. Houve mudanças quando foram chegando de mansinho homens de ternos bonitos e falas diferentes e difíceis que só foram entendidas hoje! Vi nos olhos do meu pai a preocupação. Não entendi absolutamente nada. Fiquei um pouco assustada. Iam cortar a nossa mata para virar estrada. Não gostava dos homens, chegavam sorrateiros fingindo ser amigos para nos tirar nosso

⁵⁹ A letra “E” refere-se ao entrevistador e a sílaba “Ci” e “L” referem-se aos depoentes de Campos (2005). A narrativa oral colhida por Campos (2005) foi transcrita em formato “absoluto”, conforme classificação de Meihy e Holanda (2007, p. 140). Por essa razão, os erros de português são mantidos, bem como a estrutura bruta de perguntas e respostas.

⁶⁰ Anexo: Imagem 13 – Matéria do Jornal do Brasil de 06/10/1970 referente aos desapropriados de Angra dos Reis. Fonte: Ribeiro (2007, p.157).

⁶¹ Testemunho escrito à mão pelo depoente de Ribeiro (2007).

sossego e depois conseguirem mudar o pensamento puro do povo do lugar. Corríamos com medo das máquinas e dos homens com cara de bonzinho. As moças do lugar não tinham mais sossego, pois namoros começavam pelas casas, umas acertavam, outras choravam. Na nossa casa não havia mais sossego, pediam tudo, água, café, levaram carnes para que fizéssemos, sem saber que um dia até nosso lar iam nos tirar. E ficou tudo enrolado. Minha mãe parecia ter trocado a voz, os olhos, os nervos. Meu pai pouco via, era pelos matos mostrando lugares, fazendo perguntas, fazendo trilhas, picadas pelos matos, ou guiando pelo mar os homens de olhos vivos.

Disseram ao meu pai que o que ia acontecer nos traria progresso, dinheiro, muitos empregos, e que tinham feito pesquisa na redondeza e já estava tudo certo. Estavam tão estabados que a estrada contornava nossa casa e num dia chuvoso, escorregou uma caminhonete em cima de nossa casa, quase nos atingindo. Não gostava mais de ficar lá, nosso paraíso estava sendo ameaçado, não tinha mais graça, a invasão fez perder a vontade de ficar. Estava crescendo, entendendo e entristecendo. Procurando saber o que estava acontecendo.

Chorei, pois o pai veio e disse que iríamos nos mudar, íamos pra cidade (Angra) e que seria melhor pra quem? (RIBEIRO, 2007, p.190-192).

A fala reflete o choque, especialmente pela desconfiguração do lugar para a repentina reconfiguração em um “outro lugar”. Para os desapropriados, este outro lugar é um estranho, sem significação ou vínculo. O que lhes resta é o vazio e a procura errante do lugar de vida. O outro lugar é reconfigurado por novos sujeitos, coisas e intenções dissociados da cultura local. Este movimento, em torno da ideia de progresso econômico, suscitou em Angra dos Reis um crescimento factual da população, composto na sua maioria por migrantes brasileiros que procuravam uma oportunidade de emprego, ou se arriscar em uma nova vida. Campos (2005) expressa, na fala de Alberto Gomes⁶², esse crescimento populacional:

Angra dos Reis, durante os anos 70, experimenta as mais altas taxas de crescimento demográfico do Brasil (...) Então se estima (...) que a construção da Usina Nuclear, da BR-101, do Terminal de Petróleo, tenham mobilizado em torno de 20.000 trabalhadores da construção civil, num período de 10 anos. Que resultou nesta Angra que a gente vê hoje. (...) De repente, ela passa a ser ocupada também por uma série de trabalhadores da construção civil, que sobram das obras. E que viveram um processo de desenraizamento: eles estão aqui, mas não são daqui. Ao mesmo tempo, há o processo de deslocamento dessas comunidades que não conseguiram permanecer nos seus locais – de deslocamento dessas comunidades do seu local, onde vivem na beira da praia com seu barquinho, pescando, sobrevivendo, deslocadas pro alto do morro (...) (CAMPOS, 2005).

⁶² Ex-coordenador do Programa de Saneamento de Angra dos Reis (PROSANEAR). Fala proferida durante o Seminário Memória e História. Gravação de 31/07/1996. Alberto Gomes é sociólogo. Chegou a Angra dos Reis em 1991 para integrar os quadros da Secretaria Municipal de Educação (CAMPOS, 2005).

No mês de julho de 1970, os terrenos de Itaorna destinados à construção da usina foram declarados utilidade pública para a desapropriação. Ali viviam, em um raio de 10 quilômetros, aproximadamente 1.200 pessoas, dedicadas à pesca artesanal e à agricultura. A posse da terra passou a ser de Furnas, que retirou os moradores da região e instalou seus primeiros barracões. Em 1971 iniciaram-se efetivamente as obras, com a etapa de terraplanagem⁶³. A programação previa o início do funcionamento comercial da usina para o ano de 1977, mas os atrasos na construção da Rio-Santos rompiam a continuidade das obras da central nuclear (SILVA, 1999). Estima-se que chegaram à região em torno de 8 mil operários, em sua maioria de outras regiões do país (GUIMARÃES, 1997 *apud* RIBEIRO, 2005).

A notícia sobre a construção da usina (bem como sua demanda por pessoal) chegava à população pelos meios de comunicação, e reverberaria pelos tempos até as falas dos depoentes que eu própria pude escutar. Torres⁶⁴ foi um dos que soube da notícia. Na década de 1970, trabalhava no ramo de contabilidade, na cidade do Rio de Janeiro. Cotidianamente recebia o jornal *O Dia*, e nas “corridas de olho” pela folhagem, deparou-se com o anúncio de vagas para trabalho:

Aí vi Furnas, nem sabia o quê que era Furnas... O quê que era Furnas... em Angra dos Reis, nem sabia onde era isso... Onde que estava isso? Porque a gente lá da Baixada, Nova Iguaçu, Mesquita, Queimados, nunca se ligava nisso... Eu ouvia falar, mas não sabia o que era. E aí, eu li: “Precisa-se de homens, que tenham feito o serviço militar, para trabalhar numa empresa de grande porte, do Ministério de Minas e Energia, em Angra dos Reis”... Olhei aquilo... Espera aí! Isso me interessa... (Torres)

O jornal *O Dia* agora, está com Torres, ele lê o anúncio e se sente determinado a procurar informações a respeito da vaga, em especial, quando se dá conta de seu baixo salário e os sapatos desgastados pelas andanças do seu então ofício, conforme entrevista. Torres, ao telefone costura suas intenções com o atendente, que naquele momento, para ele, era ícone do imponente Ministério de Minas e Energia.

⁶³ Anexos: Imagem 14, Imagem 15, Imagem 16 e Imagem 17 – Construção da CNAAA.

⁶⁴ Depoente aposentado de nível técnico que viveu na vila residencial de Mambucaba por cerca de trinta anos. A entrevista foi realizada na casa de Torres, enquanto sua esposa preparava rabanadas para servir. “Vou contar minha história pra você. É uma história muito bonita”, assim começou sua narrativa. O ambiente era familiar e a atmosfera era de rememoração do passado. É mister observar que utilizei alguns depoentes de Campos (2005) para descrever processos pertinentes a alguns pontos da história da chegada da usina à Itaorna e para corroborar as falas que virão *a posteriori* de Torres e Martins Neste momento da pesquisa, da construção da usina e do desenrolar da vida no lugar, ouço a voz de meus depoentes.

Aí liguei pra lá. Liguei pra Furnas, Ministério das Minas e Energia... “Estou olhando aqui no Jornal O Dia... Está recrutando sim... O pessoal vai montar um grupo pra começar a trabalhar... Mas como é que é? Quais são as exigências? Não... vem aqui pra gente conversar...” Aí eu fui lá... conversar... em Botafogo... “É só falar com o Coronel Sheif...” “Mas você, recém-formado rapaz... O serviço que nós temos lá é um serviço de guarda... O lugar lá é um lugar que tá em formação ainda, violento ainda...” Aí eu falei: “não, mas eu é que estou querendo mudar... porque esse serviço que eu faço aqui..., estou ganhando nada, meu sapato, a sola do meu sapato já está até acabando, já eu não saio dessa miséria... Esse cara me paga uma miséria danada... Eu tenho que andar muito, tenho que falar muito, tenho que conversar muito... e... não estou ganhando pra isso não...” Aí ele falou: “vamos”! Você quer ir mesmo, lá pra Angra?” Falei: “quero!”. (Torres)

O coronel não excedia em exageros, de fato; conforme supracitado, o acesso era difícil, Itaorna era mato e barro e a empresa se ajustava aos procedimentos de execução da então obra faraônica. Conforme Domingues (1997) começaram a surgir problemas, como sucessivas substituições nos escalões da Westinghouse e de Furnas, que resultaram em dificuldades do âmbito administrativo com reflexos no andamento das obras. Os problemas de acesso ao local e a inexperiência das empreiteiras em projetos daquele tipo atrasavam a construção. Torres é aprovado nos testes físicos e nos três meses subsequentes de treinamento parte para Angra juntamente com outros selecionados. Um ônibus leva os recém-contratados para o canteiro de obras de Angra 1. Os homens atentos olhavam da janela para baixo onde se misturava gente, barro e maquinários:

Em primeiro de agosto de 1976 nós chegamos aqui... Aí quando nós chegamos aqui e olhamos lá pra baixo era tudo barro, barro vermelho... (Torres)

Em paralelo à instalação do reator de Angra 1, ocorria o estaqueamento de Angra 2. O local era apertado (40 mil metros quadrados), o que fez com que os cronogramas fossem dilatados. Desta forma, Angra 3 teve sua localização transferida para as proximidades da praia do Frade. Em 1976, a CPI, através de um documento obtido pelo Superintendente de Furnas, Franklin Fernandes, apontou que o sistema de fundações de Angra 2 e 3 não levava em consideração a existência de matacões (grandes blocos de rocha) no subsolo, e que mesmo os técnicos estrangeiros não tinham experiência em realizar tubulações neste tipo de terreno. Desta

forma, o estaqueamento de Angra 2 foi uma demonstração de “quanto mais caro melhor” (DOMINGUES, 1997)⁶⁵.

Do lado de cima, na estrada, Torres e os outros recém-contratados observavam as “palafitas nucleares mais caras do mundo” na expressão de Domingues (1997, p.163), e muitos homens trabalhando como num enorme formigueiro:

Nós saímos lá do Rio devia ser umas oito horas, chegamos aqui na hora do almoço... Na descida da usina, ali, quando nós olhamos lá pra baixo, estava vindo o pessoal saindo do túnel, que eles estavam furando. Aquele túnel que vai ali do almoxarifado e vai sair lá em Piraquara... Eles estavam furando aquele túnel ali... Ali tinha cinco mil homens. “Cinco mil”! “Cinco mil”! Ali, debaixo do túnel... À noite a gente descia e saía lá na Piraquara... À noite... Ali dentro tinha máquina, ali dentro tinha tudo: gente batendo, “tém”, “tém”, furando... Era uma turma de noite e uma turma de dia. E quando nós chegávamos, tinha uma turma saindo pro almoço... Menina, houve caso de gente que voltou na mesma hora... É porque os caras saíam gritando de lá... Eles usavam uma tenaz assim (aponta com a mão), uma torquês assim, mas saíam como bichos de lá de dentro, gritando como desesperados. Aí o cara que trouxe a gente falou assim: “vocês vão tomar conta desses bichos aí”. (Torres)

A expressão “bicho”, estereótipo que figura um comportamento animalesco, é a mais inferior das classificações que já ouvi nas imediações da usina e das vilas. Os “bichos”, como classificados por Torres, tem a conotação de sujeitos rasteiros, por baixo na hierarquia local de valores como seres enjaulados, animados pela fome. E lhe perguntei:

Eles gritavam por quê?

Torres: De fome! Saíam gritando... Corri tanto, apanhei tanto pra tomar conta desses bichos... Ah! Muita gente voltou na mesma hora... Falou: “não! nem descer do ônibus eu vou!” Eu falei: “não! Eu vou ficar! Eu vim pra ficar. Eu vou ficar”. (Torres)

Por outro lado, Torres também usa a denominação “bicho” para além da discriminação de funções, referindo-se à bandidagem local e ao descontrole de homens que bebiam, roubavam e matavam. Era uma terra sem lei, onde a política de segurança pública local era realizada por Furnas e seus guardas. Torres era um deles. Entretanto, como num covil, entre os seguranças também havia “bichos”, na definição de Torres. Ele também descreve o “bicho” como “peão”,

⁶⁵ Aspas da autora.

outro termo pejorativo empregado para designar os trabalhadores da construção civil e outros profissionais considerados mão-de-obra braçal:

(...) mas nesse grupo que veio comigo tinha muito bandido também... A polícia vinha buscar gente aqui. O camarada era guarda, mas era bandido. Acredita que o cara trabalhava aqui e lá onde ele residia ele tinha boca de fumo, assaltava. Ele, bicho mesmo. Havia muitos bichos lá dentro... Aí eles nem esquentavam com os peões porque eles eram do mesmo quilate que os peões. Todo dia era uma confusão danada... Aquela ponte ali⁶⁶, pra você ter uma ideia, toda sexta-feira tinha uns ganchos assim de uns seis a sete metros. A gente pescava peão morto... É porque o peão recebia o salário dele... e não tinha polícia não... nós que éramos a polícia. Não tinha polícia, não tinha bombeiro, não tinha nada... Aí os caras recebiam e enchiam a cara de cachaça. Aí brigavam um com o outro. Roubava um e outro. Matava... Os caras jogavam no rio. Sábado assim de manhã: “Ih! Aí! Tem morto! Presunto! Presunto boiando lá! Ih! De novo...” Aí eles pegavam os defuntos com gancho assim... Vinha enroscando... enroscando... Dava uma vara de doze metros com um gancho na ponta assim... Aí chamava o Rebecão. (Torres)

Rebecão? Lhe perguntei.

...O carro pra levar os defuntos... Toda sexta-feira era assim... Tirava uns dois, três... E aí a gente foi vivendo... (Torres)

O documento de Furnas (1987) corrobora Torres, quando descreve a figura do “peão”, também conhecido, nas construções de hidrelétricas como “barrageiros”⁶⁷. O texto abaixo apresenta a dinâmica de vida dos “peões” e se assemelha em alguns pontos à narração de Torres:

Trabalham na dureza, às vezes fazendo horas extras durante toda a semana, comendo em marmitas ou nos refeitórios coletivos. Não bebem e nem lhes é permitido beber. Mas, aos sábados, é a esbórnica. Vão para a cidade, embrenham-se nos bares e cabarés. Bebem, brigam. E gastam, num dia ou numa noite, o salário de uma semana inteira de trabalho. Não se importam. Não folgaram à vontade? Então, valeu a pena... E na segunda-feira, bem cedinho, com os bolsos vazios, cigarro na boca, lá estão eles batendo o ponto, pegando o serrote, o martelo, a colher de pedreiro, a perfuratriz, voltando para a dura e suada labuta de todo dia (FURNAS, 1987, p.25).

⁶⁶ Ponte sobre o Rio Perequê, que forma a divisa entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty.

⁶⁷ Os barrageiros acompanhavam as empresas concessionárias de Furnas e construtoras para sucessivas obras em todo território nacional (GUERRA, 2008). Ademais, é importante enfatizar que, embora a expressão “barrageiro” esteja associada ao trabalhador braçal, do canteiro de obras de uma usina, esta limitação não corresponde ao sentimento das pessoas que estão envolvidas nas obras das hidrelétricas de Furnas: médicos, assistentes sociais, administradores, profissionais da comunicação, enfim, todo tipo de funcionário que tenha erguido uma barragem é reconhecido como barrageiro (CESP *apud* GUERRA, 2008).

A respeito da segurança local, há um tempo, ouvi falar que em uma das vilas da construção havia uma prisão própria da empresa. Isto foi corroborado por alguns depoentes. Conforme Silva (1999), a distância do centro político-administrativo configurou a região como um enclave, e Furnas era vista pela população local como a grande instituição provedora tanto de serviços quanto da execução dos papéis do poder público. Campos (2005) expressa a fala de um dos seus depoentes, “Sr. R”, que chegou em 1976 para a construção das vilas. Seu testemunho corrobora Torres sobre as confusões e as mortes por ele apontadas. Entretanto, destaca que, além dos vigilantes de Furnas, era chamada a polícia de Paraty.

Porque a gente aqui sempre ouviu falar em muitas histórias de morte dessa época... O Perequê era um lugar ‘sem lei’, o pessoal matava mesmo... (Marília⁶⁸)

Isso aqui ainda não tinha o Destacamento aí (DPO), não existia aqui ainda, sabe? Quem sempre cuidava do pessoal aí era a segurança de Furnas... Mas a segurança cuidava mais das portarias, das entradas das Vilas, não é? Quando dava um problema aí na pista⁶⁹, eles “vinha”... Ainda chamava a polícia de Paraty... Sempre dava muita morte da ponte pra cima... Então, o pessoal era alojado ali (...) Aí o pessoal vinha cá pra baixo, chegava aqui, tomava um ‘mé’ aí embaixo... Aí, quando voltava, os malandros “gostava” de ‘cercar’ ali na ponte pra assaltar... Aí tinha gente que queria reagir e era jogado lá dentro do rio... (Sr. R)

Isso aí acontecia muito (Gi)

Você já morava aqui nessa época, também? (Roberto)

Eles matavam... Quando não roubavam, jogavam os caras no rio... Em Mambucabinha⁷⁰, de vez em quando, aparecia cinco, seis... Eles matavam e jogavam no rio... (Gi) (CAMPOS, 2005, p.32-33).⁷¹

No canteiro de obras, eram esses mesmos “bichos” ou “peões” os culpados por alguns dissabores. Domingues (1997) descreve a matéria do jornalista Paulo Andreolli, do *Estado de São Paulo*, que denunciou a ocorrência de incêndios nos canteiros de Angra 1. Nesta matéria constava que a Brigada de Incêndios havia atendido a 17 ocorrências de princípios de incêndios entre 13 de junho e 7 de novembro de 1977, a maioria delas resultante da queda de borras de solda sobre materiais infláveis. Dentre as denúncias, o principal ponto foi um

⁶⁸ Marília Lopes de Campos é a autora do trabalho referido e a entrevistadora. Roberto, Sr. R, e Gi são depoentes de Campos (2005).

⁶⁹ Trecho Rio-Santos da BR-101.

⁷⁰ Mambucabinha é um diminutivo de uso local que denomina a Vila Histórica de Mambucaba. Trata-se de um pequeno vilarejo, histórico, situado nas proximidades da usina, suas vilas e o Perequê. O Rio Perequê faz fronteira com essa vila histórica.

⁷¹ A citação direta de Campos (2005) mantém, como feito *a priori*, o formato “absoluto”, de acordo com a classificação de Meihy e Holanda (2007, p. 140). Da mesma forma, os erros de português foram mantidos, bem como a estrutura bruta de perguntas e respostas.

incêndio ocorrido no depósito de materiais da Empresa Brasileira de Engenharia (EBE), contratada pela Westinghouse. O general Armando Barcellos chegou a atribuir a responsabilidade pelo incidente aos operários. O *Estado de São Paulo* publicou em fevereiro seguinte uma matéria que destacava uma polêmica num relatório elaborado por Furnas. O documento associava a causa dos incêndios à inexistência de sanitários na obra e a falta de instalações apropriadas para os operários aquecerem suas comidas, o que os levava a fazer as necessidades no local e a acender fogueiras no próprio canteiro de obras (DOMINGUES, 1997). Por outro lado, Silva *apud* Malheiros (1999) afirma que, devido ao caráter político do programa nuclear, as causas dos incêndios também apontaram para suspeitas de sabotagem. Entre a névoa da Serra do Mar e a maresia do Atlântico, a natureza, silenciosa, testemunhava o universo de homens e máquinas, vidas e mortes e o falatório dos tecnocratas no que se refere aos percalços da construção. Torres se recolhia e apertava a si mesmo com os braços; seus olhos ativos meditavam sobre suas condições de moradia e o frio, resultado de uma chuva sem previsão de término. O mar estava bravio, ressacado, e pulverizava no ar uma atmosfera de melancolia, conforme capturado pela narrativa oral:

Aí ficamos ali... Um frio... Aí menina nós chegamos aqui... um frio danado... Era uma chuva que não acabava... a chuva foi: agosto, setembro, outubro até novembro, dezembro estava chovendo... chovia direto, chovia... É aquela garoinha assim, gelada... (Torres)

A chuva naquela região era recorrente. Em abril de 1978, conforme Domingues (1997), uma ressaca alagou o canteiro de obras, acarretando problemas de corrosão nos tubos que ligavam o condensador ao reator. No entanto, estes problemas pareciam não impressionar as autoridades responsáveis pelo programa nuclear brasileiro, acostumadas a gastar muito sem prestar contas, sob a perspectiva de Domingues (1997)⁷². Seguidas as obras, a usina finalmente entrou em operação em 1982 (TEIXEIRA, 2008), e em 1985, iniciou sua operação comercial, com funcionamento incerto e um total de 30 paradas por motivos de problemas técnicos e judiciais (SILVA, 1999). O percurso dos trabalhadores com Angra 1 foi uma tarefa

⁷² Domingues (1997) transparece, na maior parte de seu texto, uma visão pessimista sobre a política nuclear brasileira.

desafiadora; sem o apoio da Westinghouse. Mendonça⁷³ era engenheiro mecânico, trabalhava no Escritório Central de Furnas na área de projetos em 1977 e foi convidado a ir para Angra dos Reis por dois anos, para auxiliar o pessoal da construção e da operação. Ele narra sua participação neste período em que teve que “tirar água de pedra” sem o auxílio do fabricante do equipamento:

O desafio era muito grande com Angra 1. Angra 1 foi uma usina que teve muitos problemas técnicos. A Westinghouse é a fornecedora da usina; Furnas entrou numa demanda judicial contra a Westinghouse devido à qualidade do equipamento que ela tinha fornecido. Se você tem um problema com o seu carro, você leva na concessionária, não é?! Você leva no fabricante para o fabricante resolver. A gente estava brigando com o fabricante. Quando você tinha os problemas técnicos: queimou o motor tal; o sistema tal não operou direito, você teria que buscar ajuda do fabricante. A gente não tinha isso porque estava brigando com a Westinghouse, oficialmente. A Westinghouse cortou relações com Furnas. Essa Angra 1 operando hoje bem. Os indicadores dela são de padrão internacional. Mas deu muito trabalho, muito trabalho, muito. No início eu e mais quem estava aqui naquela época, sem apoio do fabricante. A gente tinha uma tradição de usina hidrelétrica, num tinha tradição de usina nuclear. (Mendonça)

Em paralelo aos problemas técnicos da usina, Torres foi convidado a fazer parte dos especialistas de segurança em área controlada nuclear. O lugar já não mais estava associado à pesca artesanal, à agricultura local e às danças típicas, mas ao urânio e toda a estrutura organizacional que partia dele:

E aí a gente foi vivendo dezembro... Então, alguém me falou: “olha... a gente vai criar uma guarda pra tomar conta do urânio que estava chegando. O urânio vai chegar e nós vamos precisar de pessoas mais esclarecidas. Eu, eu vou tirar dez nossos aqui, e virão cinquenta lá de fora: do exército, da aeronáutica, da marinha, da polícia” (...) Então aquele grupo nosso era um pessoal com muita prática. Então o cara me chamou lá e falou: “Oh... Vou colocar você entre esses dez aí. “Você quer?”” E eu falei: “claro que eu quero!” (Torres)

Meu pai chegou à usina por acaso. Em 1978, viajava para o Espírito Santo com alguns colegas que passariam pela usina para fazer prova de admissão, e enquanto aguardava os colegas, tomou uma decisão:

⁷³ Funcionário do alto escalão hierárquico usina, com 40 anos de experiência na empresa. Sua entrevista foi realizada em escritório na sessão de administração da CNAEA. Cabe destacar que esta foi a primeira vez que entrei na usina, algo que, para mim, foi marcante nesta pesquisa.

Vou fazer prova também. Estou de bobeira aqui. Aí numa dessa, eu fui fazer prova junto com eles porque estavam recrutando profissionais lá e numa dessa, falaram: “Quem é técnico de química aqui? Quem é da área de química?” “Eu!” Levantei a mão né... Aí o responsável me mandou ir para outra fila lá. E tinha outros caras técnicos de química lá, e de lá, nesse momento, o pessoal de química foi separado do pessoal de eletrotécnica (...). Então acabei ficando por ali. Esses camaradas, só dali dois meses, que fui encontrar com eles. (Averaldo)

Torres fez o curso de especialista e passou a morar no hotel Acrópolis, em Angra dos Reis, onde meu pai, inicialmente, também morou.

Nós saímos do barraco aqui da usina e fomos morar lá em Angra: olha só que mudança! Saí daqui do barraco que tinha oito dormindo nas beliches e fui morar no hotel. Uma mudança radical. (Torres)

Esse tratamento de Furnas para com seus funcionários era o oposto do que foi relatado pelos desapropriados. Para aqueles, Furnas era uma mãe, e o lugar era uma casa. Lá se era provido de tudo para os funcionários. Isso era notado, assimilado e comungado entre os funcionários numa atmosfera de família. Anoteceu e eu fui jantar, fui para o alojamento (...). Meu pai, ao cair da noite de um dia exaustivo de seleção, estava sem os companheiros de viagem, mas não estava sozinho: Furnas o acolheu através de suas benesses. Nem mesmo procurou os colegas:

(...) fui observando que o tratamento lá era um tratamento muito bom e que não tinha visto ainda aqui fora. (Averaldo)

Meu pai entrou no “mundo” que muito se ouvia nos relatos orais: o “aqui-dentro”, que se refere à casa ou o lugar de vida construído por Furnas. Este é o momento que, para ele e para muitos de seus funcionários, passa a existir o “aqui-dentro” e o “lá-fora”, conforme apontam os relatos orais. “Furnas é descrita como uma mãe, uma mãe provedora (...)” escreve Silva (1999, p.79) em seu trabalho sobre Angra 1 e a construção social do risco. E apesar do risco, a periculosidade e a insalubridade, quem se sentiria inseguro naquele que é o lugar, a casa onde se encontra a mãe e a família? Aquele mesmo lugar, dos desapropriados, que fora terra e mato, passou a constituir um outro lugar. Construído por muitas máquinas e tratores que, freneticamente, procuravam cumprir o cronograma da empresa, contemplando ruas retas com casas idênticas em cor e sob poucas variações de modelos. Cada traçado demarcado e cada curva feito uma vírgula de um texto sistematizado. Para dar suporte aos funcionários, Furnas construiu vilas próximas à usina. E neste novo lugar, as vilas operárias, a seu modo, também cresceram as flores.

5 O lugar

Da dimensão físico-estética

Do que fomos cercados nós, os vilenses, senão de flores? O que me refiro a flores é a representação da vida e da beleza pelas quais fomos cercados, os vilenses. A expressão metafórica procura evocar a dimensão imaterial do lugar. Isto significa o que tocamos, percebemos e vivemos a partir da estrutura local. Não somente nós, das vilas operárias da Usina de Angra, mas aos vilenses das demais usinas de Furnas. Isto também está sinalizado na leitura do material de Francis Liporone⁷⁴, ex-morador da vila operária da Usina Hidrelétrica de Estreito, no estado de São Paulo. Liporone foi aluno de mestrado de Engenharia Urbana na Universidade Federal de São Carlos, e analisou a hierarquização funcional das vilas em relação ao espaço urbano na Vila de Estreito, no estado de São Paulo. Em sua dedicatória: “àqueles que vivem, viveram ou ainda viverão nesses lugares especiais – as vilas operadoras”⁷⁵, percebi que há algo em comum entre as vilas operárias que pertenciam à Furnas. O lugar especial é aquele em que nascem as flores: onde há vida e sentido. De fato, a qualidade das vilas tem, sem dúvida alguma, um teor utópico. Talvez seja exatamente por isso que é especial. Furnas era uma mãe e o lugar era uma casa. A utopia, neste caso, tem uma razão histórica. No avesso da estética das vilas, estão os pensadores do final do século XIX, como filósofos e higienistas, que procuravam soluções para os efeitos da Revolução Industrial, como cidades superpopulosas, desordenadas e insalubres. Para estas cidades, surgiram teorias, modelos e utopias que preconizaram a possibilidade de planejamento dos caóticos centros urbanos, conforme Choay (1979) *apud* Pozzer e Ferrão (2018). Um destes pensadores⁷⁶ dos contextos urbanos foi Ebenezer Howard, que, em sua teoria das “Cidades Jardins”, desenvolveu a ideia de planejamento ou gestão participativa de pequenas cidades,

⁷⁴ Liporone (2007).

⁷⁵ Vila Operadora: expressão que define as vilas operárias das usinas que produzem energia elétrica, conforme Liporone (2007). Esta terminologia não é utilizada nesta pesquisa, embora se aplique, visto que é desconhecida pelo uso local.

⁷⁶ Dentre os teóricos e realizadores, alguns utópicos, que procuravam solucionar os problemas das cidades, Liporone (2007) cita: Robert Owen, Charles Fourier, Victor Considérant, Julio Verne, John Ruskin, William Morris Garnier, Georgy Benoit-Lévy, Camillo Sitte, Ebenezer Howard, Frank Wright, Eugène Hénard, Patrick Geddes, Lewis Mumford, entre outros. A saber, as soluções urbanísticas em relação à habitação operária chegaram ao Brasil, especificadamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no início do século XX (LIPORONE, 2007).

conforme Pozzer e Ferrão (2018). Essa concepção foi publicada em 1898 no livro *Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform*, posteriormente conhecido como *Garden Cities of Tomorrow* (1902) e traduzido para o português como *Cidades Jardins do Amanhã*. O objetivo de Howard era superar a contradição campo/cidade, através de uma proposta apresentada em um diagrama intitulado “Três Ímãs”. A explicação deste diagrama era uma reflexão sobre o poder de atração do Ímã Campo e do Ímã Cidade e concebe um novo elemento de atração: o Ímã Campo-Cidade. Esta solução resolvia-se em reconduzir o homem ao campo, com atrativos que compensassem as vantagens da cidade. Ou seja, a ideia de Howard, era integrar as qualidades da cidade e do campo em um mesmo território (POZZER e FERRÃO, 2018). Somando contribuições a essa reflexão teórica, Patrick Geddes, trabalhando com o conceito de região natural, estabeleceu bases teóricas para o planejamento regional. Seu pensamento consistia em reunir recursos ambientais e intervenções humanas em um mesmo ambiente. Este estudo compreendia a consideração das bacias hidrográficas como elementos fundamentais para o estudo das cidades. Isso significa que os planejamentos regionais deveriam iniciar-se com o levantamento dos recursos da região natural estudada, com respostas do homem à complexidade da paisagem cultural (GEDDES, 1904 *apud* POZZER e FERRÃO, 2018).

Posteriormente, em 1923, as reflexões de Howard e Geddes foram tomadas como base teórica para criar a RPAA, *Regional Planning Association of America*, nos Estados Unidos. Dentre os trabalhos desenvolvidos pela RPAA, destacam-se os estudos para a implantação regional de “Cidades Jardins” no Vale do Tennessee. A partir de 1933, o então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, alinhado com as teorias da RPAA, incentivou a volta do homem ao campo, oferecendo glebas rurais e habitações.

A recém-criada *Tennessee Valley Authority* (TVA), agência federal norte-americana baseada nos trabalhos da RPAA, desenvolveu estratégias de enfrentamento para os problemas socioeconômicos próprios do Vale do Tennessee (HALL, 2002 *apud* POZZER e FERRÃO, 2018). Um de seus objetivos era melhorar a navegação e controlar as inundações por meio da construção de barragens junto às centrais hidrelétricas, permitindo dessa forma também o acesso à energia elétrica, como pode ser visto em Choay (2003) *apud* Pozzer e Ferrão (2018), Hall (2002) *apud* Pozzer e Ferrão (2018) e Guerra (2008). Os solos foram reflorestados e foi desenvolvido um sistema viário a fim de contribuir com a intercomunicação e estimular a construção de cooperativas agrícolas. Nas proximidades das barragens, foram erigidas residências para os operários das respectivas obras. Posteriormente, essas casas foram

habitadas pelos funcionários e as instalações foram feitas de forma a implantar “cidades completas”, como afirma Guerra (2008, p.122). Essas cidades possuíam todos os equipamentos necessários e construções inovadoras, como demonstrado na tipologia das habitações. Nas palavras de Guerra (2008, p.122), “todo esse ideal é reflexo da aplicação do conceito de Cidade-Jardim adaptado à realidade americana”. A influência da TVA também alcançou o solo brasileiro, conforme é possível verificar no texto abaixo:

No Brasil é nítida a influência que estas experiências norte-americanas exerceram na área de arquitetura e urbanismo, como afirma Tsukumo (1994). Os Convênios e as Missões conjuntas para o setor de energia elétrica também comprovam que houve muitas trocas e transferências de conhecimento na área do setor elétrico. Também, a divulgação por meio de publicações e revistas especializadas sobre as cidades de Radburn, Greenbelt Town e Sunnyside Gardens, entre outras, comprovam que essas referências eram de conhecimento dos profissionais da área de construção civil do Brasil (GUERRA, 2008, p.122).

A TVA desenvolveu muitos trabalhos internacionais de consultorias; um deles, foi a coordenação do Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas (PDLF)⁷⁷, por ocasião da criação da primeira usina hidrelétrica de Furnas (POZZER e FERRÃO, 2018). Conforme Liporone (2007), era parte dos planos de Furnas a construção de vilas; neste sentido, atenta-se para o fato de que o projeto de Furnas foi inspirado já na sua origem pela experiência americana ocorrida no Vale do Tennessee. A esse respeito, um questionamento sobre a origem das vilas foi-me feito durante a qualificação desta pesquisa pelo professor Gilberto Safra. Em suas palavras: “Eu queria compreender melhor quais foram os princípios dessa construção do espaço. Qual a dimensão política, qual a utopia que você estava colocando (...)”. No processo de busca dessa resposta, deparei-me com a fala de Torres:

⁷⁷ Os impactos socioambientais por ocasião da criação da usina hidrelétrica supracitada obrigaram o Governo de Minas, juntamente com Furnas, a estudar projetos de desenvolvimento para o lago de Furnas. Inspirado na TVA, o governo elaborou o PDLF em 1975. “O PDLF considerou o Lago de Furnas como importante equipamento turístico a ser usufruído pela população da região sudeste do Brasil, que na época, abrigava aproximadamente 40% da população nacional. Os autores do plano indicavam a implantação de atividades recreativas e turísticas junto às margens do Lago de Furnas” (POZZER e FERRÃO, 2018, p.875). “Além das atividades turísticas, outra importante fonte de renda dos municípios atingidos pelo Lago de Furnas são os royalties pagos por Furnas Centrais Elétricas (FURNAS) devido aos danos ambientais e socioeconômicos causados na região pela produção de energia elétrica” (POZZER e FERRÃO, 2018, p.883).

Aqui, quando nós chegamos, até a gente se adaptar... Tudo o que o americano fazia, os brasileiros da construção⁷⁸ queriam fazer. (Torres)

Esta fala de Torres me sinalizou um caminho. Assim, procurava entender o que significava essa “influência americana” que Torres narrava em seu depoimento. Retiradas as camadas por trás dos projetos de Furnas, estava a influência das ideias de Howard e Geddes, incorporadas nos projetos de consultoria da TVA. Esta era a utopia, não intencional, porém implícita nos projetos de Furnas⁷⁹. A respeito do que foi desenvolvido por essa agência americana durante o governo de Roosevelt, as pequenas cidades foram criadas ao longo do vale culminando com o desenvolvimento de “agrovilas”. Tais “mini-cidades” tinham como objetivo o contato direto com a natureza por meio da construção de áreas verdes, jardins, *playgrounds* e parques esportivos. Estes aspectos assemelhavam-se tanto à cidade-jardim⁸⁰ quanto às vilas construídas por Furnas (LIPORONE, 2007).

Furnas construiu 22 vilas operárias, localizadas em nove usinas hidrelétricas, onze subestações e duas usinas termelétricas, no total de 3.556 casas⁸¹. Liporone (2007) classificou a vila de Estreito como “Comunidade Residencial Satélite”, o que significa “vilas isoladas de caráter fechado”. Esta classificação foi pensada por Guimarães (1980)⁸² a partir da relação entre o empreendimento e a região de inserção⁸³ – em geral, as vilas eram afastadas dos

⁷⁸ Quando Torres expressa “brasileiros da construção” ele se refere especificamente ao setor de construção da usina nuclear.

⁷⁹ É importante destacar que esse modelo não foi utilizado exclusivamente por Furnas. Desde 1930, as experiências em aliar a construção de usinas ao planejamento regional pela TVA foram referências para o Brasil. Tendo como base este modelo, surgiram comissões de cooperação e convênio entre o Brasil e Estados Unidos para desenvolvimento do setor elétrico. Esta aliança foi fortalecida pela política de boa vizinhança desencadeada pela Guerra Fria. Essas parcerias foram conhecidas como CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (década de 1940) e CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (GUERRA, 2008).

⁸⁰ No Brasil o conceito de cidade-jardim já tinha sido difundido em loteamentos particulares, como os da Companhia CITY, em São Paulo, dentro da manutenção da ideia de lote privado; e de grandes áreas, como as quadras residenciais de Brasília, com a liberação do solo através da NOVOCAP – responsável pela construção da Capital (GUERRA, 2002 *apud* LIPORONE, 2007, p.55).

⁸¹ Disponível em < https://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/LD308_vilas.pdf > acesso em 6 de janeiro de 2020.

⁸² Esta proposição de Guimarães (1980) foi pesada por Farah e Farah (1993) e citada por Liporone (2007).

⁸³ “Comunidade Residencial Incorporada: apesar de se constituir parte integrante de um centro urbano existente e depender quase que inteiramente dos serviços urbanos do mesmo, possui certa identidade, comércio e autocontrole comunitário, podendo inclusive possuir um comércio do dia-a-dia e equipamento de recreação exclusivo; Comunidade Residencial Contígua: parecida com a Comunidade Residencial Incorporada, porém, localizada na periferia da cidade. Inicialmente, tende a ter uma aparência fortemente exclusiva tanto em sua aparência física quanto social; Comunidade Residencial Satélite: situada perto, porém não imediatamente adjacente a um centro urbano existente, possuindo alto grau de identidade comunitária incluindo comércio do dia-a-dia. No entanto, como comunidade para serviços especializados é dependente do centro urbano existente.

centros urbanos. Conforme Guerra (2008), todo planejamento urbanístico das vilas de Furnas está em função da obra principal. Desta forma, o tipo de obra a ser feita procurava viabilizar a construção e a operacionalização da usina. Eram definidas duas fases de ocupação: ocupação provisória (pelos operários da construção da usina) e ocupação permanente (pelos funcionários da operação da usina); neste ponto, Guerra (2008) fundamenta-se nos documentos internos de Furnas em DOCFURNAS (1985).

Mas há o caso em que os chamados acampamentos ou vilas provisórias se tornaram permanentes com o passar do tempo. Este é o caso de algumas vilas ligadas à CNAAA, como a chamada “vila operária”, a vila Andrade Gutierrez e a vila Madezatti”, que foram vilas da construção mobilizadas por empreiteiras que serviam à usina, e que até o dia de hoje existem, exceto a última⁸⁴. Dentro da classificação mencionada anteriormente para os assentamentos habitacionais promovidos por empresas, as vilas da usina nuclear também podem ser enquadradas, assim como a vila de Estreito, na categoria de “Comunidade Residencial Satélite”:

“(…) situada perto, porém não imediatamente adjacente, de um centro urbano existente, possuindo alto grau de identidade comunitária, incluindo comércio do dia-a-dia. No entanto, como comunidade para serviços especializados, é dependente do centro urbano existente.” GUIMARÃES (1980) *apud* FARAH E FARAH (1993) *apud* LIPORONE (2007).

As vilas da usina nuclear possuem identidade própria, formada a partir da instituição do trabalho, do comércio e do controle comunitário realizado pela administração da vila. No entanto, sempre foi dependente de um centro urbano, no caso, o Perequê (atual Parque Mambucaba), Angra dos Reis e até mesmo o Rio de Janeiro.⁸⁵ Quanto a isso, lembro-me que

Centro de Crescimento: é um acréscimo significativo a uma pequena cidade existente, convertendo em um grande centro gerador de atividade; Comunidade Residencial Autônoma: além de possuir uma identidade própria é desvinculada de qualquer de qualquer outro centro em termos de serviços comunitários; Polo de Desenvolvimento: além das características inerentes a uma comunidade autônoma ou a uma cidade existente, é capaz de se transformar em um grande centro de atividades irradiando crescimento econômico na região em que se situa (GUIMARÃES, 1980 *apud* FARAH e FARAH, 1993 *apud* LIPORONE, 2007).

⁸⁴ A vila Madezatti pertencia a uma empreiteira contratada por Furnas, sendo, portanto, uma vila do setor de construção. Ela situava-se onde hoje é o bairro Parque Mambucaba (antigo Perequê) e foi vendida no ano de 2010. O local continua sendo conhecido como “Madezatti” até os dias atuais.

⁸⁵ Anexos: Imagem 18 e Imagem 19. O mapa da Imagem 18 ilustra a distância entre a CNAAA e alguns centros urbanos em destaque: até o Rio de Janeiro são 196 quilômetros; até Paraty são 57 quilômetros; até Angra dos Reis são 42,5 quilômetros e até São Paulo são 323 quilômetros. O mapa da Imagem 19 é contemporâneo e, portanto, dá apenas uma ideia sobre a localização das vilas residenciais e operárias em relação ao Perequê e à usina. A temporalidade desta pesquisa abarca de 1970 a 2000, sendo que os apontamentos “Campo da Gringa”,

na década de 1980, Furnas tinha um ônibus que levava os funcionários para fazer compras no Rio de Janeiro, devido à ausência de comércio local. Quanto ao adjetivo “residencial”, este não provém da classificação de Guimarães (1980). Essa definição terminológica está fundamentada, conforme Guerra (2008), em um zoneamento utilizado na época por Furnas. O adjetivo “residencial” às vilas de Praia Brava e Mambucaba se deve ao fato de serem “vila de operação” ou “vila operadora”; assim, por serem permanentes, são residenciais (GUERRA, 2008). Para Guerra (2008), a vila residencial, dentro desse macrozoneamento, é considerada um setor, que subdividido, resultará em outros sub-setores, com áreas como:

- Habitação familiar e habitação coletiva (para solteiros com qualificação profissional, e para solteiros sem qualificação profissional);
- Centro urbano, com áreas de lazer e esportes (praça, bosques, parque infantil, recreação, quadras esportivas etc.);
- Centro de convivência (cine-teatro, biblioteca, salão de jogos, refeitório, sala de TV);
- Setor comercial, com comércio de vizinhança (mercados, lanchonetes), serviços urbanos (correios, telégrafos, telefônica);
- Equipamentos comunitários, como escola, hospital ou posto de saúde, rodoviária, administração, centro ecumênico (na maioria dos casos, igreja católica);
- Campos de futebol de quadras diversas, clube para funcionários em geral;
- Clube e hotel para engenheiros e profissionais graduados e;
- Infra-estrutura urbana, como estação de tratamento de água, pavimentação, redes (água, esgoto, pluviais, elétrica), coleta de lixo, etc. (GUERRA, 2008, p.18-19).

Com base em Guerra (2008), os indicadores urbanísticos acima mostram que o objetivo do plano visava à estruturação sócio-funcional e à organização arquitetônica formal do espaço. A zona é a unidade conceitual da concepção da estrutura do respectivo setor. Ou seja, para cada

“Parque Mambucaba” e “Parque Perequê” mostrados no mapa não eram então assim conhecidos. A região, hoje densamente habitada, era constituída pela vegetação e algumas casas esparsas. O marcador azul no centro dessa área indica a localização aproximada da vila Madezatti. Conforme os relatos orais, o “Perequê era só mato” até meados dos anos de 1980. No entanto, a partir do início da década de 1990, o comércio local ampliou-se acentuadamente, fazendo com que o Perequê, com o passar do tempo, se constituísse em referência comercial para as vilas. O mapa exhibe a terminologia “Vila Residencial de Mambucaba”, “Vila Operária de Mambucaba” e “Praia Brava” em conformidade com o uso da linguagem local dos moradores. A Vila Residencial de Mambucaba tem esse nome oficial, mas também é chamada corriqueiramente de “vila”, “a residencial” e “Mambucaba”. Já a Vila Operária de Mambucaba é conhecida como “vila operária”. Lá estão os alojamentos para solteiros, embora nela existam também algumas casas para famílias. O marcador azul no canto esquerdo dessa área indica a localização aproximada da vila Consag. Vê-se também a Vila Residencial de Praia Brava, que é conhecida como “Praia Brava”. Por fim, o mapa mostra a Vila Histórica de Mambucaba, que data do século XVI.

função básica, como a habitação, o trabalho, o lazer e a circulação, há um tipo de zona correspondente⁸⁶. Para Guerra (2008), estes são conceitos bastante conhecidos e sintetizados na “Carta de Atenas” – cerne do urbanismo racionalista, ou do chamado urbanismo funcionalista. Todo espaço era funcional a começar pela habitação: os alojamentos para solteiros e as casas para família. Na chamada “vila operária” situavam-se os alojamentos para solteiros onde ficou Castilho⁸⁷:

Quando eu cheguei eu era solteiro. Então eu vim morar em alojamento.
(Castilho)

Mas quando casou, sua situação em relação à habitação mudou:

Em 77 eu me casei. Em 77 eu já fui morar na vila. (Castilho)

Castilho refere-se à Vila de Praia Brava, onde morou por cerca de 40 anos. Na vila operária situava-se, no início da construção da usina, a prisão mencionada a priori. Lá era o local onde Torres fazia seus turnos como guarda:

Então, do lado de cá⁸⁸, onde é a vila operária hoje, onde é aquela entrada, ali, tinha alguns alojamentos, nos quais nós fazíamos a delegacia... Era ali, a delegacia, era ali, de frente à entrada da vila operária hoje. Tinha vários alojamentos ali. E ali deixaram um alojamento, uma parte dos alojamentos para os guardas. E ali a gente fazia nossos turnos. (Torres)

No início da construção da usina, era tamanha a quantidade de pessoas que os alojamentos não foram suficientes. Então, Furnas acomodava as pessoas em hotéis, como mencionado anteriormente por Torres. Meu pai também conta, com orgulho, que ficou no hotel Acrópolis, o mesmo de Torres. Souza corrobora este cenário e discorre sobre funcionários morando em hotéis:

⁸⁶ Anexo: Imagem 20. O projeto “Arranjo Geral – Mambucaba” ilustra esta ideia e apresenta a vila residencial de Mambucaba na parte inferior da imagem. Na parte superior, canto esquerdo, encontra-se a área correspondente à vila Consag, não apontada no mapa, porém podendo ser identificada pela descrição “Residencial de madeira”, legenda 4-8. Os alojamentos para solteiros podem ser identificados pela legenda 10.

⁸⁷ Funcionário aposentado de média gerência de cerca de 40 anos de empresa. Sua entrevista foi realizada nas dependências da usina. Fui bem acolhida e ele se sentiu motivado e emocionado ao narrar sua história de vida, especialmente porque estava na iminência de deixar a empresa, em virtude da aposentadoria.

⁸⁸ Torres fala “do lado de cá” porque sua referência é a Vila Residencial de Mambucaba, onde morou.

No caso de Angra foi interessante, porque, era tanta gente lá, que a vila residencial mais os alojamentos, eram insuficientes pra conter tanta gente. Então Furnas, que era a proprietária da obra, colocou gente em hotéis, pousadas?! Tinha aposentos de hotéis alugados em Angra, Paraty acho que não chegou a ter. Lá em Angra muitos hotéis eram praticamente tomados e Furnas pagava. Os seus técnicos, até o pessoal das empreiteiras entraram nisso, ficaram acomodados em hotéis. O hotel lá, perto do campo de Golf, Hotel do Frade, serviu de hospedagem. Além disso, tinha ônibus..., ônibus que pegava o pessoal de Angra, levava e trazia todo dia. Então, nasceu dessa necessidade. A vila residencial, o acampamento, arrendamento de hotéis, com os ônibus, que levavam e traziam todo mundo, todo dia. Então, pra acomodar esse pessoal todo que ia trabalhar na usina. (Souza)

Martins⁸⁹ foi um dos funcionários pioneiros, do alto escalão hierárquico, ligados à construção da usina e das vilas. Ele narra que, em 90 dias, instalavam uma casa de madeira na vila de Mambucaba. Segundo ele, a construção da vila de Mambucaba foi difícil por ser uma construção de grande porte para a época. Dada a pressa para operar Angra 1, as primeiras 110 casas tiveram que ser de madeira⁹⁰. Isto eu desconhecia e a esse respeito tinha a questão: porque as casas da primeira quadra da vila residencial de Mambucaba eram feitas de madeira? Então, nesta pesquisa, tomei conhecimento. Na vila de Mambucaba, conforme Martins, fazia parte do projeto, em suas palavras, “um supermercado e um hospital de grande porte, como há em Praia Brava, mas não foram construídos”; ao invés disso, foram abertos apenas mercadinhos e outras pequenas unidades comerciais.

Guerra (2008) afirma que as vilas operadoras são parte da produção urbanística e arquitetônica moderna. Quanto à tipologia dos equipamentos públicos, a exemplo da TVA, engenheiros e arquitetos foram profissionais de destaque. Observo semelhança especialmente quando Guerra (2008) menciona sobre as questões de proporções, materiais e as marcas da inovação na linguagem. Esta é a concepção original dos projetos de Furnas; no entanto as vilas se diferenciam quanto à tipologia arquitetônica de suas habitações, visíveis quando comparadas, conforme sinaliza Liporone (2007). Isto eu pude perceber em duas situações. A primeira, ainda criança, foi quando minha mãe cogitou a transferência para a vila de Furnas (referente à hidrelétrica de Furnas fundada em 1957) para ficar mais próxima da família em Minas Gerais. A viagem foi assustadora. Furaram dois pneus em virtude da rodovia esburacada como um queijo suíço. Mais assustador ainda foi me deparar com casas mais

⁸⁹ Funcionário de alto escalão, engenheiro do setor da construção da usina, onde trabalhou por cerca de quarenta anos.

⁹⁰ Anexos: Imagem 21, Imagem 22, Imagem 23 e Imagem 24.

antigas⁹¹ quando comparadas às das vilas da usina nuclear. Lembro-me ainda da imagem de uma casa meio acinzentada em um morro. Foi automática minha comparação e torcia para que não desse certo tal ideia, que de fato não deu, para meu alívio. A segunda foi a agradável surpresa de ver, no trabalho de Liporone (2007), uma planta baixa muito semelhante à de minha antiga casa na vila de Mambucaba. A planta é oriunda da vila de Estreito, do tipo T2⁹² e pertence ao Setor Habitacional 1, ocupado por operadores da usina e chefes de departamento. A principal diferença em relação à planta de minha antiga casa é que há um quarto a mais. A casa em que eu morava era de três quartos e não quatro⁹³. Retirando este quarto ao lado do banheiro, elas são praticamente idênticas. A casa em que morávamos, eu e minha família, era do tipo C, destinada a profissionais operadores do nível técnico. Já os funcionários de nível gerencial e diretores ficavam respectivamente em casas do tipo B e A. As casas do tipo B misturavam-se às do tipo C; no entanto, eram bem maiores. Já as casas do tipo A pertenciam ao alto escalão da hierarquia da usina e se localizavam na orla da praia, de frente para o mar⁹⁴. Para Martins, a preocupação de Furnas na época era dar as melhores condições por conhecimento, ou seja, por função do profissional. Hoje a situação da distribuição das casas para os funcionários se diferenciou quanto à forma com a adoção de um sistema de pontuação; no entanto, a natureza parece ser a mesma, ou seja, distribuição das casas por função na empresa. Eu sempre morei em casa para técnicos. Quando nasci, em 1981, meus pais moravam na Vila Residencial de Praia Brava. Esta foi a primeira vila construída por Furnas para operar a usina nuclear; Praia Brava fica a apenas 3 quilômetros dela. Por esse motivo, da frente da vila de Praia Brava até o mar e do canto direito da praia é possível observar a usina.

As casas de Praia Brava são, em sua maioria, geminadas e há algumas casas de planta baixa pertencentes à alta diretoria. Para especificar, em 1975 foram construídas 540 casas, sendo 532 de dois andares e 8 de planta baixa⁹⁵. As casas de dois pavimentos são geminadas, de cor branca e com janelas de madeira marrom escuro. Martins atuava nos projetos de construção

⁹¹ Anexo: Imagem 25.

⁹² Anexo: Imagem 26.

⁹³ Anexo: Imagem 27. Onde está escrito “sala” ao lado de “quarto”, leia-se “quarto”. Esta planta da casa tipo “C” alvenaria representa as casas do outro lado de minha antiga rua e por isso, é invertida em relação à casa em que morei. A Imagem 20 – Projeto: Arranjo Geral – Mambucaba ilustra esta ideia.

⁹⁴ Sobre a tipologia de casas, A, B, C, D e E, estão exemplificadas no anexo desde a Imagem 28 até a Imagem 45. Os tipos D e E, conforme mencionarei adiante, eram desconhecidas por mim até esta pesquisa. Este tipo de casa pertencia aos trabalhadores da construção e aos donos de comércio.

⁹⁵ Anexos: Imagem 46 e Imagem 47.

das vilas e da usina. Assim como Torres, chegou em 1976, e narra, no trecho abaixo, a participação na construção da vila de Praia Brava:

Estava acabando a construção da Igreja, estava acabando a construção do supermercado, é... Não existia, dos blocos, eu diria que existia a metade... As primeiras casas que foram construídas foram aquelas que eram brancas, logo na entrada, um bloco à esquerda e outro a direita e lá na frente o primeiro bloco de casas baixas, a escola só existia só um pedaço. O hospital era um ambiente para quatro consultórios, o clube náutico existia, de uma forma muito simplificada⁹⁶. (Martins)

Do outro lado da hierarquia está o depoente de Marília Campos (Sr. R), executando os projetos dos quais Martins participava:

Sr. R – Agora, eu, quando eu vim pra cá, vim pra cá em 75. Mas só que eu não mexia com agricultura: eu sempre trabalhava empregado aí na usina e vivia mais ‘alojado’, entendeu? (...) Eu trabalhei ajudando a construir Praia Brava; de Praia Brava, vim ajudar a construir essa vila residencial... Na Praia Brava, trabalhei para uma firma, uma tal de SPC...

Marília – Isso em que ano?

Sr. R – Foi 75 para 76. (...) Praia Brava praticamente ali só “tava” acabando de construir aquele supermercado. Aquele resto foi tudo obra que “a gente chegamos” ali fazendo.

Marília - ... o hospital (de Praia Brava)...

Sr. R – Isso. Trabalhei no hospital, também lá, ajudando a construir. Aí entrou uma outra firma; aí a gente “fomo”, “viemo” pra cá, pra Vila. Aí fui trabalhar numa firma, uma tal de EMEC, uma firma do Rio Grande do Sul. Trabalhei de motorista nela ali, fazendo aterro, aterrando... “A gente tinha” umas dragas tirando areia de dentro do rio e jogando, e a gente puxando as máquinas... E veio uma firma de Minas Gerais, uma tal de Ouro Preto... Veio construir 100 “casa”, as primeiras 100 “casa” que foram construída aqui na Vila...

Marília - ... de Mambucaba...

Sr. R – É, vila residencial... Aí, quando terminava a vila residencial, uma parte ali, aí vieram para a vila operária. Já foi “uma outra” firma que veio, trabalhei nela também, uma tal de Madezatti. Construiu lá.

Marília – Aí depois veio a Madezatti daqui (do Perequê).

Sr. R – Ela construiu a vila operária... Aí depois veio construir aqui, que ficou o nome dela, ficou como Vila Madezatti, por causa da empresa que se chamava Madezatti.

Marília – Então, por ordem foi: Praia Brava, Vila Residencial de Mambucaba, Vila Operária e Madezatti (CAMPOS, 2005, p.33).⁹⁷

⁹⁶ Anexos: Imagem 48 e Imagem 49.

⁹⁷ A narrativa oral colhida por Campos (2005) foi transcrita em formato “absoluto”, conforme classificação de Meihy e Holanda (2007, p. 140).

Na vila de Residencial de Praia Brava foram construídos: um hospital (conveniado com o SUS), um cine-teatro, dois hotéis (hospedagem I com 6 suítes e 48 apartamentos; hospedagem II, com 21 apartamentos e 32 quartos), uma hospedagem, um centro comercial (incluindo agência dos correios, agência bancária, padaria, bar, papelaria, lanchonete, banca de jornal, barbearia e posto telefônico), um supermercado, um colégio (do jardim de infância até o ensino médio) e dois clubes, o clube náutico e o clube recreativo⁹⁸. Há também uma igreja que, nos documentos institucionais da empresa⁹⁹, consta como “Centro Ecumênico”, mas que desde criança, frequentei como Igreja de Praia Brava. Pertencente à Igreja católica, ela tinha significativa importância social para os moradores católicos da vila de Praia Brava, como ponto de encontro e desenvolvimento comunitário. Entre as quadras há sempre um parque infantil e bancos. Há tantas opções com pequenas praças, parquinhos e bancos em frente ao mar que chegam até a ficar vazias. Adicionalmente, fazendo jus ao nome, Praia Brava sempre foi um atrativo para surfistas.

Em 1982, fomos transferidos para a vila de Mambucaba. Desta tenho todas as lembranças vivas. A Vila Residencial de Mambucaba, tal qual denominada pela empresa, foi construída em 1978, a 15 quilômetros de distância da usina. Tem uma extensão de 3 quilômetros de praia. Possui 481 casas de planta baixa¹⁰⁰. Embora todos os lotes tenham o mesmo tamanho, as casas variam no modelo e tamanho conforme a hierarquia funcional, como mencionado. No final dos anos de 1990 foram construídos 72 flats, que na época, chamávamos de “casas dos alemães”¹⁰¹. Lembro-me que, quando uma vizinha se mudou pela aposentadoria do marido, sua casa foi habitada por um alemão. Não tivemos nenhum tipo de contato com ele, o que dá uma noção do quanto eram sujeitos isolados de nossa comunidade.

Nas vilas há um padrão de cores e de construção. Na vila de Mambucaba, as casas são todas brancas, com grandes janelas de madeira pintadas de amarelo. Olhando de cima, a dinâmica da vila é representada pelas casas e um extenso gramado, de 10 metros, separando umas das outras. Algumas pessoas faziam modificações na estética da casa. Por exemplo, em minha casa, foi derrubada a parede que separava a sala do “quarto da empregada” – a intercessão

⁹⁸ Estes dados estão resolvidos na temporalidade que abarca este trabalho. Atualmente, conforme o documento “Manual – Cessão de Casas Funcionais – arquivo Eletronuclear” – já não existem mais a barbearia, o supermercado, o bar, a papelaria, a banca de jornal e o posto telefônico. O documento lista, no entanto, outros itens que desconhecia: creche, clínica odontológica, laboratório de análises clínicas e posto salva-mar.

⁹⁹ Manual – Cessão de Casas Funcionais – arquivo Eletronuclear.

¹⁰⁰ Anexos: Imagem 50, Imagem 51, Imagem 52 e Imagem 53.

¹⁰¹ A mão de obra alemã foi importada para dar apoio à operacionalização de Angra 2.

entre esses dois cômodos era marcada por um arco. Perguntei à minha mãe se o “arco” era uma determinação da empresa e ela me disse que não. Quem quisesse, poderia deixar a abertura em forma reta. Várias casas reproduziram essa mesma ideia. A área de serviço em muitas casas foi fechada e unida à cozinha. Alguns vilenses fizeram um quatinho, e na extensão “Área de Serviço”, uma varanda. Quanto à jardinagem, minha mãe me contou: “não podia plantar nem uma árvore”. Perguntei o porquê e ela me falou: “porque era assim que a empresa queria”. Mas com o tempo, concessões foram sendo feitas e a vila se tornou repleta de árvores e plantas. Assim limitava-se as modificações nas casas.

Nas vilas, há áreas institucionais, comerciais, de lazer e de moradia. Às que me refiro como institucionais são, em Mambucaba: o Centro de Treinamento, o Laboratório, o Clube chamado “Campestre”, o Centro Administrativo da vila, o Posto de Saúde e três escolas, sendo duas particulares e uma pertencente à Furnas. Esta última, onde estudei, chama-se Escola Estadual Almirante Álvaro Alberto e é composta de dois prédios, sendo o primeiro destinado ao jardim de infância e o segundo ao ensino fundamental. Quanto ao ensino médio, fazíamos no Colégio Estadual Roberto Montenegro, em Praia Brava. Ambas as escolas eram conveniadas com o estado. Na vila operária ao lado, havia uma escola de datilografia e uma escola de inglês, um restaurante, e um salão emprestado de Furnas para a comunidade católica São Francisco de Assis¹⁰², pertencente à Paróquia São José Operário, que existe até hoje no Perequê. Esta descrição da vila operária corresponde ao que tive contato. Nos documentos institucionais¹⁰³ da empresa, consta que a vila operária é composta por 200 residências, uma hospedagem (organizada em 5 blocos) com 155 quartos, 8 blocos de alojamento totalizando 202 quartos, 12 repúblicas com 42 leitos para empregados, um centro de medicina para radiações ionizantes, um destacamento do corpo de bombeiros, duas quadras esportivas e, pelo que acabo de conhecer por esse documento, uma casa de cultura, que foi pensada nos tempos atuais. Na vila Consag¹⁰⁴, propriedade da Construtora Andrade Gutierrez, há 150 residências, uma churrasqueira, um centro comercial e um restaurante. Nada passava despercebido, pensava eu. No entanto, ao ler os documentos institucionais da empresa,

¹⁰² Ainda hoje me lembro de como foi instituído São Francisco de Assis como padroeiro. Ele não partiu de um eco da tradição ou devoção popular. Assim como na organização do trabalho, foi feita uma votação entre São Francisco e Santo Antônio. E São Francisco ganhou... Disso hoje acho bem curioso e peculiar ao lugar.

¹⁰³ Manual – Cessão de Casas Funcionais – arquivo Eletronuclear.

¹⁰⁴ A vila Consag é também chamada de Andrade Gutierrez ou somente Andrade. O nome Consag deriva da concatenação das iniciais dessa empresa.

percebi que a dimensão social fazia como que desaparecer determinados estabelecimentos. Por exemplo, a churrasqueira e o centro comercial da vila Consag são edificações com as quais eu tinha pouco contato. Apenas participei de um aniversário realizado neste espaço de churrasqueira. Esta falta de contato é justificada pelo isolamento em camadas sociais, que será tratado posteriormente neste trabalho, na seção sobre a dimensão social. Assim, me impressiona desvelar determinadas características da estrutura das vilas que sequer pensava existir, embora estivessem tão perto.

Em Mambucaba, logo na entrada, há um grande gramado, onde na época de Natal, era o encanto: um presépio de madeira, uma árvore de Natal de aproximadamente 10 metros, decorada com lâmpadas opacas e coloridas e, para completar a cena, um Papai Noel em madeira. Quando criança, tudo parecia ser de verdade e quando cresci, ainda pareciam ter vida, dados os afetos que em mim provocavam. Neste mesmo gramado, frequentavam aves que eram como que “proprietários” do local, os famosos quero-queros, que mergulhavam em seus rasantes feito guardiões. Nunca corríamos ou brincávamos nesse espaço sob o risco de sermos atacados pelos quero-queros. Que medo eu tinha! Mais à frente da portaria, depois do gramado, encontram-se uma quadra de basquete e bancos – desses havia por toda a parte, em toda orla da praia: bancos seguidos de jardins e árvores, assim como na vila de Praia Brava, como mencionado anteriormente. No entanto, dado o espaço mais extenso em Mambucaba, havia nesta um número maior de quadras de basquete, de vôlei de praia e muitos parques infantis.

A vila de Mambucaba é composta por quatro quadras de casas. Entrando pela direita da portaria, fica a primeira quadra, e à esquerda desta encontra-se a segunda quadra, onde morei. À direita da primeira quadra, há o primeiro centro comercial da vila, onde se encontra a agência do antigo Banco Real, a localmente famosa lojinha de presentes (que funciona até hoje) chamada “Pedacinho do Céu”, o restaurante até hoje chamado de “Palestrão”, uma sapataria, o antigo mercadinho “ETA” e a peixaria. À frente desde centro situa-se um extenso gramado e ao lado deste, já próximo à praia do Coqueiro (canto esquerdo da vila), as famosas casinhas dos alemães. São um verdadeiro mimo estas casinhas coloridas, entrecortadas por pequenas praças, de frente para o mar. Vindo desta área em direção à segunda quadra, há uma avenida que segue toda a orla da praia: a Avenida Brasil. Esta não é coberta de asfalto, e sim de bloquinhos de concreto. Passando a segunda quadra, alcança-se a primeira escola, que contempla o jardim de infância, e passando a terceira quadra, a segunda escola, com o ensino fundamental. Ambas são prédios da mesma Escola Estadual Almirante Álvaro Alberto

mencionada anteriormente. Atrás de cada um desses prédios escolares, havia um centro comercial. Junto ao primeiro ficava uma padaria, uma farmácia, um açougue e um mercadinho, e junto ao segundo, a famosa Yopa¹⁰⁵, onde se concentravam os jovens, uma loja de fotografias e uma loja de roupas. Todos esses comércios tinham o mesmo tamanho, formato e cores: na frente, o comércio propriamente dito, e atrás, uma pequena casa onde morava o dono do estabelecimento¹⁰⁶. Seguindo até o final da quarta e última quadra, no canto esquerdo, situa-se o clube Campestre, com atividades de lazer e esportes para os funcionários e seus filhos.

Esta é a querida vila de Mambucaba, onde morei. Da estética das vilas vem a sensação de morar nelas e então, resolvo o lugar com metáforas: a mesa posta pela mãe, com xícaras, paninhos diversos, um bom café, pão com manteiga, geleias, bolos e muitas iguarias. Todo o cuidado que justifica a recordação de seu fundador – Cotrim – a respeito do ditado inglês que citou: “*a neat appearance reveals a neat mind* (uma ar arrumado revela uma mente arrumada)” (COTRIM, 1994, p.154). Por outro lado, a vida ordinária, misturada às vicissitudes da esfera organizacional, implicava em uma localização social de cada pessoa, o que funcionava como linguagem. Por essa razão, no mesmo lugar em que sentíamos o perfume das flores, éramos, por vezes, feridos por seus espinhos.

Da dimensão social

As vilas são funcionais e é justamente desta finalidade que parte a sua dimensão social. As vilas existem para fazer operar a usina. Por essa razão, chamam-se “vilas operadoras”. Este termo significa nada mais do que vilas operárias; no entanto, se tomado como uma subcategoria, é um tipo específico de vila operária: as vilas que pertencem à usinas que produzem energia elétrica e que estão dispostas em caráter permanente, conforme Liporone (2007). E para fazer operar a usina, as vilas, tal qual um anexo da empresa, deverão ser tão racionais quanto a própria companhia. Assim, a dimensão estética de uma vila operária possui objetividade no seu projeto, o que significa a maneira como a vila se apresenta. Em suma, construída para dar suporte às atividades de uma empresa, uma vila operária não tem, senão,

¹⁰⁵ Antiga marca sob a qual eram comercializados os sorvetes da Nestlé.

¹⁰⁶ Anexo: Imagem 28 e Imagem 29.

em sua matriz projectual, a natureza do trabalho. Isso significa que uma vila operária é a representação de um espaço sistêmico¹⁰⁷. A organicidade que a compõe, por outro lado, é produto da interação humana no projeto; daí tem-se a combinação sistêmico-orgânica, próprio das vilas operárias, mas não exclusivo destas. O espaço sistêmico está presente também nas indústrias e hospitais, por exemplo. Quanto maior a periculosidade do produto e a insalubridade do ambiente, maior a padronização do espaço e dos processos. Uma usina nuclear se encontra no eixo das atividades de maior impacto à saúde e à própria existência humana. A energia nuclear é um agente de difícil controle; sua ação, invisível aos olhos humanos, deve ser monitorada através de complexos mecanismos de medição e controle. Sujeita à falha humana, sua irradiação segue uma trajetória em um sem-fim de caminhos e danos. Por essa razão, o que temos em uma usina nuclear é a busca pelo aumento do potencial de energia elétrica de uma região associada a processos de controle, o que implica na padronização de todo o trajeto de produção: da matéria-prima ao produto final. Isto não significa afirmar a completa ausência da criatividade humana interferindo nos projetos de alta periculosidade, mas este não é o ideal à rotina deste tipo de indústria. Na criatividade, há variabilidade de ações, aumentando, portanto o risco e, conseqüentemente, as estatísticas de acidentes de trabalho. E, neste caso, há danos irreversíveis, tal como é a contaminação pela radiação nuclear.

No caso das vilas da Usina Nuclear de Angra¹⁰⁸, a padronização chega também aos espaços de moradia do funcionário, e indiretamente aos lugares sociais do grupo. Cada sujeito está localizado, para a empresa, como as peças de um jogo de tabuleiro. Isso significa que ele tem uma função específica dentro da empresa. No entanto, esta função extrapola os portões da usina e é refletida nos espaços de habitação. Isto é claro e bem delimitado, e tem sua origem no canteiro de obras. O programa nuclear reunia profissionais específicos, que passaram a assumir papéis politizados, fundamentando as relações sociais em uma hierarquia de valores, a partir do dual saber/poder. Como diria um dos depoentes: lá você tinha o “peixe grande”, o “peixe pequeno” e a “ralé”. Respectivamente, o peixe grande representa os diretores, o peixe pequeno a média gerência e a ralé, os técnicos. Esta expressão faz alusão à segregação

¹⁰⁷ A expressão procura evocar o significado daquilo que é colocado ordenadamente; organizado ou disposto seguindo uma metodologia; padronizado.

¹⁰⁸ É comum pela linguagem local utilizar as seguintes terminologias ao se referir à CNAAA: Usina Nuclear, Usina de Angra, Usina Nuclear de Angra, “A Central”, Itaorna ou somente Usina.

hierárquico-funcional fundamentada no canteiro de obras, onde, inicialmente, moravam os trabalhadores e refletia na infraestrutura das vilas operárias. É o que podemos observar nas falas de Torres e de Martins. Torres descreve o local onde irá morar, no canteiro de obras. Nessa época, em meados de 1970, as vilas estavam em construção.

Não é brincadeira não... Ele mostrou uns barracos que tinha lá em cima e disse: Oh! A casa de vocês é aquela ali... São oito homens por cada quarto... Oito homens por cada quarto... (Torres)

Na outra ponta da cadeia hierárquica, Martins, alto escalão, também destaca as estratificações funcionais e alguns benefícios de sua função. A visão de Torres se assemelha à visão de Martins: ambas as opiniões são carregadas de aspectos estéticos, fundamentados em princípios sócio-funcionais:

Morei na obra e havia dois galpões, dois alojamentos. Muito bem arrumados, limpos, um chamava-se *Staff 1*, o outro chamava-se *Staff 2*. E da mesma maneira que você falou, estratificado: *Staff 1*, para os engenheiros e técnicos de alto nível, *Staff 2* era de técnicos médios. A gente almoçava, jantava e tomava café na cantina da própria obra. E assim eu morei ali uns três meses. Onde é o Frade era um campo de aviação. Furnas tinha um avião que vinha todas as terças e quintas. (...) Então, em vários períodos, esse avião, era pra levar documentação, trazer documentação, enfim. Era um Cessna 215¹⁰⁹. E eu, em algumas vezes, eu era plantão, eu trabalhava à noite na obra fiscalizando a construção de Angra 1, então durante o dia, a gente mais jovem, tinha muita força: o que vou fazer aqui? Então eu pegava o avião e ia ao Rio, ia à praia, voltava no avião das três, aí sete horas estava pronto pra trabalhar. (Martins)

As vilas estavam igualmente estabelecidas a partir dos aspectos sócio-funcionais. As casas maiores pertenciam aos diretores, as casas médias aos gerentes e as casas pequenas aos técnicos. Respectivamente, como destacado na dimensão estética, na Vila Residencial de Mambucaba havia os tipos de casa identificados pelas letras A (diretores), B (gerentes) e C

¹⁰⁹ “Dada sua evidente expansão, em 1967, a Companhia concluiu que era mais econômico e conveniente operar com veículos próprios. Assim, adquiriu em 1968, um avião Cessna para fazer a ligação da obra com as cidades vizinhas e Belo Horizonte, o PT-BFB, com capacidade para um piloto e três passageiros, e um Beech Bimotor – Prefixo PT-BFX, com capacidade para dois pilotos e seis passageiros, responsável pela ligação Rio/Furnas/Rio. Todavia, o aumento das atividades da Companhia, o sensível crescimento de seu pessoal, a segurança, a eficiência e nível elevado de atendimento aos usuários, forçou Furnas a adquirir um maior número de equipamentos de transportes, sendo que, em 1970, passou a contar com 8 aviões (três bimotores e cinco monomotores), perto de 1.000 caminhões, caminhonetas e carros e 20 embarcações.” (FURNAS, 1987, p.74). Este trecho se refere ao tratamento administrativo da primeira Usina de Furnas. Portanto, quando menciona “cidades vizinhas”, o texto se refere às proximidades de Passos (MG).

(técnicos). Esta era uma espécie de divisão básica que nós conhecíamos e pela qual se estabeleciam três grupos sociais, e a partir de então, se dava a linguagem local. No entanto, para minha surpresa, na leitura do manual das casas das vilas da usina, tomei conhecimento no decorrer desta pesquisa de outras tipologias de casas. Um desses tipos designa as residências do tipo D, que ficam atrás dos estabelecimentos comerciais e pertenciam aos lojistas. Estas pessoas tinham um status menor que os funcionários da usina; porém maior em relação às comunidades locais por serem moradores das vilas residenciais. Também não tinha conhecimento de que as casas da vila operária eram do tipo E. No entanto, em relação a essas mesmas casas, da dimensão social, isto eu conhecia: as casas da vila operária seguem a lógica decrescente da relação casa e status funcional e são, portanto, inferiores às casas D. A casa E pode ser maior do que a casa D, onde, conforme imagens do anexo, há um tipo de casa de 3 quartos. No entanto, neste caso, o fator “morador da vila” poderia pesar mais do que o fator “funcionário da usina”, se este estivesse na vila operária. Isto ocorre porque, na época contemplada por esta pesquisa, havia uma divisão maior entre funcionários da operação e da construção, os chamados “peões”. O morador das vilas residenciais de Mambucaba e Praia Brava usufruía do status de “funcionário da operação”. Na vila de Praia Brava, conforme a depoente Cida¹¹⁰, “era notória a divisão entre o lado direito, reservado aos de nível funcional maior e o lado esquerdo, onde moravam os funcionários de nível funcional mais baixo (pessoal de serviços gerais, bombeiros, etc.)”. Em Praia Brava, as casas de planta baixa pertenciam ao alto escalão, e as demais, geminadas e de dois pavimentos, à média gerência, técnicos e outros de nível operacional, seguindo também a mesma lógica de A até D. Particularmente, sempre achei minha casa em Mambucaba muito confortável, com três quartos, varanda, gramado, etc. No entanto, cada casa estava estabelecida como linguagem dentro da vila; ou seja, a casa apontava quem era o funcionário, e assim representava uma espécie de moeda social. Quanto maior era a casa, maior era o status social, e, por essa razão, havia quem não se contentasse com uma casa C, por exemplo. Havia um topo e uma planície. E quem estava na planície, por vezes, se via inferiorizado. A inferioridade vem especialmente pela sensação do elitismo. A origem deste elitismo se dava a partir da primeira segregação hierárquico-funcional: os funcionários da operação e os funcionários da construção, cada qual com sua identidade. Em geral, os funcionários da operação tinham um status maior do que os

¹¹⁰ Ainda atuante como funcionária da usina, de nível operacional.

da construção, uma vez que estavam mais próximos daquilo que podemos chamar o *core product*, e da corte, por excelência, o que lhes agregava importância pelos status da função, conforme se pode notar na fala de Torres:

Elitismo! E permanece, elitismo até hoje. Só que na cabeça do pessoal muda. Muda porque a obra, o pessoal da obra, eles eram muito rústicos, depois que eles entregaram pra operação, pessoal técnico, a coisa já mudou. Pessoal veio lá de Santa Cruz¹¹¹, já com outra visão... Os caras mais de produção, já não era obra, já não era buraco. O cara estava lá para fazer a usina pra funcionar. E esses caras, pra fazer a usina pra funcionar, tinham outra cabeça. Se bem que também tinha lá seus elitismos, que até hoje não deixa de ter. Mas nós, peões aqui, a gente sofreu muita discriminação sim. (Torres)

A vivência, para Torres, se dá a partir da segregação, o que para ele significava discriminação. Castilho corrobora Torres a respeito desta primeira segregação: “(...) no início houve muito essa separação, parte de operação e parte de construção, e parecia que existiam duas empresas”. Nos primórdios da construção das vilas era sentido e ressentido o distanciamento social dado pela hierarquia funcional. No final da década de 1970, era especialmente apontada por Torres a postura de certos engenheiros e projetistas da obra, no que se refere à discriminação. A respeito disso, Leitão (2014) assinala algumas das dificuldades existentes no ramo da arquitetura e construção, especialmente referente à pseudo-onipotência dos seus proponentes, quer sejam gestores políticos, quer sejam arquitetos convencidos de que podem definir comportamentos individuais, além de estabelecer um modelo urbanístico capaz de reger as relações sociais. A postura apontada por Leitão (2014) na prática profissional de certos tipos de projetistas foi sugerida no relato de Torres:

(...) quando nós chegamos aqui, tudo isso aqui ainda estava entregue à construção. Então, era o pessoal da construção que mandava e você sabe que o pessoal da construção é um pessoal bem radical, bem burro: o cara da construção. Mesmo sendo engenheiro, mesmo sendo chefe da construção, e eles botavam quente. Quando eu cheguei aqui, antes de ser especialista, guarda não podia entrar na Praia Brava, guarda não podia fazer parte, nem ser sócio dos clubes. Não podia. Tinha uma discriminação muito grande, um elitismo muito grande. (...) Quando eu cheguei aqui, enquanto guarda que era, nem entrar na Praia Brava a gente não podia, nem acesso à praia, mesmo sendo guarda. Mesmo sendo guarda que ia tomar conta do local, não podia. (Torres)

¹¹¹ Usina que pertence a Furnas e situa-se no Rio de Janeiro.

Perguntei a Torres: “Eles não falavam porque era dividido por função?” Torres respondeu: “Não, é discriminação mesmo, questão de nível...” A distribuição das casas, conforme a narrativa de Souza, alto escalão hierárquico do setor da construção, parece ser algo implícito e assimilado pelos moradores como uma regra geral: a função caracteriza o tipo de casa. Isto está sinalizado especialmente quando Souza diz: “ninguém explicava isso”, conforme segue:

A explicação é uma exigência do próprio pessoal. Ninguém explicava isso. As melhores casas são para o chefe. Pelo estrato, pela posição hierárquica dentro da empresa. (Souza)

E esse status, como mencionado, estava reservado aos trabalhadores da operação. Os trabalhadores da construção moravam nas vilas Madezatti, e Andrade Gutierrez. Eram as empreiteiras contratadas e coordenadas por Furnas para a construção da usina. Eles também faziam parte do “reinado” local; entretanto, possuíam status menor especialmente por estarem ligados às subordinadas de Furnas. Os moradores das vilas da construção geralmente deixavam seus nomes nas fichas de cadastro e aguardavam ansiosamente por trocar de vila, como afirma Alberto¹¹²:

(...) porque a vila¹¹³ tem um status maior. E isso causa até desentendimentos entre familiares. E quem começa isso são as mulheres... Precisa colocar o nome na lista e esperar. Mas tem gente que nunca vai conseguir isso, porque não tem nível técnico para tal e isso gera frustração. (Alberto)

Algumas mulheres, como espécies de primeiras damas, carregavam um distintivo de “mulher de engenheiro”; desta forma transitavam em “tapetes vermelhos”, o que significa os ares de nobreza pelo status da função de seus maridos, e assim, possuíam certa autoridade em relação às outras pessoas da vila. Além do que, acabavam por ter conhecimento de muitos trâmites administrativos e operacionais da usina, como afirma Fortes¹¹⁴:

¹¹² Funcionário de nível técnico que trabalhou na usina por mais de quarenta anos. Morador de vila da construção.

¹¹³ As vilas operárias se situavam próxima da vila residencial de Mambucaba e das comunidades vizinhas – Perequê e o bairro da Boa Vista. E se localizavam a 12 quilômetros da usina. Já a vila residencial de Praia Brava se localizava a 3 quilômetros da usina e era mais isolada. As vilas operárias, vizinhas, chamavam a vila residencial de Mambucaba de “vila”. Este nome carregava todos os atributos do local em especial o status de importância.

¹¹⁴ Funcionário de média gerência morador de vila da operação. Trabalhou na usina por cerca de quarenta anos.

F¹¹⁵: Você ia ao restaurante, as mulheres sabiam mais das bombas da usina do que os maridos. Que o marido foi de madrugada, que a bomba enguiçou.

E¹¹⁶: O funcionário trazia a empresa para a casa?

F: A empresa ficava no coração de cada um, esposa filho. O cara passava a chefe de sessão, a mulher ia lá na prefeitura e dizia: oh, meu marido agora é chefe, troca meu nome aí.

E: “Troca meu nome” em que sentido?

F: “Troca meu nome”: “agora eu sou a esposa de chefe”.

E: Tinha muita “carteirada”?

F: Carteirada? Nossa!

A expressão “carteirada” refere-se ao uso do crachá da usina para se prevalecer da posição social dentro da empresa e com isso, se afirmar no trato social fazendo uso da função. O crachá, portanto tinha uma função identitária. Assim corrobora Mendonça:

Tem muita história. Mulheres dos chefes de departamento que achavam que a hierarquia da vila era igual a hierarquia da usina. A mulher do superintendente tinha que mandar nas outras mulheres: oh, hoje vai ter não sei o que não sei aonde, todo mundo tinha que ir, entendeu?! Minha mulher sempre foi muito independente com essas coisas. “Eu vou coisa nenhuma! Não quero ir não!” “Você tem que ir porque a fulana tá mandando ir...” “Manda coisa nenhuma. O marido dela manda no meu marido lá na usina, mas não manda em mim aqui na vila”. (Mendonça)

Com o crachá, o sujeito tinha uma localização social; sem o crachá era um “nada”, pela perda da autoridade. A narrativa de Sales¹¹⁷ exemplifica este aspecto da dimensão social. Neste caso, observa-se a importância do crachá, por meio da ausência do mesmo, por ocasião da aposentadoria e saída da vila:

Você não convive mais aqui. Você perdeu isso daqui, então você perde os amigos. Então... você toma uma pancada. Da noite para o dia você perdeu o crachá. Pronto. Perdeu o crachá, você não entra mais na usina. Você não convive mais aqui. Você perdeu isso daqui. Então você perde os amigos? Você perde amigos. E você vai morar onde? Quer dizer, se você voltar praquela tua terrinha lá, então você vai ser mais um ali, do teu bairro ali. Ele não é mais o engenheiro da casa A, da casa B... Não, não. Ele perdeu todo aquele status. Pra onde ele vai acabou. (Sales)

¹¹⁵ F: Fortes

¹¹⁶ E: entrevistadora.

¹¹⁷ Funcionário de nível técnico ainda em atividade na usina, caminha para os 40 anos como morador da vila.

O crachá é sinônimo de identidade e privilégio, como assim era considerado o funcionário da usina. Mas ainda no caso do funcionário de Furnas, como afirmam Torres e Leal¹¹⁸, este último sublinhando a segregação entre as vilas:

Status, tinha um status. O funcionário de Furnas era um privilegiado. Assim como é o funcionário da Petrobras, da Eletrobrás, hoje, essas coisas assim. O cara é um privilegiado, com certeza. O status que a pessoa alcança. (Torres)

E: As vilas da operação tinham maior status?

L¹¹⁹: Com certeza. Eles achavam que o pessoal que trabalhava ali era encarregado, engenheiro, técnico essas coisas assim, tá entendendo?!

E: Eram pessoas mais respeitadas?

L: Mais respeitadas, com certeza. Não era pra ser não, mas eles viam isso daí, tá: “Eu moro na vila residencial de Mambucaba.” “Ah, você mora na Consag... então tá bom...”. Acho que, na minha opinião, pra mim era todo mundo igual. Acho que, depois que você entrasse no ônibus e fosse pra empresa, cada um com sua função. Entre as vilas da operação havia também diferenças.

Como afirma Leal, havia segregações de diversos tipos nas vilas da operação, mas havia também entre as vilas da usina, e entre os funcionários da usina e as comunidades locais como um todo. A vila de Praia Brava era uma espécie de “filha mais velha”, foi a primeira a ser construída e por isso, era habitada pelos diretores. Possuía também um movimento de pessoas e atividades maior do que em Mambucaba:

Praia Brava é preferida por alguns – geralmente mães de filhos pequeninos – por ter hospital. É também considerada mais movimentada porque, além de ter uma área menor para o mesmo número de habitantes da outra vila, o que possibilita uma (sic) certa aglomeração populacional, se mobiliza mais para as atividades de lazer. Mambucaba, fora das horas de pico, é descrita como um deserto ou cemitério (SILVA, 1999, p.58).

Em 83 eu tive a oportunidade de vir pra Praia Brava. Eu trabalhava na época na construção e os chefes da construção moravam em Praia Brava (...). Aí eles viviam me enchendo o saco... Vamos para Praia Brava. Praia Brava é mais animado, tem um clube, tem não sei o quê e tal... (Mendonça)

Havia certa rixa entre Praia Brava e Mambucaba que se manifestava especialmente entre os jovens. Lembro bem disso, e não poderia negar que guardo um sentimento de predileção por Mambucaba. Nas vilas da operação também havia diferenças entre ruas e uma identidade

¹¹⁸ Funcionário de nível técnico, aposentado da usina. Morou na vila residencial de Mambucaba por cerca de 30 anos.

¹¹⁹ L: Leal.

própria entre cada quadra da vila. A Avenida Brasil era a rua mais desejada de Mambucaba, a que beirava a orla da praia. Habitada pelo alto escalão da usina, agregava ao sujeito um status de autoridade e respeito. Bete¹²⁰ faz uma observação sobre a questão das ruas e sua dimensão social:

B¹²¹: Não era possível você educar seu filho normalmente, com os valores, e aqui. Tudo era quebrado.

E: Quebrado em que sentido?

B: Porque todo mundo brigava pra ir pra Avenida A¹²². E nós podíamos ir e não queríamos.

E: Porque que as pessoas brigavam para ir pra Avenida Brasil?

B: Porque o status era morar na Avenida Brasil.

E: A pessoa teria um significado, uma importância maior?

B: Com certeza. “Onde você mora? Na Avenida Brasil. Então tá bom! Você é das minhas. Você mora na vila operária. Que vila que você mora?” Eu acho, pra mim, eu posso até estar errada, mas eu acho que já começava o erro aí. Nas vilas. Vila de Furnas, vila residencial, a vila operária, dos operários, e vila Madezatti aqui da “peãozada”. Então, se você morava na Madezatti, nem pensar!

O espaço, portanto, marcava os lugares simbólicos, ou seja, os lugares sociais do grupo. De fato, aí estava o papel das vilas operárias na estratégia patronal: a casa como elemento de fixação, a formação de uma mão de obra estável, a ideologia securitária ou referente à família, como afirma Perrot (2012). Este papel não era intencional, mas é inevitável que a disposição dos elementos nas vilas seja também um orientador de condutas. Sua localização define as posições dos sujeitos na hierarquia da empresa e estabelece referências sociais: o espaço das vilas operárias é sócio-político. Cada morador sabia “quem era quem” na vila: o chefe, o filho do chefe, o técnico, o filho do técnico, o guarda, e assim sucessivamente. Muitas vezes, nós, vilenses, quando crianças, ouvíamos a expressão “quem é seu pai?”, e assim, dada a resposta, éramos direcionados para um agrupamento social específico. Quanto a isto eu me refiro não a um processo explícito, mas a uma espécie acomodação social, fruto do reflexo da empresa sobre a vila. Quanto maior o posto na hierarquia funcional, maior era a “moral” da pessoa como símbolo de respeito e autoridade; o filho, como uma espécie de duque, auferia também o status social do pai. Em geral, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, o pai trabalhava e as

¹²⁰ Bete é esposa de funcionário de média gerencia e trabalhou nas escolas das vilas. Morou por cerca de 35 anos na vila.

¹²¹ B: Bete.

¹²² A Avenida Aera destinada ao alto escalão hierárquico na vila de Praia Brava, sendo dessa forma, homóloga à Avenida Brasil na vila de Mambucaba.

mulheres, nas vilas, em sua maioria, eram donas de casa. Assim, ouvíamos das crianças muitas vezes a expressão “vou contar pro seu pai”, como uma ameaça diante de travessuras. Dessas, são inúmeros os casos. A segurança da vila com frequência se dirigia aos filhos dos funcionários, advertindo-os de que seria relatado o problema para o pai, e por vezes ligava-se diretamente para o local de trabalho, como no caso exemplificado por Souza, que ocupava cargo de chefia na usina:

Vou te contar um fato que aconteceu comigo lá. Eu tenho filhos gêmeos. Foram pra lá com oito, nove anos. Aí juntava com aquela molecadinha toda... No dia de Cosme e Damião lá, eles por serem gêmeos ganhavam doces em todo lugar. Então juntava com a molecadinha... Não sei de quem foi a iniciativa, resolveram procurar doce em uma casa que estava fechada, em uma casa que não tinha ninguém. E entraram pela janela e foram lá buscar doce. Não diria que entraram pra roubar. Entraram pra pegar doce. Vamos só avisar. Alguém viu, chamou a segurança e a segurança foi lá. Viu que era moleque. Não deu muita importância. Mas aí eu estou lá no meu trabalho, recebo um telefonema da segurança. “Olha Souza, você pode vir aqui? Deu um probleminha lá na vila. Você pode vir aqui? O que foi? O cara “cheio de dedos”: teu filho se juntou com outros lá, entraram numa casa e chamaram a segurança.” Olha que situação constrangedora! O cara não precisava ter feito uma coisa dessas. Se prevaleceu da posição dele de chefe da segurança para ir lá e me dar uma chamada. Olhei pra cara dele e falei: “Está bom. É uma vila não é?! Não pode trazer pra dentro lá da usina. É desagradável.” Eu cheguei em casa e tive que conversar com meus filhos. (Souza)

Souza, mencionando “o privilégio da condição de chefe”, deixa transparecer a intercessão entre as relações de trabalho e as relações comunitárias. Souza era chefe e não aceitou a autoridade de outro chefe, isto é o que sugere a entrevista. Já Torres também observa a mesma influência que Souza; porém, sob o ponto de vista da discriminação, apontando a diferença de tratamento entre “filhos de chefe” e “filhos de peão”:

E: E os filhos influenciavam alguma coisa?

T: Filhos, bagunça dos filhos, influenciava. Dos filhos dos peões, porque os filhos dos engenheiros, cheiravam, queimavam maconha e não tinham nada porque não era levado pra lá. Ou se eram, para o cara a quem era levado, o cara passava a mão.

De fato, havia diferenças no trato com os “filhos de chefe” e os demais. Bete, orientadora pedagógica, utiliza a expressão “filhos de engenheiro”. Os engenheiros, em geral, assumiam funções de chefia na usina:

(...) E havia muita diferença entre os filhos dos engenheiros e outros (...) uma diferença tremenda. Você morou aqui, você deve ter sentido um pouco dessa diferença. (Bete)

De fato, essa diferença eu sentia especialmente na escola; isto porque havia uma espécie de hierarquia entre as turmas. As turmas de final “00” tinham maior status em relação às de final “01” e “02”, sendo segregadas conforme o lugar em que se morava. As primeiras turmas, de final “00”, congregavam os moradores das vilas; as demais, “01”, e “02”, os moradores do Perequê. Na primeira série, naquele tempo, entrávamos com cerca de 7 anos, e nossa turma era a de número 100, a segunda série era a 200 e assim respectivamente, até o ensino médio. Uma peculiaridade é que os repetentes ficavam nas turmas de final “01” e “02” (101 e 102, por exemplo). No final das contas, essas últimas eram turmas estigmatizadas, desvalorizadas seja pela condição moral pelo baixo desempenho escolar, seja pela condição de baixa renda. Segue o depoimento de Bete:

B: O que me preocupava era as próprias crianças. É aí que estão os valores. Elas se separaram. Elas eram diferentes. Ah, uma coisa que eu achava muito esquisito, nossa coordenadora (que fazia parte lá da cúpula), a diretora não. A diretora era legal, não entrava nessa, senão eu estaria ferrada. E a própria coordenadora, ela formava turmas: quem é da Avenida A e quem mora na vila operária e quem mora aqui na Madezatti.

E: As turmas eram 100, 101... E quem ficava na turma 100, eram os melhores?

B: Melhores de status. Aqui, tudo era em função do escalão hierárquico. E lógico, os alunos, criança, ela absorve o que você dá. Então se eles viam isso em casa, se eles ouviam isso. Pra eles isso era correto. E aí que era a minha grande diferença. Fazer meu filho entender que não. Que isso não fazia alguém nem melhor, nem pior.

As escolas públicas, em geral, oferecem merenda. No entanto, os alunos das vilas não frequentavam os refeitórios para a merenda; somente os do Perequê. Uma vez me arrisquei a ir, e, internalizada nos costumes vilenses, quase “caí de costas” por saber que tomaria mingau de fubá de manhã. As crianças da vila, em geral, comiam salgadinhos e chocolates de marcas famosas, tomavam refrigerantes, etc. Meus pais não andavam conforme esses costumes e por vezes, isso me gerava uma frustração: a necessidade dos produtos de marcas famosas. E o mesmo acontecia com alguns amigos meus cujos pais tinham o mesmo posicionamento. Da segregação, surge ainda a divisão entre “moradores das vilas” (construção e operação) e “moradores do Perequê”. Esta, para mim, era a mais intensa divisão social: o Perequê, até a década de 1990, era visto como uma espécie de submundo. Isto eu observei por toda a minha vida na vila, e a partir da escola. Até na questão do transporte percebia-se a segregação: o

ônibus que buscava as crianças do Perequê não era um sinal de conforto, apesar de seu excelente estado e da possibilidade em si, de ir e vir gratuitamente. Pelo contrário, o transporte para o Perequê representava insalubridade e periculosidade, dada a condição social. Isto era estendido ao tratamento das crianças que moravam no Perequê e até mesmo nas vilas da construção. Isso eu notava, mas às vezes, a segregação se tornava explícita, como no caso a seguir, contado pela então supervisora pedagógica da escola, em entrevista, e que eu mesma pude presenciar:

Porque os alunos da Operária, os alunos da Madezatti e do Perequê se sentiam ralé mesmo. Nada. Tanto que me chamou muito a atenção, quando nós fomos fazer um passeio no Rio, na volta parou o ônibus na escadinha (porque a escadinha dá acesso ao Perequê), e aí começou aquela brincadeira: “au, au, au, vai descer quem mora mal”. (Bete)

Há ainda outro aspecto, colocado por uma depoente, filha de funcionário, que era a questão da discriminação por raça, nas vilas, e que se refletia também nas atividades da escola:

A gente sempre contou as famílias negras que tinham nas vilas. A gente sempre pôde contabilizar. Se a vila tinha duzentas casas, a gente correspondia a vinte famílias no máximo. Isso que a gente considerava negro. Tem as famílias que nem se consideravam negras... Os preconceitos sempre existiram. Durante muito tempo eu acreditei que o *bullying* que eu sofria era com relação ao peso. Eu achava que, pelo fato de ser gorda... Eu demorei a captar, que, apesar da gente ter uma criação muito orientada sobre o que é o racismo. Eu tentei minimizar, achando que era questão de peso. E muitas vezes era questão racial também. Era um combo de duas situações. (...) Tinha os traumas do colégio, principalmente festa junina, que a gente... crianças negras são sempre preteridas. Isso foi um trauma que a gente carrega. E pra compensar eu me lembro de ter ano que eu tive que me vestir de homem para participar da quadrilha, porque, com certeza eu não seria escolhida. (Dias)

A segregação ocorria também em espaços de lazer; isso era característico até o final da década de 1980. Na vila de Praia Brava, por exemplo, havia dois clubes: o clube Náutico e o clube Recreativo. Segundo Torres, a participação nos clubes era dividida por função: o clube Náutico era frequentado pelos engenheiros e chefes e o clube Recreativo pelos técnicos:

Em Praia Brava tinha os clubes: o clube Recreativo, que existe tem até hoje e o clube náutico. Os técnicos eram do Recreativo. Os engenheiros e os chefes da obra eram do Náutico. Já temos uma discriminação aí enorme. (Torres)

Então, tínhamos uma linha de conduta a seguir e as camadas sociais raramente se misturavam, como afirma Torres:

T¹²³: Era, mas cada um nas suas camadas. Cada macaco no seu galho. Gente! Como é que eu vou entrar onde tá lá o engenheiro? “Num” tem como. Às vezes um ou outro, entrava no jogo de futebol. Um ou outro, mas aquele era um gato espirrado ali. E mesmo no jogo de futebol, o cara era tratado como engenheiro, entendeu?

E: Se der um chute na canela dele?

T: Chutou o engenheiro! Eu já tirei brigas. Já tirei não, já evitei brigas. Já pedi ao cara pra não fazer. Não fala porque vai te prejudicar.

E: Prejudicava?

T: Prejudicava. A vila é uma extensão da usina, em tudo. A vila é uma extensão. Até pra você ganhar uma promoção de dinheiro, os teus atos na vila eram contados, eram considerados.

A expressão “gato espirrado” de Torres dá ainda a noção do intruso e sugere o fechamento de grupos por camadas sociais. A identidade de uma pessoa estava descrita em seu crachá e, como uma espécie de passaporte, permitia a mobilidade social dentro da vila. A partir de então, formavam-se grupos pela localização social na empresa e se subdividia em um sem fim de espécies de “clãs sociais”. Éramos uma família, mas em geral, cada qual se afiliava a um grupo social específico. As vilas, ainda que, brasileiras em seus costumes, possuíam um espírito aristocrático, quando vistas a partir da unidade com a corte, que representa a organização do trabalho. Os carros, em suas garagens abertas (pelo menos nas décadas de 1970 e 1980, quando não se tinham portões), eram a bandeira que assinalava a qual partido o morador se filiava. A filiação diz respeito à ordem hierárquica local configurada não somente entre as casas, mas entre as vilas. Esta linguagem, a partir dos aspectos sociais, ainda é vigente em algumas narrativas. Nota-se, pela fala de um dos depoentes, que a segregação acontece em cadeia. Ou seja, o mesmo discriminado está sujeito a replicar a discriminação para o grupo que segue, seguindo uma lógica de importância fundamentada na condição sócio-econômica:

O pessoal de Angra não gosta da usina. Inclusive pelo padrão de vida que a usina construiu. Enquanto o camarada lá de Angra anda de barco pescador, burro, catando banana, balaio de banana, você vê o pessoal da vila já andava de carro zero. Então tem uma disparidade social muito grande.¹²⁴

A mesma situação foi sinalizada em outro depoimento, quando na narrativa, fazia-se referência a um morador da vila residencial de Mambucaba:

¹²³ T: Torres.

¹²⁴ Este comentário foi feito por um dos depoentes desta pesquisa. Procuro não identifica-lo para melhor resguardar sua identidade.

Depoente: E ele brigou muito pra ir para a Avenida Brasil.

E: Ele mudou de cargo?

Depoente: Não, ele tinha direito. Ele era economista. Então, antes ele era auxiliar técnico, e era peão. E eu dizia: “seu marido é o que?” Eu digo: “meu marido é peão”. E elas acham estranho eu dizer aquilo (risos). Meu marido é peão. Aí o Conselho dos Economistas veio em cima de Furnas pra enquadrar meu marido no que ele realmente merecia, porque ele era formado economista. Então ele realmente, ele teve, entre aspas “um certo” privilégio, quer dizer mudou. Não comia no bandeirão...essas diferenças.¹²⁵

A depoente sugere apropriar-se da figura do peão e de alguma forma, procurar escapar à subjugação por função através de certo humor: “meu marido é peão”. No entanto sinaliza, na mesma narrativa, não estar de acordo com essa localização social: “não comia no bandeirão”. A linguagem social apresentava a importância de uma pessoa na vila e isto era assimilado por muitos. A segregação social ocorria em vários níveis, como mencionado, e todas as divisões e subdivisões tinham como origem a natureza hierárquico-funcional. Nem mesmo a praia escapava de ser dividida, e se estabelecia um comportamento em relação aos que não pertenciam às vilas. Os cantos das vilas bem como as praias, em suas extremidades, eram chamados de “farofa”, adjetivo pejorativo que evocava a bagunça dos que vinham de fora e que, nas entrelinhas, era carregado de certa discriminação pelos vilenses. No final da década de 1970 e na década de 1980, as praias das vilas eram uma espécie de propriedade privada. Mas há indícios, como a narrativa a seguir, de que um acontecimento singular tenha aberto o processo de democratização da orla das vilas de Mambucaba e Praia Brava:

Eles queriam na época fazer com que ninguém usasse a praia. Então veio um camarada da Marinha e embargaram a entrada. E ele disse: “Mas por quê? Nós somos cidadãos, temos que acessar a praia. Eu sou o Almirante não sei da onde. Eu vim, vou frequentar a praia, vou sair, vou pro Rio e vou fazer um documento e vou mandar pra Furnas.” Então, quando os caras viram que mexeram com o cara errado, aí tentaram jogar um pano por cima. Ele disse: “Não... se vocês fizeram isso comigo, com as pessoas que não tem poder, vocês tão lixando pra eles.” Aí hoje você acessa a praia. Carro tem uma quantidade pra não tumultuar muito, mas não proíbe ninguém. (Leal)

Até os dias de hoje, ainda que as vilas estejam mais democratizadas, o isolamento é sentido pelos moradores. Sales, por exemplo, atribui o acesso de visitantes e pessoas das comunidades vizinhas à responsabilidade social da empresa. Ele institucionaliza o relacionamento com os de fora. Na entrevista, observei que estava tomado por uma espécie de indignação pela

¹²⁵ Idem.

abertura democrática da praia. Seu tom de voz se assemelhava a de uma discussão acalorada, como se ele estivesse fazendo um desabafo. Em certo momento da conversa, também virei estrangeira para Sales. Eu observava e tomava nota deste comportamento:

E o quê que eles entendem que é responsabilidade social? Acolher a população daqui? É responsabilidade da empresa! A partir do momento que você entra aqui é responsabilidade da empresa ter você aqui dentro! Você vê, ela não proíbe de você entrar. Ela proibiu o quê? Ela proibiu o carro. Ali tem uma placa ali que diz – exclusivo para morador – o cara sabe ler?! Interprete da maneira que ele quiser! Eu não estou impedindo você de entrar, mas eu estou dizendo pra você que esse trecho aqui é exclusivo de morador da vila, cara! Mas se ele colocasse um guarda ali, em pé ali: “pois não! Ah... aqui é só exclusivo de morador”. Você entra naquele cantinho ali e joga você lá embaixo naquela praia. Mas o cara vem e quer fazer o farnel dele aqui em frente a minha casa aqui. É complicado isso cara! Como é que a gente pode falar: “Puxa, não estou entendendo você!” Mas é verdade... Querendo ou não querendo a gente faz disso aqui uma segregação danada. Querendo ou não querendo vai continuar sempre sendo uma segregação. (Sales)

Sales direciona as pessoas de fora para “aquele cantinho”, a “farofa”, e como que oficializa a segregação, renovando a privacidade da praia aos funcionários. Em suma, os relacionamentos sociais são afetados nos mais variados níveis: a partir do tipo de trabalho (construção ou operação); por nível hierárquico (gerencial ou operacional); por localização da moradia (vilas ou comunidades vizinhas); por tipo de casa (A, B ou C); por rua (Avenida Brasil ou demais); por tipo de carro (do ano ou antigo); por tipo de sala (100 ou 101/102); pelos espaços de lazer frequentados (Náutico ou Recreativo); por espaço na praia (área de moradores ou “farofa”), etc. Esta era a linguagem local que fundamentava a dimensão social do habitar nas vilas da usina. Mas, ainda assim, mesmo com esses enfrentamentos sociais, éramos felizes em nossos grupos, delimitados dentro de uma identidade específica. Para além de quimeras ou estereótipos das vilas, está a afeição pelo lugar de vida estabelecido a partir das benesses da empresa e do espírito de família entre os mais próximos, sejam vizinhos ou colegas de trabalho. Em todas as entrevistas pode-se observar esta dualidade de opiniões, que variam entre o esgotamento social e uma grande felicidade, e que desembocam nas metáforas de “família” ou “paraíso” para se referir ao lugar. Um exemplo disso é Dias, que sublinhou condições dolorosas quanto ao racismo, mas, sentiu-se esquecida quando saiu da vila:

Voltando atrás, a gente vê que foi um período muito bom. Fui muito feliz. Eu acho que, em termos de liberdade de brincar. Essa coisa de janela aberta, não ter muros, ter espaço. Hoje em dia, as crianças são criadas em espaços limitados, cada vez mais. É uma coisa que não tem como falar! Eu lembro

muito das colônias de férias, do carnaval, de bloco, de clube, casa cheia. Foi uma infância bem feliz. (Dias)

As casas sem muros e os vizinhos eram sempre próximos, tanto espacialmente como socialmente. Então, poder-se-ia até mesmo desenhar os esquemas de relação com os vizinhos marcando as intercessões com um “X”. E se formava aí uma rede de relacionamento. Quanto aos meus antigos vizinhos, eu mantenho contato com eles até hoje e por vezes são até mais próximos que meus próprios familiares. De tudo eles participaram: dores e alegrias.

Ainda que transcorridas sob as vistas da empresa, e às vezes tocada pelo mal estar das funções, as relações entre os vilenses no cotidiano extrapolava a artificialidade das relações de trabalho, qual a raiz de uma árvore que vence uma calçada de concreto. O conceito de família que ali se vivia estava pautado em valores fraternais de ajuda mútua e comunhão com a mãe que os reúne: Furnas. Os vizinhos e até alguns colegas de trabalho se tornaram irmãos e assim a dimensão social implicava nas maneiras como a subjetividade se constituía.

6 A vida no lugar

Da dimensão subjetiva

Da janela de minha casa, em dias de chuva, escutava o som da arrebentação das ondas do mar, o mesmo som que Torres escutava há muitos anos atrás, quando então chegou à região da vila de Mambucaba. A vila operária, que se localiza ao lado de Mambucaba, abrigava homens solteiros nos inícios da construção da usina. De lá, Torres escutava o barulho do mar, que se alternava com a confusão dos operários na entrada do ônibus, a caminho da usina. No lugar da vila de Mambucaba, existia uma mata, tudo era rústico, do ponto de vista dos acostumados à vida urbana. Mas o mar, ao contrário, nunca pareceu estranho e o vai e vem de suas ondas figurava-se a uma trilha sonora no ambiente:

Ali onde a gente morou não tinha nada, ali era uma mata densa, que a gente não viu mais, a gente escutava o barulho do mar. Então, do lado de cá, onde é a vila operária hoje, onde era aquela entrada, ali tinham alguns alojamentos. Nos quais nós fazíamos a delegacia, era ali. Ali tinha vários alojamentos e deixaram uma parte dos alojamentos para os guardas e ali nós fazíamos os nossos turnos. De madrugada, a gente controlava os ônibus que levavam o pessoal lá pra usina, a gente controlava ali sete mil peões, de madrugada. Cinco horas da manhã, a gente já estava na fila: peão querendo furar fila: “sô guarda olha aqui esse cara furou a fila...” Tinha aquela tenaz na mão, e foi um negócio, não foi muito fácil não. Não tinha polícia, não tinha bombeiro, a polícia éramos nós mesmos. Tinha aquela cabine da polícia rodoviária lá, mas eles não se metiam com nada. O negócio deles era o controle dos carros ali. (Torres)

Com o tempo e a construção das vilas, o ambiente rústico foi penetrado pela suavidade das crianças. Então, entre os carros da empresa, passeavam as mães com os carrinhos e seus bebês. A Kombi de Furnas fazia a segurança e os guardas caminhavam pelas ruas das praias, fazendo a ronda diurna e noturna. E como em cascata, tínhamos o sentimento de segurança em vários níveis: dos pais, da empresa, e da beleza natural que nos cercava: aquela imensidão azul, o Atlântico. A praia sempre orientou o vilense. Ainda que não fosse frequentada, ela exercia influência. A maresia atingia nossos móveis e eletrodomésticos e a tudo corroía. Era comum até mesmo pintar os carros ocasionalmente, e havia nas redondezas até quem fosse especializado em prestar esse tipo de serviço. Quando viajávamos de férias, a casa como que se transformava em puro mofo. O ciclo das marés era observado e o mar parecia um ser mitológico: ora estava calmo, ora furioso. O Sol por vezes se punha no horizonte como uma imensa laranja, e a Lua cheia nascia, refletindo-se maravilhosamente no mar. Vez ou outra um

barquinho de pesca deslizava tranquilo, ao longe, e virava um pequeno ponto. Gaivotas se arriscavam orbitando o barco pesqueiro. Certa vez vi golfinhos, outra vez um barco encalhou na areia, e vez ou outra, ficávamos sabendo de turistas que perdiam a vida arriscando-se nas pedras da praia do coqueiro. Tudo isto soava como grandes notícias. A larga faixa de areia era, por vezes, muito quente, e pulávamos como pipoca para escapar às “queimaduras”, e então caíamos na água. Do plural utilizado – “corríamos, andávamos, pulávamos” – me refiro aos jovens e crianças. Os adultos, funcionários e suas esposas, estes também sentiam os ares do que chamavam de “paraíso”; no entanto, estavam em outro nível. A dimensão social e estética da vila impactava nas formas de agir. Assim, reinávamos na praia que era “somente nossa”. A hierarquia da empresa destituía subjetividades; assim, havia chefes que não se permitiam usufruir com liberdade das horas de lazer na praia. E isto se dava também com subalternos. Esse comportamento foi corroborado também por Sales. Em entrevista, na beira da praia da vila de Mambucaba, Sales para e me pede para olhar uma pessoa que estava correndo, exercitando-se na areia e fala:

(...) Olha pra ele ali (...). Morou aqui a vida inteira, nunca fez isso que você está vendo ali. Nunca! Foi chefe (...). Nunca andou aqui. Nunca. Por quê?! “Sou chefe.” Chefe não pode andar... Você já viu chefe andando aí? (Sales)

E finalizou com esta pergunta. E eu respondo “não”, pelos anos que por lá morei. A maneira de habitar, portanto, implicava a subjetividade. Na frente das vilas, especialmente de Mambucaba, há o mar e uma grande extensão de areia vazia, exceto nos carnavais e demais feriados. Nestas épocas, era comum aos vilenses receber visitas de parentes, então tudo era movimento. E nos orgulhávamos em apresentar tudo aquilo. Dentro de mim havia até uma espécie de compaixão ou pena, por não poderem usufruir também de algo daquele tipo. Eles eram os-de-fora, e nós os-de-dentro. Eles estavam em perigo, e nós, seguros. Essa questão era real, viva, dentro de nós. No entanto, era tão perigosa para nós quanto foi para as Cotovias-da-Ilha-Stephens¹²⁶ o fato de perderem a capacidade de voar pela falta de necessidade. O conforto de não estarem sujeitas a predadores fez com que se tornassem aves de chão, onde encontravam tudo o que necessitavam. Então, segundo uma das hipóteses levantadas à época, a espécie foi erradicada por um único invasor, um gato, incidentalmente trazido da costa como animal de companhia pelo faroleiro, então o único habitante da ilha. E a que tudo isso

¹²⁶ Espécie endêmica da diminuta Ilha de Stephens, na Nova Zelândia, extinta provavelmente em 1895.

remete? Da sensação de afastamento, surgia o medo dos de fora, principalmente por parte dos jovens, e o despreparo, a ponto de ouvirmos histórias de filhos de funcionários que entravam em ônibus e não sabiam que deveriam pagar:

Quem mora em vila respira um pouco o primeiro mundo. Quando a gente sai, tem essa questão que a gente vê: essa desordem. E isso choca um pouco. Por exemplo, os filhos ficam um pouco despreparados. A gente ouviu casos de filho que saiu daqui e não sabia que quando entrasse no ônibus tinha que pagar. São casos. É isso mesmo. É porque tem um certo isolamento como um esquema de bolha. Então a gente vê que muitas pessoas que saem daqui ficam um pouco perdidas. Porque um aposentado que sai e que morou na vila, para ele e para os filhos, há um certo choque com a realidade da desordem. (Mendonça)

Assim sendo, essa sensação não era matéria somente de crianças e jovens, mas também dos próprios funcionários. Quando as filhas de Castilho tiveram que ir estudar em um grande centro urbano, ele necessitou enfrentar o chamado “lá fora”. A expressão “enfrentar” se relaciona com o medo com o qual teve que lidar. Castilho exemplifica o isolamento, apontando expressões como “aqui dentro” e “lá fora”:

Porque eu levava a vida muito aqui dentro. Meu mundo era aqui. Angra e tal. Ia ao Rio uma vez por ano, mais à passeio. Uma vez por ano no máximo. Ia e voltava pra casa, igual marimbondo. Ia e voltava rapidinho. Então, com elas saindo, eu comecei a ver que lá fora tem uma vida muito gostosa também. Ir pro Rio sem conhecer ninguém. Eu tinha medo do Rio. Eu achava que lá eu ia ser assaltado todo dia, toda hora. (...) Quando eu vou pro Rio assim, acordo cedo e saio. Vou caminhar com aquela turma lá que eu não conheço ninguém. Então, isso pra mim foi muito bom pra mim: essa vida lá fora que eu não tinha contato. Vivia enjaulado. Vivia o isolamento. (Castilho)

“A gente mora aqui numa bolha”, dizia Sales, em entrevista, corroborando Mendonça e Castilho. Essa expressão procura sintetizar o sentimento de isolamento, e resume a ideia de segurança e segregação em relação ao mundo do “lado-de-fora”. A expressão segurança vem de todos os benefícios dos quais gozávamos e que partiam da empresa. Esses benefícios eram de ordem material e imaterial, e ora um confluía no outro. Por exemplo, de ordem material, tínhamos a casa e da casa tínhamos o privilégio de sentirmos premiados, visto que não tínhamos ônus financeiro: a casa era uma benesse da empresa. Do imaterial, tínhamos a própria força da marca, tal como um distintivo dos privilegiados. O próprio desenho da

marca¹²⁷, em uma espécie estilizada de torre de alta tensão, era um ícone, um brasão que representava autoridade, e acima de tudo, segurança. Da segurança, me refiro às questões do pertencimento e do sentir-se cuidado pelos bens vindos da empresa, sejam eles financeiros ou da própria infraestrutura habitacional. Sob a perspectiva da empresa, os benefícios materiais tinham como justificativa atrair mão-de-obra estável e funcionários qualificados. Isto não era uma simples filosofia paternalista da empresa, mas algo objetivo e racional, com intuito organizacional. Era a logística da empresa se estruturando em um lugar desprovido de recursos humanos e urbanos. No entanto, a subjetividade percorre de modo descontínuo o real. Assim, os planejamentos organizacionais, tal qual a irradiação, podem também ter um sem fim de caminhos quando penetram a subjetividade humana, o que resulta, com o tempo, em uma nova configuração social, dotada de práticas próprias, conforme o ambiente ao qual foi sujeita. A subjetividade no social forma um ambiente particular. O particular é formado tal quais os seres submarinos que se encrustam nas rochas, e que congregam peixes e algas em homeostase. O balanço das ondas, movido pela alternância das marés, dita o ritmo daquilo que podemos considerar a transformação dos seres no tempo e no lugar. O particular se modifica de forma eventual (a exemplo dos vulcões) ou não-eventual (a exemplo das rochas erodidas pela força das águas), mas em ambos os casos, seja na crise ou no ordinário, formam um particular que está sujeito à transformação. E este particular, no caso das vilas da usina, é marcado pela sensação do cuidado. O relógio marca o horário de saída para a empresa, mas o caminho para o trabalho não é frenético. Um ônibus para nas proximidades da casa do trabalhador; não há, senão, com ele, dois ou três colegas. Há lugares para todos se sentarem e a ida para a empresa é circunscrita pela Mata Atlântica e o mar. A experiência do funcionário da usina é marcada pelo conforto das estruturas materiais. Sales elucida ainda mais certos aspectos do conforto promovido por Furnas:

Você não pega trem, você não pega metrô, você não pega ônibus, você não pega sacrifício, você não pega quarenta graus de trem. Quebrou o trem, você vai pra pista. Você tem que pegar o ônibus, tem que correr pro trabalho. Sete horas da manhã o ônibus tá encostado ali, com ar condicionado ligado, te aguardando, tranquilo. Então você já chega no trabalho, você chega *zen*, você não chega estressado, você não chega... sabe... ahhh... Todo esse processo. Então a gente costuma dizer que o cara que está aqui, ele dura muito mais do que o cara que trabalha em Paraty ou em Angra. Olha o

¹²⁷Anexo: Imagem 54.

estresse que é pra gente pegar esse Colitur¹²⁸ até Angra ou até Paraty, olha a diferença! (Sales)

Esta tranquilidade eu observava, pois gostava de acompanhar meu pai até o ponto de ônibus. A cronologia do lugar era marcada pelas chegadas e saídas dos ônibus de Furnas, depois períodos de silêncio, crianças brincando e ao fim do dia a volta desses mesmos ônibus. O lixeiro passava todos os dias por lá, o que me fez espantar quando vim para Itajubá e soube que o caminhão de lixo passava “somente” três vezes por semana. Como o lixo ficaria acumulado? Com o tempo me acomodei na rotina de uma cidade normal. Na vila, estando na cozinha ou na varanda de trás, de repente via-se eles passando entre as casas: os lixeiros – e pegavam o latão de lixo, que também a empresa nos forneceu. Nós não colocávamos o lixo na rua; o latão ficava na varanda, atrás da casa. Então, as ruas eram sempre limpas, porque também havia limpeza diária. No horizonte da rua, em dias quentes, víamos o efeito do ar distorcido pelo calor. E as brincadeiras se alternavam entre bete, queimada, pique-pega, pique-esconde, polícia e ladrão, despreocupados que estávamos com qualquer trânsito, pois quase não havia carros que circulassem nas ruas. No dia de Cosme e Damião, pegávamos doces freneticamente; nas festas juninas, dançávamos quadrilha. E, particularmente para mim, um dos eventos que eu mais amava era o desfile de 7 de setembro. Havia ainda muitas festas nos clubes das vilas e no Natal, a chegada do papai Noel; tudo promovido pela empresa. Do rol que podemos chamar as benesses da empresa, tínhamos de tudo subsidiado: água, luz, telefone, móveis, transporte, material escolar e a própria infraestrutura urbana em si. Brincávamos com a água de “guerrinha” e não tínhamos a menor noção de desperdício, visto que não nos era cobrada sua utilização, assim como da energia elétrica. O hábito de se apagar a luz ao sair de um cômodo foi algo que tive que aprender forçosamente, quando mudou a política da empresa no final da década de 1990 e passamos a pagar um simbólico percentual pelo uso de energia. Então, ouvi muitas vezes de meus pais que era necessário desligar a luz, o que parece óbvio e absolutamente normal, mas que para nós não era. Sobre o telefone, no início da década de 1980, havia uma cabine com telefonista e era formada uma fila para as ligações. Minha mãe me contou que somente os chefes tinham telefone. Mas com o tempo, todas as casas tinham ramais, como nas empresas. Então, meu ramal era o 757. E, mais que um mero número de telefone, como tudo na vila, o número era também identidade. Há

¹²⁸ Empresa que opera linhas interurbanas de ônibus na região.

números que tenho até hoje em minha mente, que remetem a figura de meus amigos e vizinhos: 726, 603, 552. Estes três eu não esqueci. Morávamos a poucos metros de distância, mas ficávamos horas ao telefone. Este também não tinha custo para nós. Para as ligações interurbanas, discávamos o número 9 e dizíamos o DDD e o telefone de destino; então aguardávamos o retorno da telefonista. O toque de chamada da telefonista era diferente das chamadas locais; ele era mais rápido, sem intervalo. E como numa reação quase que pavloviana, ficava eufórica em poder falar com os de fora, que, em geral, eram parentes. Mas com o tempo, como numa espécie de inserção no “mundo de fora”, no final da década de 1990 recebemos o telefone fixo comum a todos, “com todos aqueles números”, considerei na época. Nossos móveis, fornecidos por Furnas, tinham número de tombo patrimonial; ao lado estava afixada a marca da empresa. Era uma pequena plaquinha preta com escrito branco. Eu me lembro destes móveis. Todos eram da tonalidade imbuia. Havia uma mesa de cozinha com quatro cadeiras almofadadas com um tecido de tipo de lona verde musgo. Esta mesa tinha extensores por baixo e certa vez, a vi aberta e se configurando numa mesa maior, o que para mim, foi uma surpresa, quando criança. Havia também uma estante cujo modelo me impressionava: ela tinha um armário embaixo e se estendia até o teto, e lá se fixava com um adaptador emborrachado. Era moderna e parecia tocar o céu. Nos quartos, camas de solteiro, guarda-roupas de duas portas e uma cômoda, todos igualmente fornecidos por Furnas. Esta cômoda existe até hoje e está aqui em Itajubá com meus pais. Assim como está também uma lixeira de metal, também dada pela empresa e que resiste ao tempo até os dias atuais. Um dos itens que eu mais gostava era o conjunto de cadeiras e mesa da varanda, que eram brancas e de madeira maciça. Ainda posso lembrar-me de toda a textura da casa, especialmente dos tijolinhos à vista da varanda e como eram envernizados e lisos. A vila era um espaço público e por muito tempo as padronizações foram respeitadas pelos moradores. As concessões da empresa em relação ao habitar eram referentes à jardinagem. Minha mãe, por exemplo, tinha um corredor de samambaias plantadas no chão, que faziam uma recepção na entrada. Posteriormente, plantou trepadeiras de forma que sua varanda pôde ficar privativa. Já que não se podia usar tijolos, usava-se plantas. Quando foi autorizado o plantio de cercas vivas, como que de um dia para o outro, havia muitas casas cercadas de verde. Certamente a busca da privacidade estava embutida nesta jardinagem, visto que a sociedade brasileira é marcada pelo patrimonialismo e patriarcalismo, a exemplo do que nos recorda Leitão (2014, p.13) sobre a cidade de Brasília:

No Brasil, a construção de Brasília, expressão acabada da aplicação dos princípios modernistas ao urbanismo, exemplifica os equívocos de uma arquitetura pretensiosa em excesso, incapaz de perceber seus limites disciplinares, a ponto de propor – e de implantar – um modelo socialista de cidade num país marcadamente patriarcal e patrimonialista ao extremo.

Meu pai, que tem maior consideração pelo aspecto funcional do espaço de habitação, plantou feijão ao redor da casa. Relembrando hoje, acho graça. Em meio a todas as funções estéticas presente na vila, não se importou com aquilo que ficaria exposto à análise dos colegas de trabalho. Assim, a “apropriação subjetiva do espaço arquitetônico”, utilizando a expressão de Leitão (2014, p.16), aconteceu naturalmente ao longo dos anos. Na nossa casa, não houve empregada que habitasse o “quartinho da empregada”¹²⁹, e sim, outros usos como despensa, escritório, uma pequena oficina etc. O espaço de vida sempre foi e sempre será público, conforme o modelo projectual e a subjetivação do espaço fora disciplinada pelos projetistas, visto que havia o risco da chamada “favelização”. Martins, um dos gestores da construção das vilas, justifica, sobre o ponto de vista da organização do trabalho, a padronização do espaço de habitação:

É um patrimônio público e todo patrimônio público tem que ser muito bem preservado. Você falou logo no início da nossa conversa, que você, para pintar o quarto, tinha que ter autorização. Isso pode parecer sob o ponto de vista de liberdade e do arbítrio individual de cada um, um cerceamento, mas por outro lado é também uma forma de você padronizar e preservar o patrimônio, que é um patrimônio público. Não é um patrimônio meu nem seu. Se você deixar que um pinte de marrom, o outro de preto, o outro de branco, daqui a pouco o outro pinta de cor de rosa. No final, não preserva, e o quarto não pinta. E não repinta e não mantém e não faz. Quando você vai ver, o patrimônio público, o patrimônio, que é um artigo da empresa, ele está deteriorado, vai se acabando e você acaba se favelizando, ao invés de você ter a preservação de “um certo” patamar, como qualquer lugar de uma sociedade bem organizada. Se você chega em qualquer lugar no Rio de Janeiro, ou São Paulo, ou em Minas, enfim, onde for. Se você vai morar em um prédio, você tem as regras. Se a parede é branca, você não pode pintar de vermelho, não pode por o ar condicionado pingando na cabeça dos outros e assim sucessivamente. Então, pelo menos regras mínimas tem que existir para que os indivíduos, em um ambiente comum, possam ter um padrão adequado para que todos possam viver de uma maneira sinérgica e uniforme. (Martins)

¹²⁹ Conforme está presente na planta C da Imagem 27, abreviado como “Q.empreg.”. O mesmo se observa na planta T2 da Imagem 26.

O espaço era público e, de fato, as normas foram assimiladas pelos funcionários. Não havia qualquer ressentimento a respeito da fixação de uma disciplina arquitetônica. Muito pelo contrário, aquilo era comungado pelos vilenses e até mesmo elogiado, como uma espécie de zelo de mãe. Por vezes, este período, em que havia uma atmosfera quase que militar, era recordado com nostalgia pelos funcionários hodiernos. As pequenas concessões eram feitas e isso era suficiente. Além da cerca viva, na vila de Mambucaba, as varandas foram aumentadas e até mesmo um quartinho pôde ser anexado a essa varanda. Lembro-me bem quando, ao entrar na casa de uma vizinha, vi que o quarto de sua filha era rosa, o que me causou grande espanto, como se ela tivesse cometido alguma espécie de infração. Era pequena e pensei comigo que não poderia contar isso a ninguém e que certamente ela pintaria de branco quando algum dia devolvesse a casa. Cheguei a pensar porque não poderia ter um quarto cor de rosa também. Quanto a isso, afirma Leitão (2014, p.13) que o espaço arquitetônico desempenha um papel importante na constituição psíquica do indivíduo. A autora refere-se à apropriação subjetiva do espaço arquitetônico ou à dimensão subjetiva da arquitetura. Neste ponto a dimensão estética conflui na dimensão subjetiva.

As mães e donas de casas mais prendadas se ocupavam em encerar os pisos das casas. Isto eu sempre observava, como era possível nos enxergar no chão, tal era o brilho. Tínhamos o costume de tirar os chinelos antes de entrar em qualquer casa que fossemos visitar. Quando estávamos em grupo de crianças, o chão da varanda da frente se transformava num mar de chinelos. Da minha casa, em dias de ressaca do mar, vibravam os vidros das janelas com o quebrar das ondas. Quando criança, pensava que toda casa tinha barulhos como esse e achei muito estranho quando minha avó materna foi nos visitar e manifestou medo deste vibrar dos vidros. Eu era criança, mas estava plenamente em comunhão com o lugar e com seus barulhos. Tudo estava como que internalizado. As pedrinhas da calçada delimitando quadrados de cimento, eu as pulava quando criança, e entre uma faixa de pedrinhas e outra parecia haver um abismo. E eu me orgulhava de conseguir atravessar com pulos. O meio-fio testemunhava o que eu considerava um teste de equilíbrio: um pé, depois o outro, em linha... O bueiro representava uma boca infernal que poderia engolir nossas bolinhas de beto; tinha um verdadeiro pânico deles. Isso sem falar no “valão”: infra-estrutura para escoamento de água situada nos limites da vila, próxima ao cercado e paralela à rodovia. Desse, todos nós, crianças, tínhamos medo. Assim como tínhamos pavor da famosa Kombi da Arqui

Supervisão¹³⁰, que monitorava a segurança na vila como supracitado. Mas em minha mente figurava tal qual a inspetora da escola, com a função de manter a disciplina. Nos domingos íamos à chamada *Discobaby* no clube Campestre, e dançávamos músicas infantis. Lá também tínhamos aulas de balé, ginástica rítmica desportiva, *jazz*, vôlei, para ilustrar alguns dentre uma série de entretenimentos artísticos e esportivos fornecidos por Furnas. Para tal eram contratados professores como Sales:

A minha função aqui era fazer o quê? Enquanto seu pai estava trabalhando, sua mãe ocupada, eu ocupar você no teu espaço livre, no espaço ocioso, pós-escola. Então vinha pra uma atividade, ou seja, nesse mundão aqui, o teu pai está lá na usina sossegado e sabendo que tem um professor cuidando do filho dele. Seja a parte da manhã, seja a parte da tarde, seja a parte da noite. Esse era um projeto inicial meu aqui. Então, lá fora não tinha isso. Eu dava aula nas escolas, nós dávamos aula. Então, a gente preparava uma base aqui do ser social, num vou levar você pra ser atleta, mas pra você ser, um ser social, a sociabilidade. Era juntar essas crianças pra elas serem amigas. Tanto é que você tem amigos aqui até hoje. (...) Aqui gente costumava dizer: a filha do fulano de tal, filha da dona fulana de tal. Tinha esse entrelaço da família. Isso era muito forte. (Sales)

A empresa se preocupava em entreter-nos. Assim, foram contratados esses professores para desenvolver projetos conosco, como foi o caso do professor de educação física com o qual aprendi a jogar vôlei. Então, tivemos a oportunidade de participar dos mais variados tipos de esportes e projetos. E enquanto estávamos entretidos no que era considerado o paraíso, nossos pais trabalhavam. E o trabalho não era o avesso desse paraíso. Do trabalho, era comum ouvir histórias muito interessantes, contadas com gosto e protagonismo: “Os caras não conseguem desvencilhar disso daqui. Eu estou falando “o trabalho”. Por que o trabalho, ele é fantástico!”, disse Sales. Havia gosto pelo trabalho, a exemplo do que mencionou Torres. E este mesmo trabalho fazia intercessão com a vida ordinária e com o espaço de habitação. Esta condição era ora exaltada, ora apresentada como sufocante. O primeiro caso é bem ilustrado na fala de Mendonça, quando um transformador quebrou durante o carnaval. Ele reuniu funcionários em sua casa no domingo à noite para combinar a resolução do problema; em seguida, foram todos para o clube e mal saídos, ainda de madrugada, dirigiram-se para a usina para solucionar o problema. Mendonça, na entrevista, apresenta a situação como uma espécie de aventura e revela orgulho pela missão cumprida:

¹³⁰ Empresa responsável pela segurança patrimonial na época.

(...) Eu me lembro de um transformador. Eu estou falando de um transformador que pesa 120 toneladas. Não é um transformador desses que está aí no poste. (...) O transformador queimou num domingo de carnaval. A gente estava tentando partir Angra 1 e esse transformador queimou. Tinha um reserva, mas tinha que trocar o transformador de 120 toneladas. Você tinha os trilhos: tem que colocar eles, levantar ele, com um macaco levantar ele, puxar com a talha, depois colocar no lugar da reserva, puxar o outro. E eu na época era responsável por esse tipo de serviço. Eu me lembro que juntei a turma lá em casa domingo a noite e falei assim: Vamos todo mundo para o clube, vamos brincar o carnaval, mas amanhã sete e meia da manhã nós vamos trocar esse transformador. Então, nós saímos do clube quatro e meia da manhã e sete e meia da manhã estávamos aqui na usina. A gente era jovem. Então tinha essa vantagem. A gente perdia noite de sono, e a gente conseguia trocar em três dias o transformador. (Mendonça)

Retomo agora a visão de Cotrim e o espírito dos operários de Furnas, como narra Murilo Paes Leme no projeto Memória de Furnas:

“(...) Mas, no momento de se chegar ao local onde caiu a torre e consertar a linha, isso para nós não tinha noite, não tinha dia, não tinha chuva, não tinha vento, não tinha nada...” (FURNAS, 1987, p.59)

A narrativa de Mendonça e dos demais funcionários entrevistados comunga com a forma de ser dos funcionários de Furnas que os antecederam. Era esse o espírito contido na fala dos depoentes, incluindo meu pai. Era dia de Natal, mas lembro-me bem quando ele se dirigia ao ponto de ônibus lá pela meia-noite, porque aquele era dia de entrar no famoso “turno”¹³¹. Então ficou a lembrança de um Natal meio esquisito, comemorado às pressas, para que meu pai pudesse ir trabalhar. Recordo-me dele caminhando em direção ao ponto de ônibus, e acompanhava seus passos com o olhar. Meu pai sempre apresentou e apresenta certo orgulho desse tipo de demanda do trabalho, especialmente os turnos da noite. E eu também, particularmente me orgulhava. Assim corrobora Torres:

Eu sempre falo: eu já trabalhei sábado, domingo, Natal, Ano Novo, carnaval, aniversário de casamento, de mulher, de criança, eu nunca deixei nenhum dia de trabalhar porque era aniversário dos meus filhos não (...) (Torres)

O documento de Furnas (1987) faz referência à identidade do trabalhador de Furnas, especialmente destacada nos chamados “barrageiros”. Paralelo a este gosto pela função vem a

¹³¹ O turno da noite: quando o funcionário trabalhava no período da noite e madrugada.

habilidade para tal, como destacada anteriormente por Mendonça, e corroborada nos documentos de Furnas:

(...) Em pouco tempo, com facilidade, se adaptam às mais diversas funções: soldadores, tratoristas, marteleiros. Às vezes sem nenhum temor, em pouco tempo estão operando equipamentos jamais vistos anteriormente. Têm rara habilidade (...). Conta Flávio Lyra, em seu depoimento à Furnas – Projeto Memória, que um engenheiro, encantado com a maestria de um deles, chamou-o e entregando-lhe uma chapa de aço, disse-lhe que recortasse “esse desenho aqui”. O operário pegou o maçarico, e, à mão livre, executou o serviço à perfeição. (FURNAS, 1987, p.25).

Por outro lado, da intercessão entre empresa e espaço de habitação, surge o esgotamento social e o mal-estar da função. Um gestor da usina gerencia também problemas da vida ordinária, como exemplificado pelos depoentes. “Quem mora nas vilas nunca sai da esfera organizacional?” – perguntei, ao que Mendonça respondeu:

Nunca, nunca, nunca. Você vai de noite no clube, você encontra alguém. Você vai à praia, você encontra alguém. Você conversa, tem que falar de trabalho: vai falar que o cachorro da vizinha fez cocô na casa dele. (Mendonça)

Quando Mendonça diz “alguém”, ele se refere a um colega de trabalho. Assim os espaços de lazer estão sujeitos a serem maculados pelos papéis sociais exercidos na empresa. Aqui recordo Sales, quando me pediu para observar um gestor correndo na praia e me perguntou: “porque um chefe não se permite correr na praia?” Há, neste ponto, um conflito de papéis, os da vida ordinária e os exercidos na empresa. Uma coisa é a figura de autoridade do chefe na empresa; outra coisa é seu comportamento em família. Em casa, um pai de família, a priori, pode cantar à vontade, mas na empresa há uma etiqueta profissional que não lhe permite falar alto, por exemplo. Como então cantaria em alta voz em casa se os espaços de habitação são uma sombra da empresa? Então, temos a intercessão da dimensão social com a dimensão subjetiva. E os papéis sociais colidem entre si. Isto pode ser exemplificado no depoimento de Sales. Ele narra sobre como um morador pode reagir, caso o vizinho ligue o som em uma música que não lhe agrada:

A gente tem isso daqui. A gente liga lá pra portaria¹³², acabou! Ligo para o chefe dele. “Poxa... como é que é?!” Ou então no ônibus: “que música ruim aquela que tu toca na tua casa hein, cara?! Tem que ficar ouvindo essa música?!” Então tá aquele constrangimento na frente de todo mundo pra ver se o cara se toca. É a única maneira de você dar na canela dele. (Sales)

A empresa toma parte da vida íntima, e as relações de trabalho podem interferir até mesmo nos gostos musicais, na forma de se comportar na praia, no clube e no ambiente doméstico: a casa. Dessa forma, até mesmo o comportamento de um animal de estimação pode ser motivo de dissabores na empresa. Isto pode ser notado nas narrativas de Mendonça e de Castilho. Mendonça já teve responsabilidades na empresa e na administração das vilas e aponta como as pessoas o abordavam para falar sobre problemas domésticos. O mesmo aponta Castilho, que, assim como Mendonça, também administrou problemas das vilas:

Tipo assim: o vizinho tem um gato que dorme em cima do carro do outro vizinho. Aí o vizinho reclama do gato do vizinho, você notifica o cara pra tirar o gato, o gato continua indo lá. O cara tem um cachorro e não limpa o quintal dele. O vizinho reclama. Manda tirar o cachorro. Não adianta pedir para o cara tirar o cachorro que o cara não vai tirar o cachorro dele. Então, esse é o grande problema que eu vejo hoje em termos de administração de vilas. (Castilho)

Castilho e os demais gerentes concordam ao pensar que os problemas da vida íntima são mais complicados de se resolver do que os problemas organizacionais:

A gente diz. Todos os gerentes aqui eles são unânimes em dizer que administrar o problema de morador na vila é muito mais difícil que administrar o trabalho. Isso entra no trabalho. Leva para o gerente, o gerente acaba tendo que administrar um problema do cara, pessoal lá, particular. Mas como tá dentro da vila, acaba estando dentro da empresa também, já que a vila é da empresa. (Castilho)

Mendonça corrobora Castilho:

Teve uma parte muito grande da minha vida que essa administração de vila. Eu administrava condomínio; cortar grama e resolver briga de vizinho; quem quer casa, quem vai ganhar casa, quem não vai ganhar casa. Eu administrei isso e isso realmente foi a parte ruim da minha experiência. Quer dizer, profissional, porque é muito difícil lidar com a pessoa. O ser humano, tecnicamente, profissionalmente não. Todas as pessoas com quem eu trabalhei, tanto subordinados a mim, quanto profissionalmente. Então

¹³² Refere-se à portaria da vila, donde se organiza a segurança de uma vila da usina.

pensava: Não sei por que eu fiz engenharia, porque agora eu estava cuidando do cachorro da vizinha que fez cocô na garagem dela. Mas tem isso tudo. Tem muita história. (Mendonça)

A vila é da empresa e, dessa forma, os funcionários estão à sua disposição vinte e quatro horas por dia; assim, foi demonstrado em alguns depoimentos como os de Sales, Averaldo e Torres. Então, os depoentes apresentam a situação no qual o lugar está para o trabalho:

Outra coisa, eles davam as casas pra gente como uma forma da gente estar mais próximo da empresa, para estar à disposição da empresa vinte e quatro horas por dia. Eles te davam a casa, mas você estava à disposição da empresa vinte e quatro horas por dia. Quando você tinha que se ausentar, você tinha que falar com teu chefe: “fulano, eu vou viajar. Se você precisar de mim não conta comigo não, que eu não vou estar ai não.” Mas você tinha que falar com teu chefe: “Fulano, oh, estou pegando a minha folga.” “Vai ficar aí?” “Não.” Por que se precisasse de você, ele te ligava: “fulano, preciso de você agora.” Não tinha hora não. Nós nunca tínhamos hora. A usina precisa de você? “Estou indo!” Dou vinte minutos pra você, que o motorista já tá chegando aí. (Torres)

Sales denomina as vilas como um “cala a boca”, apresentando de forma subjacente o porquê dos funcionários estarem nas vilas: servir assiduamente à empresa. Esta é a forma colocada por Sales:

Mas a cabeça do empresário é “fantástico”, os caras são muito inteligentes. Isso aqui é um cala boca. “Você vai morar aqui, mas cala boca rapaz. Estou te dando uma casa rapaz.” Trinta e um toca¹³³: “vem pra cá. Não vou não. “Como não?! Você está em uma casa aí rapaz. Na hora que você assinou o contrato, você assina, mas você não lê o que você assinou? Tem clausula lá que diz: Você tá morando aqui, mas você tem que atender lá.” E o cara jura de pé junto: “liga pra mim pra ver se eu vou.” “Não vai não.” “Descumpriu” procedimento, você tá na rua. Então, depois de vinte e trinta anos, o cara começa a ler o contrato de trabalho e começou a colocar a mão na cabeça assim ó: “Meu Deus do Céu! Podia perder isso tudo da noite pro dia”. (Sales)

Neste particular que são as vilas operárias, a partir das benesses da empresa, nos tornamos filhos ou nos comportamos como tal pela dependência, pelo isolamento e, para alguns pelo adoecimento decorrente da perda, que aqui nesta pesquisa toca a dimensão existencial. Então,

¹³³ Refere-se ao número da casa em mora.

do isolamento, vem a sensação de prisão. É quando, na realidade, sobressalta a real finalidade do sujeito: ele existe para a empresa, como afirmou Machado¹³⁴:

Lá a gente vivia “preso” 24 horas. Era um desgaste físico e psicológico. Porque, a qualquer momento, você pode ser chamado para retornar lá, os caras sabiam que você estava lá porque tinha nosso telefone. Do setor empresa você não saía. Você não era praticamente livre assim sabe?! Deu sexta-feira e pronto! Você chegava em casa, e se precisasse de você, tinha que retornar pra lá de novo. Com relação ao tempo livre, tem a questão do desgaste, porque você só encontra a mesma cara, a mesma piadinha, a mesma conversinha. Aquilo lá dava um desgaste físico e psicológico grande, só que o pessoal não percebe. Uns percebem mais, outros menos. (Machado)

O depoente menciona a expressão “desgaste psicológico”, e aponta em sua narrativa o mesmo desgaste apresentado por Mendonça, quando refere a respeito das conversas sobre o trabalho em um ambiente doméstico: “do setor da empresa você não saía”. Mas essa servidão, por outro, lado era uma adesão livre e fiel. Isto é observado pelo gosto em contar as histórias relacionadas à usina e pelo sofrimento decorrente da perda do trabalho por ocasião da aposentadoria. A narrativa deste depoente e suas expressões, tais como “Você não era praticamente livre”, remetem à prisão. No entanto, não afirmaria que uma vila operária surge como um sucedâneo à senzala, a despeito do que afirma Blay (1985), especialmente porque a senzala não forma família com a casa grande de seu senhor, ao contrário das vilas em estudo. Ainda que, no final das contas, o ser (pai/mãe) seja a coisa (a empresa), e que o funcionário deixará de existir no sistema (a família) dada a aposentadoria, a situação pai-filho e família é real e ressentida na partida. Os escravos, ao contrário, sem ressentir culpa alguma sobre si mesmos, fugiam encapelados das senzalas em busca de seus quilombos. Este mesmo depoente sofreu por sair de lá, assim como muitos:

E: Como você se sentiu ao sair da vila?

Machado: Mais ou menos uma ovelha perdida né?! Por aí... Ovelha separada do rebanho. Você volta pro meio do rebanho, você não sabe qual seu bando. Tá perdido.

Numa primeira instância, a metáfora do rebanho comunica a existência de uma família reunida por um pai (o pastor). Dada a saída, tudo está perdido, o que se percebe no “Por aí”, que dá a ideia de errância. A ovelha comunica ainda a fragilidade do vilense em relação aos

¹³⁴ Funcionário de nível técnico morador da vila da operação por cerca de trinta anos.

perigos do chamado “lá-fora”. Em face da segurança e do bem-estar de que está cercado, ele se deixa fragilizar e se permite depender do pai. Dada a saída, expõe-se aos perigos do mundo:

Fulano aposentou e ficou quebradinho. Então você fala assim: “eu? Vou embora daqui não cara”. Então por isso ninguém quer ir embora daqui. Mas não é o querer ir embora. Mas... quem que quer ir embora daqui? Dá uma olhada! (Sales)

Sales apela para a dimensão estética do lugar e eu observo o conjunto areia, vegetação e as ondas do mar. Sua pergunta foi para mim uma provocação. Sales estava embevecido pela beleza do lugar. E o que isto significa? Que ele tomou para si a praia, a infraestrutura habitacional e o mar: eu sou do lugar e o lugar me pertence. Mas ele resolve um paradoxo. O lugar é, em sua composição, coisa pública e privada. Da primeira, entende-se a empresa, Furnas, a mãe, uma mãe sedutora. Esta sedução tocava a subjetividade dos vilenses, e a minha também, em particular. Sem dúvida, ícone de segurança, era a coisa pública, mas tinha cheiro por meio dos materiais que nos fornecia para a escola: um caderno brochura, um kit de lápis de cor, uma caneta Bic azul e vermelha, um lápis preto e uma borracha branca. Era coisa pública, mas tinha sabor por meio dos lanches dos turnos da noite, fornecidos pela empresa e que meu pai, generosamente, trazia para casa: um refrigerante, um sanduíche de queijo e presunto, um chocolate Lollo, um queijo Polenguinho, biscoitos água e sal ou *cream cracker* e laranjas ou maçãs, estas sempre desprezadas. A coisa pública era percebida pelo tato: sentia-se a textura dos móveis, das paredes, das calçadas, do poste em frente à casa, dos pisos e paredes do salão da discoteca no clube e assim por diante, num sem fim de detalhes. Ouvia-se a coisa pública nos ônibus que chegavam e saíam. Eu, especialmente, me sentia muito honrada em receber meu pai no ponto de ônibus para o almoço. Fazia a recepção, dando a ele a mão, destacando sua presença diante de seus colegas de trabalho. E sobretudo, se via a coisa pública na presença imponente de seus prédios-reatores e demais edifícios, sempre misteriosos. Sabíamos do que se tratava a usina, mas não tínhamos uma mentalidade especulativa a exemplo da imprensa. Afinal, lá era o nosso lar, e não objeto midiático.

Como é que você quer ir embora daqui? Não tem como. (Sales)

A dimensão subjetiva toca a dimensão existencial: os aspectos da casa e do lugar. É este o ponto em que a coisa pública se torna o lar. No entanto, a coisa pública é, e ao mesmo tempo,

não é. A família, a mãe e o paraíso resolvem um paradoxo. Instala-se, portanto, uma questão de dimensão existencial com o lugar: onde tudo aparece e desaparece, como numa miragem.

Da dimensão existencial

Toda a minha vida eu vivi em vila operária. Esta afirmação é comprometedora, pois mais do que um dado no tempo cronológico, o *chronos*, ela significa uma declaração do ser com o lugar. A vila operária em que vivi de 1981 a 1999, permanece dentro de mim. Não apenas como objeto da nostalgia, mas como o produto da experiência com o lugar, associada a perguntas francas. Assim, de permanência, entendem-se as categorias de história e memória, e ainda, utilizando-se de metáfora, uma espécie de sujeito atuante no ser. Decompor a metáfora, neste caso, significa dizer que todo sujeito *é* no mundo porque possui vida. A vida se dá através da experiência, e o lugar, por sua vez, é constituído, no sentido ontológico, de vida, porque produz experiência. Usar a expressão sujeito atuante é dizer que o lugar resolve um conjunto de características psicossociais, capaz de marcar para sempre o ser no mundo por meio da experiência. Todo sujeito estabelece comunicação. E o que dizer do lugar? O lugar estabelece comunicação por meio da estética daquilo que se vê, associada ao que se sente a partir dele. A experiência é única e intransferível; porém, passível de compartilhamento com o outro. Neste último caso, o compartilhamento é o que entendemos como a construção social. Ainda, o lugar possui correspondentes: as pessoas que passam por ele e que por ele foram afetados. Assim, dado o encontro entre dois sujeitos afetados, há aí um potencial de comunicação sobre o ser no lugar. A pessoa é correspondente do ser no lugar e fala por ele. O conceito de lugar, neste caso, não se dá sozinho, ou seja, somente pela geografia, mas é uma composição entre os elementos do ser-sujeito no *topos* e com o *topos*¹³⁵. Neste ponto, o conceito de lugar equivale ao conceito de paisagem segundo autores como Augustin Berque e Rosário Assunto:

¹³⁵ Do grego, lugar comum. No texto platônico, para Berque, *topos* corresponde a espaço, conforme Ribeiro e Bartalini (2019).

(...) “lugar” quer dizer, ambigualmente, *topos* e *chôra* (c.f., p.e., BERQUE, 2003; 2012), ou seja, tanto quer dizer certa posição e limites precisos de uma porção do espaço tridimensional que podem ser objetivamente indicados mediante coordenadas cartesianas (*topos*), quanto quer dizer, já não somente a forma momentaneamente assumida por uma porção no espaço, mas também muitos outros aspectos: as transformações sucessivas de que seus habitantes têm memória, as qualidades atuais dos objetos que se concentram numa dada região do espaço e seus usos praticados no presente e também aqueles projetados para o futuro, as afetações recíprocas entre esses objetos e as motivações que eliciam nos viventes que coexistem nesta região, o valor pragmático e simbólico que possuem no mundo humano tanto em níveis particulares quanto em nível geral e que, nas palavras de Platão, gestam e nutrem o devir de tudo e de todos que lá existem (*chôra*) (RIBEIRO, 2019, p.31).

Assunto define a paisagem como a “forma” que o ambiente (“conteúdo” ou “função”)¹³⁶ confere ao território (“matéria”). Mas não se trata de uma forma inerte, limitada a deixar-se abarcar pela visão, e sim de uma forma “na qual se exprime a unidade sintética a priori da ‘matéria’ (território) do ‘conteúdo-ou-função’ (ambiente)” (RIBEIRO E BARTALINI, 2019, p.46).

Assunto também define a Paisagem “como fisionomia, o rosto (este objeto privilegiado dos nossos afetos e afecções) da Terra” (RIBEIRO E BARTALINI, 2019). “(...) Há, na paisagem, um rosto, um olhar, uma escuta, uma expectativa ou uma reminiscência”, nos contam Ribeiro e Bartalini (2019) a respeito do pensamento de Éric Dardel. E concluem:

A paisagem é um rosto (*visage*, em francês; *viso*, em italiano), e um rosto só é rosto porque é visto, e o rosto só é visto quando se está fora do corpo, por aquele que vê o rosto de um “outro”, ou o próprio rosto refletido, circunstância em que também já se é um “outro” (RIBEIRO E BARTALINI, 2019, p.49).

A metáfora do rosto justifica ainda o *lugar como narrativa*: o rosto comunica uma expressão. Esta narração é individual, mas também coletiva. A narração coletiva se dá pela comunhão, que se entende como o encontro dos afetados pelo lugar. Este encontro é marcado pela comunicação da afetação entre si. Isso significa um reconhecimento de pertença, e comunica alguma ordem de si mesmo em relação ao ser e estar no mundo; ordem essa que aquele lugar possui a faculdade de comunicar ao sujeito. A ordem é a qualidade da pacificação; isso significa que ali reside um princípio de repouso: o sujeito torna-se um com o todo do lugar. O

¹³⁶ O ambiente, segundo Rosário Assunto, é qualificado em termos “físico-biológicos (latitude, longitude, clima, fauna, flora, geologia, relevo, hidrografia etc.) e histórico-culturais (economia, política, costumes, idiomas, etc.)” (RIBEIRO E BARTALINI, 2019, p.45).

lugar torna-se *a morada do ser*, visto que é uma narrativa do si-mesmo para o sujeito. Neste ponto, recordo-me de uma expressão de Adriano Schwartz na apresentação de *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino (2003): “Quem comanda a narração não é a voz, é o ouvido.” Certamente, a categoria da escuta a que se refere Schwartz diz respeito às categorias do ser e do pertencer. A escuta identifica os errantes à sua terra prometida – “a Casa” – a morada ou o lugar. E o que é o lugar? O lugar, em uma perspectiva ontológica, se relaciona à pertença, que é o reconhecimento de si mesmo metamorfoseado em um espaço. Quando tocado pelos sentidos, reconfigura uma história; acessado pela poética, tonifica a alma, conforme expressa Wunenburger (2015, p.27): “o devaneio poético sobre as matérias confirmam o valor inato que Gaston Bachelard acorda à força da alma e à vontade”. O lugar carrega uma narrativa que é ativada pela lembrança, trazendo à consciência um momento singular e que não se repete. A casa é um lugar e, enquanto edificação de pedras, tem essa propriedade cognitiva. Ela narra de forma particular ao sujeito, sussurrando a ele algo que só ela poderia contar; daí o caráter único e exclusivo da casa ou o lugar de habitação. É sobre a casa que repousam valores condensados, que só são acessados por meio do encontro. Este encontro é próprio do fenômeno que aparece e narra. O fenômeno acessa a imagem-lembrança e desvela os sentidos que ela contém. O que entendemos como valores e sentido são próprios do que define Bosi (2007) como uma substância memorativa no fluxo do tempo; história densa que aparece com clareza nas biografias, da mesma forma como no lugar, no qual há marcos no espaço onde os valores se adensam. Estes valores estão conservados em um espaço, como na cidade de Zaíra:

Ela não conta seu passado; ela o contém como as linhas da mão, escritos nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada seguimento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2003, p.7).

O lugar contém uma narrativa, ainda que suas pedras fossem propositalmente dispostas, e parecessem amorfas ao passante, como na cidade de Tâmara:

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e as suas partes (CALVINO, 2003, p.8-9).

Seus símbolos podem assustar o transeunte, mas para aquele, familiarizado, suas ruelas, signos e placas, por vezes esfareladas na ferrugem, comunicam alguma trajetória, seja ela assombrosa e aterrorizante, ou um triunfo, ou ainda uma conversa marcante com um amigo. O

lugar marca, portanto, uma relação entre percepção e memória. Recorda-se aqui o cuidado de Bergson, como explicado por Bosi (2007), que se ocupa em entender as relações entre a conservação do passado, a sua articulação com o presente e a confluência entre a memória e a percepção. Por essa razão, quando desfeitas as pedras, logo se interpõe uma “interrogação”¹³⁷. Assim, as alterações no espaço vivido podem incorrer em alargamentos paralisantes, estreitamentos angustiantes, perda de perspectiva e subversões da ordem, como afirma Melo (2007) a respeito dos aspectos psicológicos inerentes a essas mudanças. No entanto, ao pensar no espaço de forma estritamente geográfica, a resposta às indagações apresenta-se simplificada: a casa, a rua e a cidade serão as mesmas para todos (MELO, 2007). Por outro lado, o lugar, enquanto paisagem, constitui-se de uma visão integrada. Neste sentido, o lugar é a paisagem, a casa, a morada do ser ou o lar; assim podemos expressar através do texto de Serrão (2014):

Uma vez libertas da tradicional associação à vista, ao cenário e ao panorama, o entendimento das paisagens como unidades integradas e espaços do habitar permitirá conciliar o fundamento natural com dimensões constitutivamente humanas como a História e a Cultura, e responderá mais facilmente a problemas candentes do tempo presente e futuro, desde o desenho de cidades até formas de viver alternativas (SERRÃO, 2014).

No lugar, sob a perspectiva integrada de paisagem, há uma frente e um verso que, utilizando-se de metáfora, seria como olhar o avesso do desenho: a “matriz genuína de expressão da sensibilidade”, como escreve Serrão (2014, p.16), a respeito da estética na contemporaneidade que se encontra “limitada à objetividade do Belo”. Sob a interpretação do natural humanizado, bem como do sociocultural, é possível refletir como os ambientes diversos – incluindo as cidades – tem influência, seja positiva ou negativa, na naturalidade do humano no que se refere à corporalidade e sensorialidade, pelas ações e movimentos (SERRÃO, 2014). Referente ao que é sensível, o lugar, enquanto morada do ser ou lar, para além da propriedade cognitiva, resolve o *mistério*. O mistério não pode ser acessado. E ainda, sendo incógnito, ele é resposta, pois é composto de um horizonte, capaz de sossegar o ser. Assim, um deserto fatigante pode se constituir de beleza, pois ele resolve o mistério para o transeunte. O mistério significa aquilo que não se esgota em sentido. Desta forma, a beleza nega as funções estéticas,

¹³⁷ Expressão emprestada de Melo (2007, p.102): “Os espaços do mundo externo e do interno sofrem alterações que, se forem levadas em consideração, criam inúmeras interrogações”.

fundadas em uma “calologia”¹³⁸, para calar no mistério. Estes são os aspectos da *aproximação* com o lugar. Eu o observo e me apego a ele pelo sentido inesgotável que ele tem a oferecer. O observar, neste caso, lembra a contemplação no horizonte, que podemos considerar uma figura de linguagem sobre o mistério: ele não se mede e não tem um fim em si. Assim se resolvem as questões do *apego com o lugar*: ele não esgota em narrar ao sujeito coisas sobre o si mesmo. Sempre há uma novidade, que aqui, significa um novo sentido contido no lugar e nos acontecimentos com o lugar. Esta é a definição do lugar como o lar. Aqui não há mais procura de caminhos, mas o sossego do ser, por isso é também chamado “morada do ser”. Neste sentido, poderia eu afirmar que há beleza em uma usina nuclear e suas vilas? Sim e não. Sim, porque ela contém uma narrativa inesgotável para o sujeito, ainda que para outro possa não fazer nenhum sentido. Ela é lar. Não, quando, por outro lado, ela produz um falseamento para o sujeito. Então, aquilo que parecia ser o mistério, o horizonte e a beleza, na verdade, é uma miragem da existência do sujeito com o lugar. Daí resulta o prejuízo da dimensão integrada do sujeito com o lugar. Esta dimensão integrada diz respeito às condições para sustentação do *ethos*¹³⁹ humano. E o que isto representa? Ribeiro (2019, p.27) nos aponta para o significado do *ethos* como “ligação, inerente e observável, visível entre o indivíduo, seu grupo específico e a situação em que se encontram (...)”. E continua:

(...) o sentido dos vocábulos gregos *éthos* e *êthos*, hoje comumente grafados na forma ambígua ‘*ethos*’, parece abranger, simultaneamente, a ideia de próprio, de pertencente a um indivíduo, e a ideia de ser algo ou alguém familiar, pertence ao grupo ao qual o próprio sujeito pertence, seja por laços de “sangue” ou de “solo” comum (RIBEIRO, 2009, p.28).

¹³⁸ Para Serrão (2014), esta visão se esquivava de encarar com profundidade a ideia de Natureza, fundamentada em uma visão integral do mundo: “Mas a estética está bem mais próxima de uma calologia que acaba por tornar redundante o apelo da individualidade do observador” (SERRÃO, 2014, p.19).

¹³⁹ “Ethos é uma palavra que reporta a dois vocábulos gregos antigos: *éthos* (ἔθος – grafado com épsilon) e *êthos* (ἦθος - grafado com eta). De modo geral, os especialistas concordam que, antigamente, *êthos* (ἦθος, com eta) significava os hábitos, os costumes, o modo de proceder característico de um animal, mas também de um homem, ou de um grupamento humano (conforme, p.e., MURACHO, 1997; PROCURCIN, JR., 2007; SPINELLI, 2009), embora estas semelhanças e diferenças de significado não sejam, de fato, matéria incontroversa. Quanto à origem desses vocabulários, *éthos* e *êthos*, a partir do indo-europeu, ambos parecem reportar-se à raiz indo-europeia s (w)e-, sobretudo em sua forma estendida swe dh, cujo sentido seria “aquilo que é próprio de alguém ou de algum grupo” (RIBEIRO, 2019, p.28).

Deste deriva também o sentido de “lugar próprio, familiar, confiável, querido”, conforme Ribeiro (2019), que nos sugere a ideia de Pokorny (1959-1969). Dados estes apontamentos, Ribeiro (2019) apresenta sua posição final a respeito da ideia de *ethos*:

(...) acredito que a palavra *ethos*, originou-se na ancestralidade indo-europeia; nem por isso deixa de nomear algo universal. Trata-se, a meu ver, de um modo particular, histórico, de apontar uma relação geral, universal, histórica, entre indivíduos e coletivos vivos específicos e seu lugar de vida. (...) (RIBEIRO, 2019, p.29).

Esta relação natural, nos aponta Ribeiro (2018) *apud* Ribeiro (2019), diz respeito a uma moldagem contínua e recíproca entre um lugar e a vida de seus habitantes. Esta moldagem é uma correspondência simultânea entre o sujeito e o lugar: a dimensão dialógica que compõe o lugar como narrativa. Disto, o que podemos sugerir é que a natureza do habitar, em uma perspectiva ontológica, é marcada pela experiência do diálogo com o lugar. Assim se constitui a dimensão integrada do *ethos*. Este diálogo é marcado pela busca de sentido com o lugar. O homem segue, pelo vértice da paisagem, o horizonte, donde se desenrola toda a trama cosmológica e tudo o que há de misterioso e atemporal. Neste ponto, temos uma relação integral entre lugar e vida. O contrário da relação integral com o lugar é a fratura, que significa a brecha que separa o sujeito do lugar. A esta separação podemos chamar de *estado de suspensão* em relação ao lugar. Esta perda de ligação não significa um desenraizamento, mas uma permanência sem permanecer. E o que isto significa? O primeiro significa arrancar o sujeito de algo no qual ele já estava enraizado. O enraizamento pressupõe o diálogo com o lugar e o engajamento em uma unidade integrada: ali o sujeito permanece e repousa, considerando a dimensão ontológica do lugar. Do estado de suspensão entendemos a necessidade humana da aproximação e do engajamento, e a contrapartida do afastamento dada a desconfiança em relação ao lugar. A desconfiança é uma medida de proteção de si mesmo uma vez adquirido o esclarecimento sobre o falseamento do lugar. Esta decepção produz uma nova qualidade de lugar: *o lugar como esquecimento*. O sujeito está no lugar, mas procura esquecê-lo devido a sua finitude: a casa não pertence ao sujeito, as benesses lhe serão retiradas e até mesmo a sua identidade, fundamentada, por excelência na dimensão social com o lugar. A situação resolve um paradoxo e um movimento de aproximação e distanciamento em relação ao lugar de vida. Por um instante, tudo se torna uma miragem. Se assim for, logo terá de ser esquecido. A relação dialógica com o lugar é posta constantemente sob desconfiança. Nesta situação, não há horizonte em que se sustentar, visto que o mistério passa ao largo do falseamento. Esta é a qualidade do permanecer sem permanecer: quando se está

no lugar sem auferir do sentido inesgotável que ele tem a contar. Assim, da dimensão integrada com o lugar nos referimos a uma fratura que significa mais do que a perda de ligação. A perda de ligação é factual, tem um começo e fim, é verídica. O estado de suspensão é um distanciamento ambíguo, mal resolvido em um paradoxo, disforme. O lugar próprio e confiável é posto sob juízo. Da consciência desta miragem, o sujeito poderá cair em uma espécie de brecha, conforme supracitado, donde não há o lugar, nem o lar ou a morada do ser, mas o vazio. Neste, não há mais estética ou cultura em que firmar-se. Ficam no prejuízo e, portanto, suspensas, as dimensões subjetivas e existenciais. O sujeito encontra-se em estado de suspensão em relação ao lugar a partir de um movimento que ele próprio faz de aproximação e distanciamento: isto é meu, mas não é; a coisa existe, mas não existe. Esta questão é/não é ou real/irreal é notada na narrativa dos depoentes e pela minha própria vivência na vila:

Isso aqui existe. Isso aqui só existe enquanto você tiver um número de matrícula. (Sales)

O mesmo se observa na narrativa dos demais depoentes, como Mendonça, por exemplo, que se diz conscientizado pela esposa de certo desligamento ou afastamento da vila durante os anos em que lá viveram. Mendonça corrobora Sales especialmente quanto à dimensão existencial: “isto aqui está assim, mas não é assim”. A expressão de Mendonça é uma revelação sobre o enigma com o lugar: o *lugar como ilusão* – e que demanda, portanto, um desligamento, que significa o lugar como esquecimento, um esquecimento existencial:

E: Vc fazia esse movimento interior pra se desligar?
M¹⁴⁰: Sempre, sempre, sempre. Com muita ajuda da minha mulher. Ela dizia: “isso aqui não é assim. Isso aqui está assim, mas não é assim.”

Esta foi uma das expressões nesta pesquisa que mais me chamou a atenção: “Como uma coisa pode ser e ao mesmo tempo não ser? Como se habita um lugar que é e ao mesmo tempo não é?”. Esta foi minha primeira questão, pela qual foram circunscritas as qualidades da ilusão do lugar e do lugar como esquecimento. E nesta condição, há um modo fraturado de habitar: o estado de suspensão em relação ao lugar. Então, assim como no mestrado, encontrei um sossego nesta pesquisa pelo desvelamento de um enigma. A situação existe/não existe, que

¹⁴⁰ M: Mendonça.

qualifica a ilusão, é metamorfoseada em expressões como “Terra do Nunca” ou “ilha da fantasia”. Destas, a expressão que mais ouvi durante a vida na vila e nas narrativas dos depoentes foi esta última, “ilha da fantasia”, conforme segue:

Eu sempre procurei. Eu sempre vi isso aqui como a ilha da fantasia. Isso aqui não me pertence. Isso aqui não te pertence. Isso aqui não te pertence mais. (Mendonça)

Mendonça ainda morava na vila quando o entrevistei e mesmo assim ele disse: “isso aqui não me pertence”. E, voltando-se para mim, disse “isso não te pertence mais”, em uma espécie de alerta sobre minha condição em relação à vila. Fortes foi questionado por sua filha sobre o que ocorria no bar e restaurante que havia montado no Perequê, visto por ela com preconceito. Recordo aqui como o Perequê era mal visto pela maioria dos vilenses. Então, ele a convidou para participar do empreendimento, para que ela pudesse observar, a partir de seu ponto de vista, alguns dos aspectos da dimensão social das vilas. Estes aspectos concorrem para a formação da ilusão, e são consolidados, por Fortes, na imagem “ilha da fantasia”:

Ela achava que aquilo ali era bagunça. Aí eu falei: passa os fins de semana à trabalhar comigo e você vai ver quem frequenta aquilo lá à noite. Aí ela começou a ver. Pais de coleguinhas, como é que eles passavam, e as companhias que eles passavam por lá. Falei: “é isso que você está vendo. Agora, eu estou trabalhando.”. Aí você começa a ver, isso aqui vira uma ilha da fantasia. Tem gente nossa lá, que quando estava com a minha mulher, não cumprimentava a gente, cumprimentava quando eu estava sozinho. Estava sozinho, falava com todo mundo, com a mulher... (Fortes)

Bete, a orientadora pedagógica, assim como Mendonça e Fortes, também utiliza a expressão “ilha da fantasia”, e expõe os aspectos da ilusão do lugar pautando-se no esquecimento através do estudo. Esta era a orientação dada aos alunos, especialmente aos que se sentiam inferiorizados pelo status social, dada a dinâmica da sombra da empresa sobre as vilas:

Sim! Pedro¹⁴¹ e eu sempre tivemos essa consciência. Isso aqui é uma passagem, uma ilha da fantasia. É isso que eu passava para os alunos. “Vocês tem que estudar pra vocês saírem daqui. Hoje está doendo, tudo bem! Lutem contra isso.” “Lutar, como?!” “Estudando!” Isso aí era um trabalho que era feito e alguns professores ajudavam. (Bete)

¹⁴¹ Marido de Bete e aposentado de usina.

Fortes, assim como Mendonça, foi um dos depoentes que apresentou a situação na qual o aqui-dentro das vilas não existia, mas sim o lá-fora: lá era o lugar onde acontecia a vida: “O meu dia a dia, eu busco lá fora”, dizia Fortes. Este “lá-fora” era o Perequê, onde tocava seu comércio. No Perequê, para Fortes, havia o gesto político, a criatividade e a inserção comunitária. Isto ainda é justificado pela associação de moradores que Fortes criou, em suas palavras: “fizemos uma associação de moradores aqui fora”, se referindo ao Perequê. E era justamente neste lugar – considerado “terra de ninguém”, como qualificado por Torres em entrevista; insalubre, pela dimensão social dos moradores das vilas – que acontecia a vida. Isto me chamou a atenção, não somente pela narrativa de Fortes e Torres, mas também pela visão de uma criança perequense que viu, pela ótica do realismo, a situação dos vilenses. Acrescento aqui a continuação da narrativa do passeio de ônibus, contada por Bete e cujo início foi também visto na dimensão social:

Porque os alunos da Operária, os alunos da Madezatti e do Perequê se sentiam ralé mesmo. Nada. Tanto que me chamou muito a atenção, quando nós fomos fazer um passeio no Rio, na volta parou o ônibus na escadinha (porque a escadinha dá acesso ao Perequê), e aí começou aquela brincadeira: “au, au, au, vai descer quem mora mal”. E um menino se insurgiu e disse: “vou descer, moro mal, mas moro no que é meu”. “Vocês, quando saírem daqui” – ele usou um termo mais chulo – “quando vocês saírem daqui, vocês não vão ter nem pra onde ir.” E era verdade, o pessoal daqui não pensava em futuro. (Bete)

O menino pôs à mesa uma resposta desconcertante e apresentou, subjacentemente, a ilusão com o lugar: nada disto lhes pertence e no futuro não haverá em que se apegar. Está implícita, nesta expressão, uma dimensão existencial com o lugar. Os vilenses que se sentiam conscientizados que deveriam deixar a casa, em uma data factual, se dividiam entre o apeço pelo lugar, o trabalho e a projeção em outro cenário de vida. Muitos compraram terrenos e começaram a construir enquanto ainda moravam na vila. Outros até mesmo, como Fortes, montavam um negócio próprio fora da vila, para onde migravam seus interesses, depositando naquele terreno sua marca própria, em seu próprio ritmo:

Eu sou muito lento nisso aí, eu nunca me identifiquei, nunca me prendi a essas coisas não. Não me prendo a casa, a carro, não me prendo a essas coisas não. Nunca me prendia a cargo, nunca falei pra minha família o que eu fazia na usina, eles nunca me perguntaram qual que é a minha função, eles não sabiam. Não sou de comentar sobre meu trabalho, nunca andei em turma, pessoal fala vibrando com aquilo ali, com aquele trabalho. No final ficava aquela turma de engenheiros fazendo procedimentos, falando da faculdade, reclamando da vida. Eu que vim de uma linha de pobreza, pensava: reclamando de que? Mas nunca me prendi àquilo. (Fortes)

Torres fez o mesmo movimento quando, em 1985, comprou terrenos no Perequê:

E: Você já fazia um vínculo com o Perequê?

T: Já tinha uma ligação, e então não afetou muito. É minha forma de ser, não era muito ligado nas coisas assim.

No entanto, Torres e Fortes falam também com paixão sobre a empresa e a história de vida com o lugar, deixando transparecer que ela teve de ser esquecida com o tempo, à semelhança do poeta que teve de esquecer a bela moça que passou na multidão, no soneto “À uma passante”, de Charles Baudelaire:

A rua em torno era um frenético alarido
Toda de luto, alta e sutil, dor majestosa
Uma mulher passou, com sua mão suntuosa
Erguendo e sacudindo a barra do vestido

Pernas de estátua, era-lhe a imagem nobre e fina
Qual bizarro basbaque, afoito eu lhe bebia
No olhar, céu lívido onde aflora a ventania
A doçura que envolve e o prazer que assassina

Que luz... e a noite após! – Efêmera beldade
Cujos olhos me fazem nascer outra vez
Não mais hei de te ver senão na eternidade?

Longe daqui! tarde demais! “nunca” talvez!
Pois de ti já me fui, de mim tu já fugiste,
Tu que eu teria amado, ó tu que bem o viste!¹⁴²

Da imagem emanam a ilusão e o esforço do esquecimento. Como seres esclarecidos em relação ao lugar, eram não mais que sujeitos desiludidos com ele. Assim também o fez Mendonça, que sempre exerceu cargos da alta hierarquia, mas realizava uma espécie de ascese em relação ao lugar, para que, da ausência dele, não viesse a sofrer ou perder-se do ponto de vista social e existencial. A primeira resposta refere-se à pergunta que fiz: “Você sempre fez um movimento para se desligar?” E sua resposta: “Eu sempre fiz muito isso, sempre, sempre. Então, eu hoje estou muito tranquilo...” A tranquilidade de Mendonça se resolveu no esforço para instalar-se noutra lugar, afastado, para não se ferir pela perda do lugar:

¹⁴² Charles Baudelaire. As Flores do mal. Edição bilíngue. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985: p.361.

Eu ocupei posições aqui de chefe de departamento, e tudo mais. Mas eu sempre soube separar o que é empresa, o que é o Mendonça da empresa e o que é o Mendonça da família, do social. Sempre soube. Embora eu tivesse, como ocupante de cargo gerencial, de exigir mordomias. Eu nunca o fiz. Para você ter uma ideia, por exemplo, eu vou muito ao Rio. Pelo cargo que eu ocupo, tem uma determinada gama de hotéis que eu poderia utilizar pela empresa. Hotéis de quatro, cinco estrelas, mas tem um hotelzinho em Copacabana que eu gosto muito dele quando eu vou privado. Quando eu vou por minha conta eu fico nele. Então, quando eu vou ao Rio a trabalho, eu fico neste hotel também. Eu não quero ter o trauma de depois dizer assim. “Ah... você frequentou aquele hotel na orla de Copacabana na Avenida Atlântica e agora você tá frequentando esse hotel aqui na Antônio.” (...) Então, eu construí pra mim um padrão... (Mendonça)

Este padrão é construído para suportar futuros tempos difíceis. Então, alguns mantinham esse modo de ser com o lugar. Este tipo de vilense realizava poucas modificações na casa e procurava não se apegar a ela. Construía apenas aquilo que era muito necessário, por exemplo, fechar a garagem de casa com um portão. Da forma como habitava a casa, também era sentido o distanciamento através da forma como se comportava com os filhos. Vi muitas vezes pais de amigos meus, e também meus pais dizerem a seguinte expressão: “isso aqui não é nosso” ou “isso aqui é de Furnas”. E esta expressão é também observada na fala de todos os depoentes. Assim, também meus pais me conscientizaram durante a vida na vila. Entretanto, há os que eram vistos como a cigarra do conto “A Formiga e a Cigarra”, por não se prevenirem para o inverno.

No Inverno, tirava a Formiga da sua cova a assoalhar o trigo que nela tinha, e a Cigarra, com as mãos postas, lhe pedia que repartisse com ela, que morria à fome. Perguntou-lhe a Formiga: - Que fizera no Estio, porque não guardara para se manter? Respondeu a Cigarra: - O Verão e Estio, gastei a cantar e passatempos pelos campos. A Formiga então, perseverando em recolher seu trigo, lhe disse: - Amiga, pois os seis meses de Verão que gastaste em cantar, bailar é a comida saborosa e de gosto¹⁴³.

Que a grande maioria que tá lá dentro conseguiu fazer um pezinho de meia, comprar uma casa, conseguiu ter uma casa legal, sair. Por outro lado outras pessoas não compraram uma casa. Compraram um Volvo aí de mais de cem mil. O cara não tem um teto, ele tem um teto ambulante: bateu, perdeu a casa. E você assiste isso tudo e o choque é que você convive vinte e cinco, trinta anos e você sabe que o cara não construiu nada, entendeu. Ele não está sendo punido. Além dele, ele está punindo a família dele, a esposa, os filhos. (Sales)

¹⁴³ Conto “A Formiga e a Cigarra”. Disponível em <<http://www.botucatu.sp.gov.br/Eventos/2007/contHistorias/bauhistorias/coletanea%20de%20fabulas.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

O conto apresenta a ação, e, para Ricoeur, em uma abordagem hermenêutica, possui um sentido inesgotável, exibindo um mundo à jusante de si mesmo (BARTHÉLÉMY, 2009). Neste caso, ele apresenta uma condição do morar que está submetida a um deixar. O inverno representa a austeridade do mundo lá fora, que é um todo feito de descobertas, mas não ausente de perigos. Por essa razão é preciso, durante o tempo na vila, “estocar alimentos”, a exemplo da formiga no conto supracitado. Por outro lado, se iludidos e isolados na ilha da fantasia, podíamos permanecer em uma espécie de bolha, e depois nos chocarmos ao sair dela. A ilha da fantasia era reforçada pela sensação de isolamento, predileção, segurança e afastamento social, o que formava a imagem de “bolha” para muitos moradores, como Sales: “A gente mora aqui numa bolha”. O paradoxo da aproximação e do afastamento é potencializado pelo fato da vila ser uma bolha, utilizando a expressão de Sales. Ela é um enclave, de caráter e estrutura quase que autossuficientes, onde os moradores se isolavam das comunidades locais. Na autossuficiência, a vila, de certa maneira, nega o entorno e isso potencializa essa visão de paraíso e da ilusão com o lugar. Por este lado, da segurança e dos vínculos comunitários, nos aproximamos do lugar e nos apegamos a ele: “Vou contar a minha história pra você, porque é uma história muito bonita.” – me dizia Torres no início de nossa conversa, em contraste com o que me apontava sobre o afastamento mais adiante na entrevista: “(...) não era muito ligado nas coisas assim.” O mesmo ocorre com Fortes, que conta com emoção sua trajetória na empresa:

Eu sempre fui um cara livre. Porque você vê. Eu viajava pela empresa. Fui pro Pará, pra Tucuruí, só trabalhava na liberação de equipamentos. Fui na intervenção da Celpa por Furnas, a gente foi na intervenção na época da Arena. Sempre participei dos grandes eventos da empresa. O meu horário eu fazia. Eu marcava ponto, mas eu marcava quando eu queria. No final, não marquei mais. Eu tinha permissão de dirigir os carros da usina. Podia pegar qualquer carro pra sair no canteiro de obra. Nunca tive problema nenhum, graças a Deus. Fiz vários cursos com o pessoal da Central, curso com o pessoal da engenharia. Sempre fui um cara que teve muita liberdade. (Fortes)

Desta forma, embora manifestem o afastamento, a situação paradoxal também se encontra em Torres e em Fortes, assim como nos demais depoentes. No caso de Torres e Fortes, há uma separação entre ambiente de trabalho e lugar de habitação, mas quando os dois elementos convergem na mistura público-privado, já não fazem mais sentido para nem para um nem para o outro. Fortes explica, na narrativa abaixo, sobre o que considera ser seu lugar de vida, assim como Torres, que expõe o que faz “do lado de fora”, em sua casa no Perequê. Lá é o lugar para onde se afastaram:

O meu dia-a-dia eu busco lá fora. A única coisa que eu dou valor é o plano de saúde que eles têm. (Fortes)

Lá fora você interage com as pessoas que tem os mesmos interesses que você. Então você entra na política, sai da política, e continua com os mesmos interesses, os mesmos ideais. Aí você fala com um, fala com outro. Aqui em casa é cheio de gente o dia inteiro. “Sr. Torres, o que é que o sr. acha disso?” “Entra aqui vamos conversar, vamos bater um papo aqui”. É esse negócio da gente mexer com política. Aí esse tempo todo, quatro anos, a gente conhecia tudo aí. Conhece as pessoas, sabe fazer encontros, retiros, a gente vai misturando: é da igreja, é da política, é do futebol... (Torres)

Este paradoxo em relação ao ser, habitar e pertencer o lugar observa-se largamente nas narrativas dos depoentes. Em um primeiro momento, do afastamento em relação ao lugar e o esquecimento do mesmo, e, em um segundo momento, de um apego e orgulho:

Machado: A gente não trouxe isso como bandeira: que aqui é a última maravilha do mundo. Negativo. Por isso que a gente caiu e não sentiu a queda, ou seja, caímos de pé. Mas tem muitos colegas nossos que já até morreram em função disso. Está em uma situação complicada até hoje. Por um motivou por outro.

Fortes: Nem à praia eu ia. Nem à praia eu gostava de ir.

Machado: nós somos os pioneiros disso daí.

Fortes: Vestia a camisa mesmo.

São duas falas dicotômicas, que expressam a relação de aproximação e afastamento em relação ao lugar de vida. Esse tipo de narrativa é observada em todos os depoentes. Durante toda a minha vida convivi com pessoas com esse tipo de pensamento paradoxal. Sales também ilustra a dicotomia, como na narrativa já citada, mas que cabe novamente aqui:

S¹⁴⁴: (...) Você perdeu isso daqui, então você perde os amigos. Então, você toma uma pancada. Da noite para o dia você perdeu o crachá. Pronto. Perdeu o crachá, você não entra mais na usina. Você não convive mais aqui. Você perdeu isso daqui. Então você perde os amigos? Você perde amigos. E você vai morar onde? Quer dizer, se você voltar praquela tua terrinha lá, então você vai ser mais um ali, do teu bairro ali. Ele não é mais o engenheiro da casa A, da casa B. Não. Ele perdeu todo aquele status. Pra onde ele vai acabou.

E: Um “zé ninguém”?

S: É um “zé ninguém”. Vamos usar este termo. Mas por quê? Isso choca.

¹⁴⁴ S: Sales.

A dimensão social também conflui na dimensão existencial. Desta forma, há aqueles que procuraram esquecer por completo o lugar, como no caso de Torres e Fortes, mas há outros que permaneceram iludidos com ele. Para estes, como para a cigarra, o inverno foi mais rigoroso, acarretando patologias:

Eles se largam. Porque aqui é aquela história. Não estou mais na usina. Aí o cara chega assim: chega barbudo. Mas você vê o aspecto do cara. Você vê que esse se não está bem. Diferente dos aposentados que chegam lá com a gente: “oh Fulano...” O cara que tá legal, ele só vai lá em uma visita rápida. (Sales)

A narrativa de Sales revela mais aspectos da aproximação e do esquecimento do lugar. O sujeito que está bem, na visão de Sales, não quer permanecer por lá. Ele esquece o lugar e apenas passa por lá, *en passant*. Ele apenas olha e acena, porque dele não se pode lembrar. Do contrário, se apegados, correm o risco de ficar em uma região de fronteira, onde não podem se apegar, mas também não querem se afastar, como no caso da esposa de Machado:

Cito, por exemplo, minha esposa. Não era funcionária, mas ficou cativa daquilo lá. E eu sempre conversava com ela, que aquilo não era nosso, mas ela achava que era e não tinha plena consciência disso. Era um passarinho, criado na gaiola, que ficou tão acostumado que não vê outro mundo. “Aquilo é o paraíso...” “Paraíso entre aspas. Não é seu! É do governo.” Ela achava que era tudo lá. Não, tudo não, entre aspas, aquilo lá não era nosso. Não compramos aquilo lá. Eu sempre falava isso para ela, mas não caiu a ficha ainda. (Machado)

“Não, tudo não” – esta expressão também corrobora o “isto é assim, mas não é assim”. Se “tudo não”, então qual a parte que lhe cabe no apego ao lugar? O sujeito não está nem cá, nem lá, mas suspenso. Ele poderá se entregar ao prazer da habitação, sentindo-se dono do jardim, a exemplo do que diz Simone Weil da necessidade da alma de propriedade privada e da propriedade coletiva: o jardineiro que, de tanto cuidar do jardim, se sentirá proprietário do jardim:

“todo homem é invencivelmente levado a se apropriar, pelo pensamento, de tudo o que usou por muito tempo e continuamente para o trabalho, o prazer ou as necessidades da vida” (WEIL, 2011, p.35).

A situação da esposa de Machado representa a figura do jardineiro, que, neste caso é reprovada por Machado. Tal figura entrega-se num ato natural de ligação com o lugar: nada mais humano do que se apegar à beleza da flor de um jardim. Entretanto, isso se qualificaria também como a imprevidente cigarra, que não se atenta ao que está por vir. A expressão

apegar, em sua etimologia, tem raízes no verbo pegar¹⁴⁵, e significa, neste caso, o pegar para si, no sentido de tomar aquilo como parte do si mesmo, agregando à coisa a qualidade memorativa e o diálogo com o lugar. Assim, cada qual se constitui com o lugar; daí emana o seu caráter individual e intransferível, porém passível de compartilhamento, no que se refere às questões de tradição. Todo sujeito apega-se ao lugar de vida, ainda que este tenha uma natureza transeunte, como no caso dos viajantes. O ambulante carrega consigo coisas do lugar, seja fisicamente com seus pertences, ou simbolicamente, em sua lembrança. Seu *ethos*-morada¹⁴⁶ se estende à medida de suas passadas. Mas não estaria suspenso se mantém, no caminho, o apego, que também podemos dizer o encantamento ou o diálogo com o lugar e a apreensão de sentido. Resolvido, por vezes no sofrimento, o transeunte pode decifrar aspectos da condição humana, a exemplo do que afirma Safra (2006, p.30): “o sofrimento decorrente da biografia de uma pessoa lhe revela os aspectos fundamentais, ontológicos, de sua condição humana”. Isso se mostra o contrário daquele que está suspenso – não está nem cá, nem lá – estando sujeito às chamadas agonias impensáveis, pela ausência de sentido:

Ontologicamente, por sermos entes abertos ao ser e ao sentido, temos tanto a possibilidade de alcançar o sentido, quanto de ser jogados ao não-sentido. Deste modo, as *agonias* chamadas de *impensáveis* são decorrentes do fato de que houve acontecimentos ônticos que jogam o indivíduo em uma experiência de ausência de sentido (SAFRA, 2006b, p.29).

Se não há diálogo com o lugar, o sujeito não está nem cá nem lá; onde então haverá a possibilidade do encantamento e da construção do si mesmo? Neste caso, estar suspenso significa não poder penetrar a história com o lugar, pois se está em uma zona de tensão. O estado de suspensão se relaciona às agonias impensáveis por se tratar de um afeto ontológico. O termo “suspenso” carrega uma metáfora que se aproxima das questões da física: estar suspenso em relação à coisa; neste caso, suspenso em relação a um lugar, o que impossibilita a configuração de um *ethos*-morada. Posteriormente, no que se refere ao “modo de ser”, emprestando a expressão de Safra (2006b, p.35), o sujeito poderá tornar-se spectral:

¹⁴⁵ Apegar, do Dicionário Etimológico de Cunha (2012), remete à palavra “pegar”.

¹⁴⁶ Expressão usada por Gilberto Safra em Safra (2004, p.26): “A etimologia da palavra *ethos* remete a dois sentidos como (*ἔθος*) práxis, costume, e (*ἦθος*) como morada e pátria. Quando uso a palavra ética neste trabalho, refiro-me ao seu sentido de morada e pátria”.

(...) uma pessoa profundamente lúcida, mas que se descreve como sendo um espectro, um fantasma no mundo. Embora tenha profunda lucidez a respeito da condição humana, é uma pessoa profundamente solitária, o que lhe dá a experiência de estar fora do mundo humano. Não se sente acompanhada por ninguém, e por isso, se sente um espectro (SAFRA, 2006b, p.60-61).

Daí decorrem as patologias pela ausência do lugar como narrativa. O lugar conveniente ao humano, o lar ou a morada do ser, é o *ethos*-morada. Nele se resolve o acolhimento que é homólogo àquele acolhimento de quem recebe o sujeito neste mundo, a exemplo do que afirma Safra:

Partindo da solidão essencial¹⁴⁷, o ser humano entra no mundo na condição de exilado surpreendido, acolhido no abraço e no olhar de alguém para que um lugar se estabeleça e um iniciar-se possa acontecer. Esse é um lugar que se constitui no horizonte da existência, onde se preserva a fronteira de mundos e de possibilidades de estar (SAFRA, 2004, p.24).

Este acolhimento é a qualidade do lugar como narrativa. Nele se resolve a palavra não dita: o dizer poético. O lugar como narrativa se resolve no *ethos*-morada e torna-se a representação da singularidade, visto que ele está para o sujeito da mesma forma que as ostras estão para o mar. O lugar presentifica seus ancestrais, pensando a partir da expressão de Safra:

Poderíamos afirmar que o ser humano é a singularização de toda a história da humanidade. Cada pessoa é única e múltipla, pois ao mesmo tempo em que se individualiza, o faz presentificando seus ancestrais e aqueles com quem compartilha sua existência (SAFRA, 2004, p.25).

O lugar condensa a história, ao mesmo tempo em que a perpetua às gerações seguintes, dando a elas um excedente de sentido capaz de pacificar o ser. O estado de suspensão, por outro lado, é a região da dúvida; lá não se resolvem nem o viver, nem o morrer. Isso porque tanto o viver quanto o morrer fazem sentido à natureza humana, embora o último esteja mais próximo das questões transcendentais¹⁴⁸ e assim, menos passível de explicação, mas não impossível de compreensão. A região da dúvida não permite ao ser humano nem o encantamento, nem o

¹⁴⁷ Safra (2004, p.24) descreve que “o conceito de solidão essencial assinala que há em cada ser humano um cerne que jamais chega à comunicação, sendo a solidão o ponto de partida do acontecer humano.”

¹⁴⁸ A expressão transcendência se entende a partir de Safra (2006, p.24): “Em nosso meio, é comum as pessoas equipararem a palavra transcendência com religiosidade. Não é nesta perspectiva que estou usando esta palavra. Transcendência significa algo que está para além. Dessa maneira, os entes presentes no mundo são transcendentais a si mesmos. A questão da transcendência no homem não acontece só frente aos entes do mundo, pois em sua própria interioridade, encontramos elementos que também são transcendentais ao que a pessoa considera seu si mesmo.”

sofrimento, pois ela não autoriza a experiência, o que significa dizer que ela não permite o “engajamento” na realidade, o que assemelha o estado de suspensão ao que Flusser (2007) chama de *bodenlos*, falta de fundamento ou morar sem fundamento:

O termo “absurdo” significa originalmente “sem fundamento”, no sentido de “sem raízes”. Como é sem fundamento uma planta posta em vaso. Flores na mesa do jantar são exemplo de vida absurda. Se quisermos intuir tais flores, podemos sentir sua tendência de brotar raízes e fazê-las penetrar não importa que solo. A tendência das flores sem raiz é o clima da falta de fundamento (FLUSSER, 2007, p.19).

A região da dúvida não permite a experiência, visto que não dá acesso à significação das coisas. Desta forma ela é o “absurdo”, “sem fundamento” no sentido de “sem significado” ou “sem base razoável”, como adiante afirma Flusser (2007, p.19-20). A expressão “estado de suspensão” também se apoia em Flusser (2007, p.20): “a sensação de estar boiando é o clima da falta de fundamento”. A boia ou o fato de boiar também aludem à ideia de suspensão. A situação da falta de fundamento atingiu sobremaneira a Vilém Flusser. Dada a perseguição nazista, foi arrancado de sua realidade de vida em Praga, na República Tcheca, e imigrou para o Brasil em 1940:

Todos conhecemos o clima de falta de fundamento de experiência própria e, se o negarmos, é que conseguimos reprimi-lo (vitória duvidosa). Mas há os que se encontram na falta de fundamento, por assim dizer, objetivamente, seja porque foram arrancados da realidade por forças externas, seja porque abandonaram espontaneamente uma situação aparentemente real, mas por eles diagnosticada por fantasmagoria. Os que caíram, portanto, na falta de fundamento ou a escolheram, são tais que podem servir de laboratório para os outros. Existem mais intensamente, se “existir” for interpretado como “viver para fora” (FLUSSER, 2007, p.21-22).

A referência à semelhança entre o estado de suspensão e a falta de fundamento ou o morar sem fundamento se deve ao fato de que, em ambas as situações, observa-se o afastamento de uma situação aparentemente real. A vila é real, mas o deixa de ser quando se torna uma incógnita ou uma impossibilidade de perpetuação do si mesmo com o lugar, o rompimento com a tradição e até mesmo, em alguns casos, a perda da memória. O trato com a coisa pública é que configura tal situação de ilusão. Furnas é a coisa pública e não-ser, embora

reproduza a imagem de mãe, conforme se constitui na subjetividade dos vilenses que podemos destacar nos trechos abaixo:

E: A usina tinha uma atmosfera de proteção? Furnas era uma mãe?
 T¹⁴⁹: É, Furnas era.
 E: Você sentia uma espécie de protecionismo?
 T: Muito grande. Um protecionismo muito grande para os funcionários.

E: Furnas era uma mãe?
 F¹⁵⁰: Sim! Furnas era uma mãe!

Por outro lado está o falseamento de uma imagem sedutora, que é percebida e também recebe uma interpretação pelo sujeito através de outra figura de linguagem: “a madrasta”. No caso, de Souza, ele afirma que ela não é “mãe”, mas um tipo de patroa generosa; no entanto, a narrativa revela um paradoxo, visto que Souza também se atribui a qualidade de filho:

E: É uma mãe?
 S¹⁵¹: É normal, é uma mãe normal. Não considero Furnas mãe não. Mãezona não. Furnas é uma patroa, digamos, generosa. Patroa! Eu que fui grande filho para ela. Enquanto ela está produtiva ela quer você.

Aqui o cara tem estabilidade. Olha o outro lado. Queria que você fosse viajando comigo. Por outro lado, aí vem a história da mãe. Isso aqui não é mãe, isso aqui é uma madrasta. Ela não é mãe, ela é uma madrasta. (Sales)

Então, dada tal desilusão, vive-se para fora. A esse respeito, o “viver para fora” de Flusser (2007, p.22) estende-se aos vilenses que procuram uma conscientização sobre o futuro: o câmbio de uma realidade segura para uma incerta. Os que não entram nessa esfera da conscientização apegam-se, e continuam iludidos com o lugar, sem que ele lhes lance na incerteza futura. São tranquilamente embalados pela “mãe”, Furnas, o que implica em uma ligação afetuosa com a coisa pública, sem que haja quaisquer dúvidas sobre a reciprocidade de afeto. Também aos que se conscientizam, o vínculo é possível pelo afastamento, mas isso seria, nas palavras de Flusser (2007, p.21), uma vitória duvidosa, situação que resolve a negação da falta de fundamento. O ser, habitar e pertencer na vila varia de um intenso apego ao lugar onde tudo se justifica, funciona e faz sentido e tudo faz querer, e a incerteza. O querer, neste caso, implica na vontade, no que diz respeito à vontade com o lugar: a afeição

¹⁴⁹ T: Torres.

¹⁵⁰ F: Fortes.

¹⁵¹ S: Souza.

familiar ou o vínculo. Por outro lado, ela se revela inabitável porque apresenta um falseamento da realidade pelo impedimento da perpetuação dos vínculos no futuro. As expressões observadas, “Paraíso”, “Ilha da Fantasia”, “Bolha”, “Terra do Nunca”, assim como outras correlatas, acusam uma situação de falta de fundamento, qualidade do estado de suspensão. A dúvida em relação ao lugar é a porta que leva o sujeito a este estado. A expressão dúvida, neste caso, não se refere somente a uma indagação pontual e temporária, mas ela se relaciona a um estado que articula-se com a questão do ser, do habitar e do pertencer. Por outro lado, aos que dialogam com o lugar, não lhes resta outro caminho senão o de florescer com ele. A metáfora aponta para a naturalidade da vida do ser humano com o lugar, a comunhão, o encontro e o devir constituído pela experiência. Pelo contrário, o estado de suspensão vela a ausência do lugar e a vacância. Flusser (2007) diferencia essa questão apontando de um modo geral três tipos de vivências provocadas pelas culturas. A primeira, descrita abaixo, corresponde à cultura à qual se pertence por nascimento; nela, o lugar é uma narrativa para o si mesmo; por outro lado, pela brecha da dúvida, pode se entropir a falta de fundamento:

A cultura à qual a gente pertence por nascimento, que informa a gente desde “sempre” (e “sempre” pode significar tanto o despertar da consciência quanto camadas inconscientes muito anteriores) e informa o ambiente dentro do qual a gente vive, tal cultura é vivenciada como um “dado”. É ela um aspecto da determinação dentro da qual a gente foi lançada ao ter nascido, e um aspecto da liberdade que a gente dispõe para rebelar-se contra a determinação do ambiente. De modo que tal cultura é vivenciada *tout court* pela enorme maioria, e a descoberta de que se trata de uma entre várias culturas existentes (de certa forma todas disponíveis) é descoberta relativamente aos poucos. Com efeito, tal descoberta encerra o germe da falta de fundamento, porque permite uma visão externa da cultura à qual a gente pertence. Os verdadeiros enquadrados em sua cultura são porque nunca fizeram tal descoberta (FLUSSER, 2007, p.85-86).

Essa não-descoberta revela a *inocência com o lugar*, o que representa o vínculo. O lugar, do ponto de vista da inocência, não necessita ser descoberto, mas desvelado, visto que ele resolve o mistério. Assim, ele é sempre matéria de admiração, a exemplo do horizonte, que representa sempre um desvelar e não um descobrir. Por essa razão, tal inocência não corresponde à ignorância, mas o repouso do ser em relação ao lugar de vida, visto que, ao que tal expressão se refere, estão articuladas as questões da ontologia do sujeito com o lugar. Nisto, por exemplo, resolve a sabedoria pia dos velhos, construída ao longo da sucessão das experiências com o lugar. Neste caso, a realidade não desaparece, na expressão de Flusser (2007), mas aparece sob a forma de experiência.

Sem fundamento, também não há sofrimento. Neste sentido, sofrimento significa dizer, a partir de Safra (2006, p.24), que este estado não favorece ao sujeito a abertura necessária à “consciência da experiência da dor e do sofrimento, (...) a capacidade do ser humano de poder questionar-se sobre seu ser e projetar-se na existência”. Ao passo que ao transeunte, por exemplo, mesmo sem o elemento de fixação – a casa – lhe é possível tal abertura, se fizer do prolongamento de suas passadas, o seu *ethos*-morada:

A travessia pela vida é feita por uma linha estreita somente pela presença do outro que porta, historicamente, o atravessamento das questões da existência humana. Digo atravessamento porque, para essas questões, não há solução, só passagem (SAFRA, 2004, p.25).

Estando na fronteira, não é possível a travessia. Isso significa que ser e habitar o mundo só é possível por meio de uma ética com o lugar:

O percurso do indivíduo por meio das condições necessárias ao acontecer humano permite-lhe apropriar-se de uma ética, a ética do ser, que não é aprendida por regras de comportamento, mas emerge desse percurso (SAFRA, 2004, p.26).

Safra (2004) usa a palavra ética para denominar morada e pátria, discutindo elementos fundamentais que permitem ou não ao ser humano morar no mundo e entre os homens. Apesar do estado de suspensão ser uma experiência que se relaciona ao tempo e ao espaço, ou seja, tem qualidade ôntica, ele também é ontológico, pois o lugar possibilita ao homem a abertura do ser. Somente no lugar como narrativa, presente no *ethos*-morada, é possível enraizar-se no passado e projetar-se em direção ao futuro, o que representa, na visão de Safra (2006), o caminhar humano neste mundo. “Ter um projeto de vida é caminhar em direção ao futuro, possibilidade sintônica com outra faceta ontológica do ser humano que é ser *devir*¹⁵²” (SAFRA, 2006, p.26). O lugar como narrativa permite ao homem construir uma representação de si mesmo no mundo e nisto resolve a ontologia:

(...) todo conceito representacional que uma pessoa ou grupo de pessoas cria por meio do discurso e das imagens, procurando elaborar uma concepção sobre a origem de si e/ou do mundo. A ontologia emerge da decorrência fundamental do ser humano estar sempre aberto ao ser, ao mesmo tempo em que se encontra em meio aos acontecimentos desse mundo. Observamos que

¹⁵² Grifo do autor.

é parte da história humana, pessoal ou comunitária, criar uma concepção sobre a origem do ser e do mundo. A ontologia é uma construção que constitui uma rede que todos nós criamos para dar conta de nossa condição ontológica (SAFRA, 2006, p.28).

Não é possível viver em um lugar sem dele tomar parte, tal como citado anteriormente por Simone Weil. Todos se deixam afetar pela vila; exemplo disso é a manifestação nas narrativas orais da representação metafórica que fazem dela: paraíso. Por outro lado, a expressão “ilha da fantasia”, tão frequente nas narrativas, pressupõe a miragem, o ter e o não ter: a ilusão – aquilo que enche os olhos, mas que não se pode tocar, no caso, pegar para si: o apegar. O sujeito de maneira geral é afetado pelo lugar, mas alguns, em um esforço de se prevenir ao sofrimento da ruptura, se colocam, como demonstrado, na zona de tensão. Deste ponto em diante, constrói-se, com o lugar, uma história condicionada ao afastamento futuro. Posteriormente, tal sujeito, ainda que busque construir uma segunda via, será sempre marcado por um excedente de saudade, a nostalgia de um passado vivido como numa espécie de conto de fadas. Agora, o que lhe resta é encontrar um caminho e um novo lugar conveniente; entretanto, para muitos, este lugar será o lugar adaptado, não o lugar como narrativa; isto porque muitos vilenses procuraram se projetar em uma situação semelhante ao que foi. Mas o que foi nunca voltará a ser: a partir do rompimento, há uma nova história a ser escrita, e a dificuldade é encontrar sentido em um novo caminho ausente de seguranças. Deslocado no presente, entre uma região de ter e não ter, a dúvida sobressai como sujeito imperador do ser, habitar e pertencer com o lugar e fica-se na miragem de um paraíso.

7 Continuação do diário

Parti novamente em viagem para Angra, novamente com meus pais, meus filhos e meu marido. Desta vez, já um pouco cansada e imersa em tanta escrita sobre a vila, estava prevenida das suas seduções. Santiago, um amigo de infância se disponibilizou a tirar fotos do Daniel perto de onde moramos e nos encontrou no sábado de manhã na vila de Mambucaba, na amendoeira. Ele também foi morador da vila de Mambucaba e entre uma foto e outra, eu lhe contava sobre minha pesquisa. Sem pretensões, ele se tornou também um depoente. Santiago foi filho de funcionário e me contou que, havia cinco anos, no dia de entregar a chave da casa C em que morava, toda a família estava reunida: o pai, a mãe, o irmão e a cunhada. Fechando a porta pela última vez, sentaram no meio fio da calçada em frente e gravaram um vídeo de despedida da casa. Como que numa procissão, fizeram uma caminhada, derradeira, percorrendo o trajeto que faziam cotidianamente para a praia. E então, entregaram a chave, depois de trinta e três anos de amizade com a casa. Essa história me doeu. Foi como ouvir algo sobre um paciente em estado terminal: e se foi... Ou então, como a cena de um filme onde um filho que se despede do pai e, ao longe, acena, de um navio que parte para a guerra para não mais voltar. A chegada e a partida, o nascimento e a morte, certamente estão penetrados na dinâmica do habitar as vilas. E então, me contou que não pensou nem um minuto para dizer que sentia falta deste lugar, assim como seus pais: “meus pais pareciam visitantes na casa em que estavam em Paraty”. E destacou o aspecto estético da casa para onde se mudaram: “imagina, era condomínio, mas era uma casa geminada”. E completou que eles estão se sentindo um pouco melhores hoje porque estão em outra casa, segundo Santiago, mais parecida com a casa da vila. Da dimensão estética, vêm os aspectos existenciais com a casa. A casa, elemento material, tem seu aspecto imaterial e parece relacionar-se com o morador como um amigo. Então, justifica-se a expressão acima “amizade com a casa”. Assim, há o que conhecemos e o que não é reconhecido, representando uma

espécie de estranho. Existo com o lugar e fora dele não existe senão o “lá-fora”: lugar de estranhos que não reconheço e onde não sou reconhecida. E perguntou, como outros tantos, se não sinto saudade. Eu estava tão imersa no processo de pesquisa sobre a vila que me senti como que distante do lugar e suas seduções; assim, minha resposta foi evasiva. Tive de esquecê-lo; deste modo, foi possível prosseguir com outros horizontes de vida. Ficamos um dia inteiro debaixo da mesma amendoeira, como da outra vez, mas nesta, sentia que, intencionalmente, estava distanciada dela, do lugar e seus afetos. Evitei, portanto, a brecha existencial a todo custo. Este processo de aproximação e afastamento é penoso. Ou me aproximo e me apego ao lugar, ou me afasto e ele se torna estéril – dessa vez se tornou estéril. No entanto, nesta segunda visita, em que fui para tirar fotos para este trabalho, por mais que me apresentasse de forma simpática, havia intencionalmente uma espécie de frieza, para que me identificassem como pesquisadora, e não como moradora, pesquisadora-sujeito ou afetada pelo lugar. E somava-se a isto o peso do fato de ser constrangedor para mim o perambular naquele espaço para fazer fotografias. Mais constrangedora ainda era minha vontade de tirar fotos do interior da casa onde morei. O que fazer neste caso? Reservei um tempo, tomei coragem e visitei a famosa “Goiás, 15”, endereço da minha antiga casa. Senti-me muito incomodada por querer tirar fotos da casa que agora pertencia a outro morador. Aproximei-me e encarei, então, o receio de ser invasiva, e procurei apenas conversar com a dona da casa. Da conversa, talvez surgisse uma oportunidade de falar sobre a possibilidade das fotos. E surgiu. A moradora, muito simpática, disse que eu poderia ficar a vontade. No entanto, para mim, ainda que fosse tratada com muita gentileza, estava bastante constrangida. Entrei, depois de vinte anos, na sala de minha antiga casa, e, para minha surpresa, ela pareceu ter encolhido. Talvez minha percepção de espaço tenha se modificado, visto que minha sala atual é maior; talvez eu tenha crescido; talvez meu mundo atual seja maior. Aquela sala me pareceu uma caixinha de fósforos. E que graciosa caixinha de fósforos! O arco que mencionei

anteriormente foi o único pretexto que tive em mente para justificar a necessidade de tirar fotos da casa. Dessa forma, não entrei nos quartos. Isto eu pensei ser um constrangimento para a moradora, e com razão. Coloquei-me em seu lugar. A casa agora pertence a outro morador e os móveis contam isso. Mas observei cada canto material e cada qual trazia dimensões imateriais do lugar: os afetos presentes no ser, habitar e pertencer à casa. Então, até os tacos do chão discursaram sobre mim. Pelo seu brilho, lembrei-me da cera e da enceradeira que minha mãe usava, e como o chão encerado me trazia a sensação de conforto. Sob o arco, tínhamos uma mesa, e eu sempre gostava de sentar lá para estudar: era uma espécie de toca. De lá também me recordei daquele Natal em que fizemos a ceia às pressas porque meu pai tinha que pegar o ônibus para iniciar o turno da noite, como relatado anteriormente. A janela da sala também me pareceu ter encolhido e a extensão da garagem feita por essa moradora a escureceu. Esta janela, que tinha o tamanho do mundo, agora me pareceu humilhada por aquela garagem. Quando me levou até a varanda, passei pela árvore, outro ícone, do qual me lembro até da textura de suas cascas e folhas – quando eu era pequena, meu pai fez nela uma “casa da árvore”. Então cheguei à varanda. Gostaria de poder ter parado para contemplar cada canto, de ter entrado e permanecido por lá por um tempo, mas isto eu não me permiti fazer, em vista do respeito à privacidade da moradora. E disse a ela: esse quarto e essa varanda foram feitos por meu pai. E a moradora disse “isto já existia”. Então, disse que meu pai havia chegado em 1982 e que naquela época não era possível modificar a casa. Assim falei, à semelhança dos bandeirantes, como se eu tivesse descoberto tal casa e tivesse algum direito sobre ela. Recorri ao meu direito à história com o lugar. E este fato, apesar de pitoresco, eu o pude observar na fala de muitos dos meus amigos da vila, funcionários, esposas e filhos. Isto ainda hoje eu observo, especialmente nas redes sociais. Expressões atuais como: “olha, é a minha casa!”, “meu paraíso” e até mesmo ensaio de gestante feito em frente à antiga casa eu já o vi. Recentemente, algumas amigas publicaram fotos nas redes sociais andando juntas de

bicicleta na vila. Eram como as mesmas crianças que ali andaram há anos atrás. Do sorriso na foto se pôde perceber a inocência com o lugar. E passeavam na mesma rua em que moravam. Enfim, voltando à visita à minha antiga casa, a moradora então me perguntou se eu queria que ela abrisse as janelas, para ficar, a casa, bem apresentada na foto. Eu disse que sim. Mas, no fundo, depois refleti, nenhuma diferença isso fazia, visto que não pude ser eu a abrir essas janelas e fazer memória. Longe de representar o mausoléu do passado, está a narrativa do lugar para o si mesmo. Portanto, este processo passa ao largo da nostalgia. É o que é pela beleza do passado e da curiosa situação em que nos metemos, os vilenses. E por um instante, aquilo que deveria se constituir em história e memória, se torna uma espécie de ilusão, apenas um sonho.

Considerações finais

A história nos apresenta um curso de acontecimentos encadeados numa subsequência ininterrupta. A maestria dos fatos se dá em um devir que surpreende seus coadjuvantes ora com temor, ora com esperança. A nossa terra, outrora preenchida de mitos e do aroma selvagem da natureza, fora surpreendida por este desenrolar histórico – a conquista, por um lado, dos que chegam, e a invasão, pela perspectiva dos nativos. O espaço, *topos*, testemunha o movimento histórico da humanidade. Ele é palco donde se celebram as culturas. Cada grupo se estabelece no *topos* e funda um novo lugar. O lugar se define pela conjugação de sujeito e espaço. E então, formam-se as dimensões do lugar: física-estética, social, subjetiva e existencial. A região onde se encontram as vilas operárias da Usina Nuclear de Angra dos Reis já foi palco de indígenas, de comerciantes que escoavam a produção de café pelo mar, de caixaras e então, na contemporaneidade, de produção de energia nuclear. Da sucessão de gerações ou das custas de uns ou de outros, foi neste espaço constituído um novo lugar. As desapropriações foram uma dolorosa foice que desnudou o *topos* para a constituição de uma nova história. E chegaram os vilenses. E, de sua inocência com o lugar, este se tornou o lugar de vida. Nas vilas da usina há uma casa, um lugar ou a morada do ser. Lá, o sentido se dá nas dimensões do lugar: na cor e na forma de sua infraestrutura, na localização social e no sentimento de família e segurança. Mas há uma fratura de dimensão existencial. O lugar guarda um enigma: ele existe e ao mesmo tempo não existe; ele é e ao mesmo tempo não é; ele pertence e ao mesmo tempo não pertence. Este enigma produz um falseamento do lugar, o qual foi, neste trabalho, resolvido na expressão *estado de suspensão*. O lugar se apresenta como mãe, ofertando todas as características que conformariam um *ethos*; no entanto, a “mãe”, ao mesmo tempo, nega a maternidade. Sendo coisa pública, Furnas não tem senão um papel social que está longe de representar os afetos reais de uma mãe. Ela não é estéril, mas é uma mãe sedutora. O lugar, fundado a partir da sedução, produz uma ilusão da morada do ser. Então, da inocência com o lugar, vem a desilusão com o mesmo. E assim, os sujeitos procuram, ainda habitantes, esquecê-lo. Assim temos uma configuração do lugar: o lugar como esquecimento – da metáfora “ilha da fantasia” a tantas outras que são ícones da ilusão. Desta forma, o modo de ser, habitar e pertencer com o lugar fica condicionado a um movimento de aproximação e afastamento. Da aproximação, tem-se um certo apego ao lugar, o cultivo do ser no lugar: cuida-se da casa, tem-se um crachá e uma denominação social, unem-se amigos em celebração. É-se agraciado pelas benesses da empresa; a natureza está ao redor dos sujeitos: eles a contemplam e ela os acolhe. Do afastamento, tem-se a brecha

existencial: o vilense percebe que nada daquilo de fato lhe pertence; ele não pode apegar-se. Tudo figura-se como ilusão. A coisa pública torna-se madrasta e ele deverá devolver tudo ao qual se apegou: “isto aqui não me pertence; isto aqui não te pertence mais”. Uma espécie de ação de despejo começa durante a vida nas vilas por meio da brecha existencial: uma tomada de consciência da temporalidade das coisas. Este processo, subjetivo e existencial, concomitante à vida humana, aparece durante a vida nas vilas àqueles que, por uma forma ou outra, dela se aproximam pela desilusão. O lugar se torna lugar como esquecimento e, pelo afastamento, o sujeito encontra-se em estado de suspensão em relação ao lugar. Entre o “é” e o “não é”, são destituídos o gesto político e a subjetividade, ficando no prejuízo a dimensão existencial com o lugar. Então temos uma região de tensão e, futuramente, a vacância. A imagem da impossibilidade do contato com o lugar, o cerceamento ou encarceramento do gesto político e criativo, são duas qualidades contidas na ilusão. O lustre, mencionado anteriormente, estava guardado, reservado para outro lugar e iludido com a caixa. O lustre envelheceu e se quebrou, pela ação do tempo e pelo tropeço dos homens. Esta destituição é o elemento principal que resolve o sujeito no estado de suspensão em relação ao lugar.

Recorro ainda a uma recente experiência de vida que fiz durante esta pesquisa e que me auxiliou na reflexão do objeto desta pesquisa. Há quase um ano, tive a felicidade de me encontrar com o que não é estado de suspensão. Há um trecho de texto que havia suprimido deste trabalho por pensar ser ingenuidade de minha parte afirmar sobre um lugar que mal conheço. No entanto, em um colóquio com minha orientadora, percebi que não há nada mais válido do que alguém afirmar o que uma coisa não é, quando sabe o que é. Ou seja, tendo a experiência do que é viver em estado de suspensão, saberia identificar o que não é viver em estado de suspensão. E disto, tive a graça de experimentar em um lugar no alto na Serra da Mantiqueira. Recentemente compramos um pequeno sítio para ser o lar de minha família. Este lugar é desconcertante, tanto pela sua beleza, quanto pelos seus perigos e seus mistérios. Do primeiro, está a dimensão estética, que, pelo que percebi, reproduz algumas características da vila: o gramado e a sensação de liberdade, que tocam aspectos da dimensão existencial. A vista da cozinha forma uma espécie de horizonte de árvores de eucalipto e de mata nativa e fala, como o horizonte do mar também falava. Esta “fala” significa e reverbera um sentido profundo; como lar, comunica uma narrativa ao si mesmo. Neste caso, não narra a história de vida para mim, mas narra sobre o silêncio e a contemplação. Educa-me para uma novidade: um novo estilo de habitar, ser e pertencer com o lugar. Neste alto da Serra há poucos moradores, e os que lá vivem se tratam como os “da família”, o que também me recordou a

vila. Fomos como que apresentados ao lugar. E todos nos perguntaram de que família éramos. Então, contei sobre meu bisavô e avô, que moraram ali próximos. Temos também uma localização social. Do lado de meu sítio, há uma velha casa que foi doada para a Comunidade Sagrado Coração de Jesus. Lá, durante a celebração da Missa, realizada uma vez por mês, fomos apresentados na comunidade. Éramos os recém-chegados, os mais novos: a notícia daquele bairro rural. E que bonita foi toda essa celebração! Uma semana depois realizei lá a festa de um ano de meu segundo filho, o Daniel. Toda a comunidade foi convidada. Celebramos a Missa e logo depois foi servida uma deliciosa feijoada para todos. E para esta festa, também estavam presentes algumas pessoas do bairro vizinho. Este me pareceu ser um bairro irmão, como Praia Brava o era para Mambucaba, com exceção das rixas. Lá também há uma pequena igreja, construída em 1935. Algumas semanas antes tínhamos ido à Missa nesta capelinha, como “os novos moradores do bairro vizinho”: tínhamos uma identidade com o lugar, e éramos reconhecidos por ela. Foi nessa ocasião que convidei pessoas de lá para a festa de meu filho, e prontamente me emprestaram um fogão industrial. Levaram e instalaram com gratuidade. Do cuidado, a dimensão subjetiva do lugar. E poderia citar outros episódios... Alguns dias atrás, eu brincava com meu filho Rafael e seus tratores de brinquedo, em um filete de água que descia do sítio. Passou um vizinho com um saco de pinhão. E perguntei: “já é época de pinhão?” Ele me disse que estava começando e me apontou os lugares onde poderia pegar do chão. Mas, para minha surpresa, sem reservas, em seguida da informação, me deu cerca de 3 kg de pinhão que havia acabado de “catar”, como lá dizem. Como foi grande meu sentimento de gratidão pela atenção e gratuidade. Outro vizinho, para quem cedemos a utilização de um pequeno pasto dentro de nossa propriedade para seus cavalos, limpou toda a entrada para a chegada dos carros por ocasião do aniversário. Não muito tempo depois, vendo que o terreno estava cheio de pequenos brejos, este mesmo senhor pediu a seus camaradas que abrissem um caminho para estas águas e liberassem as manilhas entupidas. Que lindo caminho que formou aquilo que era o meu sonho: um córrego ao lado da casa. Há a troca de favores. Ele não foi ao aniversário, mas lembramos dele. Então, levamos feijoada para ele no bar que foi de seu pai ao lado da rodovia. Este bar também carrega muita história – existe há cinquenta anos e lá param tropas de burros, cavaleiros, motoqueiros, jipeiros e peregrinos que vão à pé ou à cavalo para “Aparecida do Norte”. Muito me orgulha que amarrem seus cavalos em minha porteira e mais ainda, que satisfação ver que a estrada rural para a travessia à Aparecida passa bem ao lado do sítio. Outro episódio foi quando chegou um homem de moto em nosso portão, nos convidando para rezar um terço em sua casa por um

jovem que havia caído do cavalo e cujo estado de saúde era grave. Infelizmente este jovem faleceu, mas ficou gravado em minha memória, todo o esforço do bairro para se fazer presente e ser família. Poderia ainda dizer muitas outras coisas, mas esta narrativa me pareceu pertinente e suficiente em representar o meu sossego na procura de caminhos: o lugar ou a morada do ser. Não há sequer algum ressentimento com o lugar: as pessoas pertencem ao lugar e o lugar lhes pertence. Refiro-me, não exclusivamente à propriedade privada, mas à ontologia com o lugar, o diálogo, a reciprocidade ou confiança que lhes permite o repouso em relação ao ser, habitar e pertencer o lugar de vida. Saída da vila, encontrei um lar, que me parecia estar completamente extinto na contemporaneidade: um lar no qual não se está suspenso. Mas há uma grande diferença em relação à vila: no alto da Serra há perigos. Lá, ao contrário da vila, não estou em uma bolha. Neste lugar há aranhas, tive de matar algumas, quase que em pânico – agora, já me acostumei. Há ainda possibilidade de encontrar outros bichos peçonhentos. Lá ando de botas de plástico, como muitos moradores. Também aprendi a pegar gravetos e palha de pinheiro para acender o fogão de lenha. E muito me alegrei em poder cozinhar neste fogão. Lá é frio o ano todo e chega até a gear; então, o fogão de lenha é o coração da casa, e também narra sobre o cuidado. A comida não esfria e a casa esquentada. É o carinho da mãe. Mas não estou fazendo referência aqui a uma bucólica ou utópica vida rural. A diferença aqui, entre este alto de Serra e Furnas, é que ela não é a coisa pública. Ela é coisa e é ser. Ela existe e posso dela me aproximar sem me afastar, então não há estado de suspensão neste alto de Serra. Muito pelo contrário. Há todas as dimensões para uma vivência integral com o lugar, pois o lugar é real e nele não há ilusão. E o que representa um lugar real? Ele é o lugar como narrativa e possui linhas e linhas para serem lidas no vértice de sua paisagem. Desta forma, para pensar um estado de suspensão em relação ao lugar, apoio-me numa abordagem ontológica, tendo em vista a referência de um *ethos*-morada, lugar de serenidade e confiança, e de uma relação dialógica entre sujeito e lugar, de forma que ele não se esgote em sentido. Recorro ao conceito de lugar como mãe. Da mãe, apelo para a confiança e para a relação segura entre mãe e filho. O lugar nutre o ser humano nas dimensões física-estética, social, subjetiva e existencial. O lugar se resolve no repouso. Recordo-me neste ponto de mais uma situação singular que ocorreu há uns meses atrás. Com a necessidade de mergulhar ainda mais neste alto de Serra que me acolheu feito mãe, propus a minha família de passarmos as férias de trinta dias por lá. Após cerca de vinte dias imersos nos ares deste lugar, meu filho Rafael, de 3 anos e meio, se manifestou. Um dia descíamos a fria serra de Mantiqueira em direção à Itajubá para uma visita aos meus pais. Ao passar pela zona urbana

de um pequeno povoado vizinho, era noite, e os focos de luz dos postes começaram a brilhar. Meu filho entendeu que era Itajubá e disse: mamãe, sabe como se chama isso aqui? Ao que repliquei: como? E ele respondeu: aqui se chama “nossa terra”. Certamente que fiquei impactada com sua resposta e deixei ecoar dentro de mim a curiosidade sobre seus significados. Recordei-me do apego ao lugar e dos afetos que ele promove, dentre eles a confiança. Ao voltar para o sítio, meu filho me perguntou: porque não podemos ficar em Itajubá? Embora, até hoje, um pouco contaminada pelo eco da saída da vila, não tenha repousado em Itajubá, vi, no meu filho uma outra história e um outro olhar sobre esta cidade. E, por um momento, senti-me feliz por ter lhe proporcionado o encontro com um lugar, que para ele ainda está em construção. Este lugar é real e plenamente dele. Este sossego se aproxima com o que Safra (2004) define como ética do ser, e a ética, neste caso é definida como morada e pátria. Este é um registro ontológico do morar: o lugar como um outro ou o lugar como presença. Este é o avesso da suspensão. Ainda compreendi que o lugar onde não há estado de suspensão não resolve a ausência de problemas humanos. No alto da Serra observei também alcoolismo e divergência entre vizinhos. No entanto, aquilo que corresponde aos aspectos existenciais com o lugar está preservado. Então, estamos nos referindo a uma realidade que não é simulada, por uma empresa, por exemplo, o que provoca este estado de suspensão. Mas é uma inter-relação entre o homem e o lugar onde ele está sozinho com o lugar e, se há interlocutores, eles se distribuem no tempo e no espaço como ancestralidade e costumes, como história e cultura. Aqui se resolve o mistério e a beleza, contidas no que os russos consideram por *mir*, segundo Safra (2004, p.29) com a definição: mundo, paz, aldeia. Não há senão a beleza do mistério no morar humano e este só se pode observar a partir do encontro e da presença do outro, donde não se está suspenso: o lugar como morada.

Referências

- BARTHÉLÉMY, A. **Conferência: Tempo e identidade: caminhar em direção a si próprio graças aos contos de fada - O pequeno Polegar e outros contos relidos à luz da obra de Paul Ricoeur**. Evento realizado em 14 de agosto de 2009 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=2214>>. Acesso em 4 de maio de 2018.
- BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. **A Energia Elétrica no Brasil. Da primeira lâmpada à Eletrobrás**. Coleção General Benício, v.154, publ. 474. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1977.
- BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo, Nobel, 1985.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- _____. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 14ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis** (2a ed., D. Mainardi, trad.). São Paulo, SP: Editora Schwarcz, 2002. (Trabalho original publicado em 1972. Título original: Le città invisibili).
- CAMPOS, M. **Cultura democrática e processos participativos em Angra dos Reis (1989 – 2000)**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- CARVALHO, L. S.; NOGUEIRA, M. T. **Memórias Alagadas: a construção da hidrelétrica de Furnas e a submersão da vida**. Monografia, bacharel em Ciências Sociais. Universidade Federal de Alfenas, 2012.
- COTRIM, J. R. **A História de Furnas**. Volume I. Das origens à fundação da empresa. Furnas Centrais Elétricas. Rio de Janeiro. 1994.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital Ltda., 2012.
- DOMINGUES, B. H. **Reinventar a roda: a política nuclear no Brasil entre 1964 e 1978**. Juiz de Fora: Coppe/UFRJ e EDUFJF, 1997.
- ELETROBRAS. **A Eletrobrás no espelho da história. 50 anos**. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, Rio de Janeiro, 2012.
- FLÜSSER, V. **Bodenlos. Uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume Editora, 2007.
- FURNAS. **Memória. Trinta anos de energia e desenvolvimento**. Coordenação da Comissão para Preservação da Memória – Furnas. Mauro Ivan Marketing Editorial. São Paulo, 1987.
- GUERRA, M. E. A. **Vilas operadoras de Furnas nas Bacias dos Rios Grande e Paraíba – da concepção à atualidade**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.
- LEITÃO L. **Onde coisas e homens se encontram. Cidade, arquitetura e subjetividade**. São Paulo, SP. Annablume, 2014.

LIPORONE, F. **Da hierarquização funcional à segregação do espaço urbano: uma análise da Vila Operadora de Estreito, SP.** 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, W. **Maceió é uma cidade mítica: o Mito da Origem em Nise da Silveira.** Revista Psicologia USP. Volume 18, nº 1. Saúde Mental e Desenvolvimento Humano. IPUSP – São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, R. S. F. **Do findar de uma carreira à velhice inativa: uma distância à percorrer ou o fim da linha.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, 2015.

PAZ, M. L.; ALVES, A. R.; REIS, T. L. **Um mergulho nas histórias do mar de Minas.** Estrela da Manhã Editora, Belo Horizonte, 2016.

PERROT, M. **História da vida privada 4 - da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

POZZER, C.; FERRÃO, A. **O Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas de 1975: o desafio da integração regional.** Revista Interações, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 871-887, out./dez. 2018.

RIBEIRO, J. R. **Meio ambiente, desenvolvimento e democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis.** Dissertação (Mestrado em Geografia – Ordenamento Territorial e Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2007.

RIBEIRO, S. M. P; BARTALINI, V. Considerações sobre a gravidade ética e política da paisagem e de suas transformações. In: S. M. P. Ribeiro, (Org.), **Ethos Humano e mundo contemporâneo** (pp. 43-74). Baracoa Editora. São Paulo, 2019.

RIBEIRO, S. M. P. Uma perspectiva para compressão do ethos humano. In: S. M. P. Ribeiro, (Org.), **Ethos Humano e mundo contemporâneo** (pp. 25-37). São Paulo: Baracoa Editora, 2019.

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação.** Lisboa: Edições 70, 2019.

_____. **Ser, Essência e Substância em Platão e Aristóteles.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2014.

SAFRA, G. **A pesquisa em Ciências Humanas: epistemologia e metodologia.** Aula 1: Os modos de conhecimento do ser humano. Curso completo em 9 aulas, ministrado na pós-graduação em Psicologia Clínica da USP no 2º semestre de 2006a. Série: A pesquisa na área de humanidades segundo Gilberto Safra. DVD. Edições Sobornost. São Paulo.

SAFRA, G. **Hermenêutica na situação clínica. O desvelar da singularidade pelo idioma pessoal.** Edições Sobornost. São Paulo, 2006b.

SAFRA, G. **A face estética do self. Teoria e Clínica.** Unimarco Editora; Editora Ideias e Letras. 6ª Edição. São Paulo, 2005.

SAFRA, G. **A Po-ética na clínica contemporânea.** Editora Ideias e Letras ; 4ª Edição. São Paulo, 2004.

SERRÃO, A. V. **Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual.** Enrahonar, Quaderns de Filosofia nº 53, p.15-28, 2014.

SILVA, G. O. **Angra I e a melancolia de uma era - um estudo social sobre a construção social do risco**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

SOUZA JUNIOR, H. A. **Responsabilidade social sob a ótica do assédio moral: o caso Furnas**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2003.

TEIXEIRA, A. S. **O futuro da energia nuclear**. REVISTA USP, São Paulo, n.76, p.34-43, dezembro/fevereiro 2007-2008. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13636/15454> > Acesso em 23 de abril de 2018.

WEIL, S. **O enraizamento**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2011.

WUNENBURGER, J. Da imaginação material à geopoética em Gaston Bachelard. In: RIBEIRO, S. M. P.; ARAÚJO, A. F. (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e Narratividade**. São Paulo: Zagodoni Editora Limitada, 2015.

Apêndice

Sobre as imagens do lugar

Esta sessão foi aberta a fim de acomodar as imagens complementares deste trabalho. O item “apêndice” procura atender a uma adequação acadêmico-formal. Ou seja, por se situar além das considerações finais e por se tratar de uma documentação preparada a partir do olhar do pesquisador-sujeito. Após idas e vindas com as imagens, retirando-as e colocando-as novamente no texto, compreendi que, neste caso, as imagens ora auxiliam, ora podem fazer um eclipse no texto em primeira voz. Por exemplo, se estou me referindo à “minha casa”, em minha memória há uma imagem clara, da casa em que morei. Esta imagem pode estar reservada a um espaço e tempo ou pode ser atemporal. Por exemplo: se digo: “meu pai plantou pés de feijão em torno da casa” e apresento a fotografia, esta pode ilustrar os pés de feijão. No entanto, posso dizer “as janelas de minha casa eram amarelas e grandes”, e as imagens não apresentarem a dimensão imaterial pela qual me refiro: da beleza e do conforto proporcionado por essas janelas. Essa é a dimensão atemporal pela qual a imagem pode eclipsar a visão do leitor, por lhe proporcionar outras informações que destoam do texto. Por exemplo, o leitor poderá se deter em uma flor embaixo da janela, ou no mofo da parede. Assim, o eclipse vem do fato de que a “minha casa”, inserida, pode apresentar uma situação que diverge da imagem presente em minha memória. Então, neste tópico, destaco algumas imagens com descrições próprias e outras para localizar o leitor no contexto de pesquisa. Os registros fotográficos referentes às visitas à Angra estão dispostos como em um álbum de família. Procurei, através da lente da câmera, captar as mesmas lentes do meu olhar. Isso significa que cada elemento busca capturar tanto informações relevantes ao trabalho, como dados de infraestrutura; outros que causavam desconforto, como placas de que limitam a circulação exclusiva aos moradores e algumas de dimensão imaterial que remetem a afetos do passado.

Sobre a visita à Angra

A imagem que segue procura evocar a dimensão imaterial da amendoeira. Desta forma, destaco um registro fotográfico de 1982, para que possa desenhar a história e a memória presentes nesta árvore.



Fotografia I – A árvore icônica I
Na amendoeira com meu avô (1982).
Fonte: arquivo pessoal

O contraponto é feito por um registro fotográfico que ilustra o capítulo “De volta a vila”, pelo qual reencontro a amendoeira; e a partir dela, são reconstruídas as imagens do si mesmo com o lugar, através da narrativa, que é contada a partir da árvore icônica. Para além de um objeto que conta a biografia, esta árvore traz em si uma dimensão estética e existencial com o lugar. O registro a seguir marca, simbolicamente, este encontro ou reencontro e tais dimensões desveladas no texto supracitado.



Fotografia II – A árvore icônica II
Na amendoeira com meus filhos Rafael e Daniel (2019).
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia III – Os bancos de areia frente ao mar
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia IV – O cair da tarde

Minha mãe procura conchinhas com o Rafael (em segundo plano) enquanto meu marido recolhe brinquedos.

Fonte: arquivo pessoal



Fotografia V – Na amendoeira com minha mãe (1982)

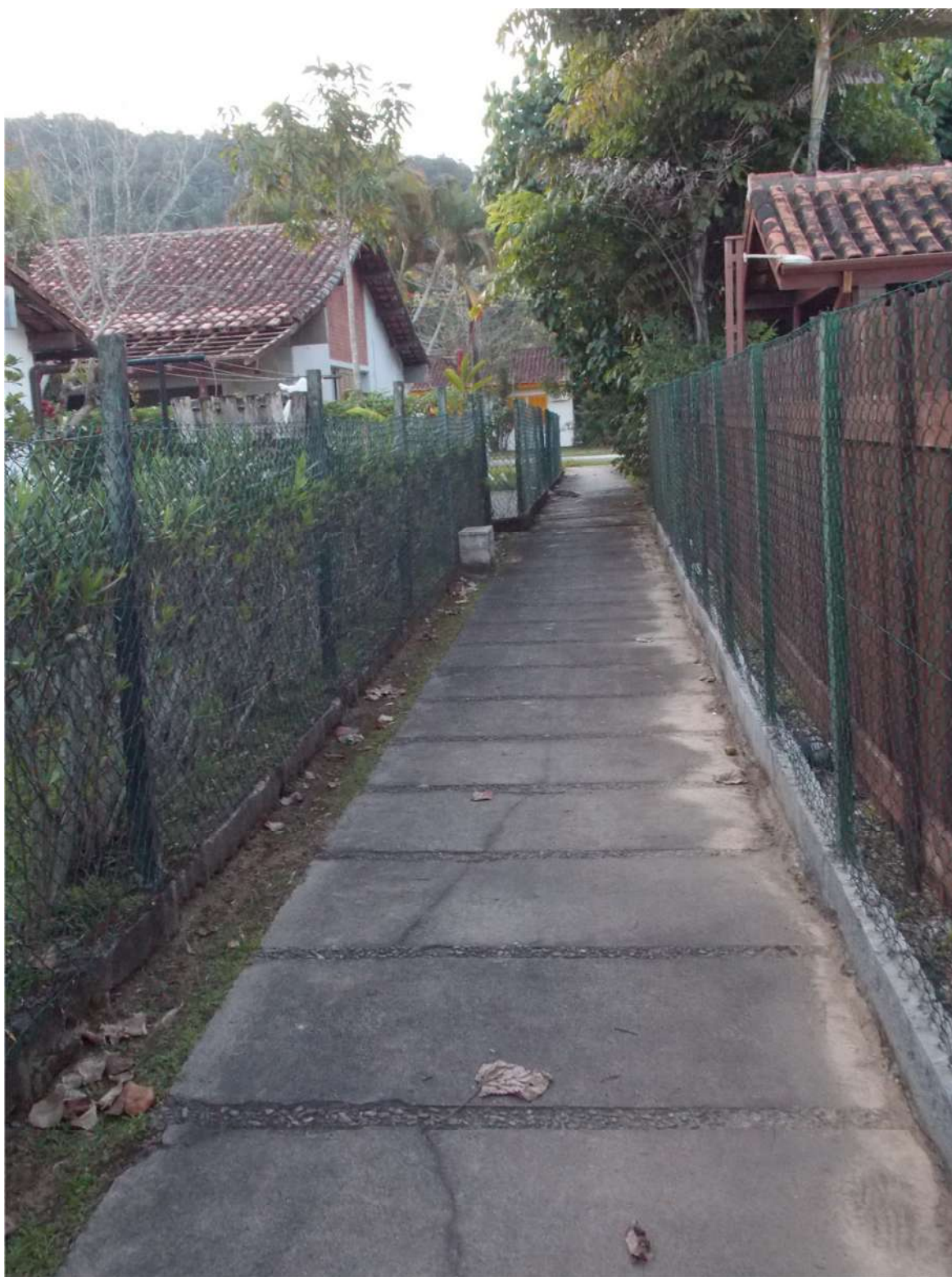
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia VI – Meu pai, o horizonte e o Daniel, que dorme
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia VII – Em frente à amendoeira: meu irmão e meu pai (1988)
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia VIII – O caminho para a casa
Fonte: arquivo pessoal



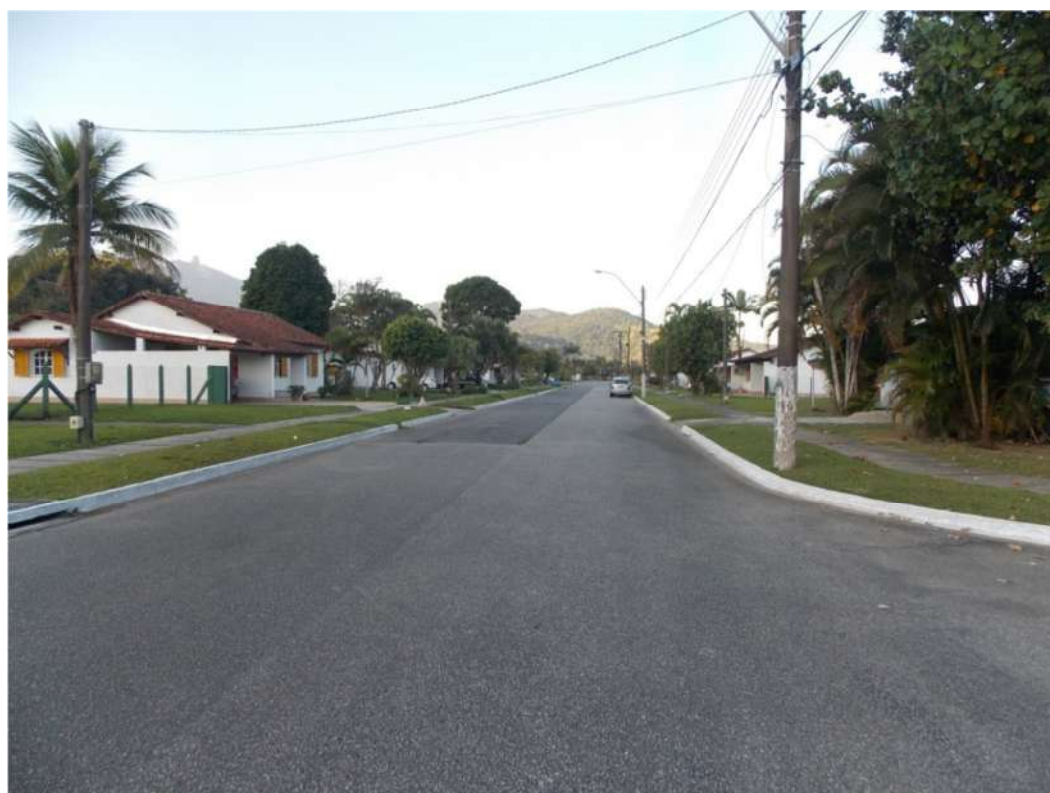
Fotografia IX – Rua Goiás, nº 15: minha antiga casa
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia X – Na janela de minha antiga casa (c.1998)
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XI – Sobre a ausência e o esquecimento I
Rua Goiás: olho à esquerda, não há ninguém.
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XII – Sobre a ausência e o esquecimento II
Rua Goiás: olho à direita, não há ninguém.
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XIII – Meu irmão em frente de casa (1990)
Destaque para as trepadeiras que deram privacidade à varanda.
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XIV – Rua Goiás, nº 15, em 1982, ano em que me mudei de Praia Brava para Mambucaba
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XV – Cerca viva em volta de minha casa onde também foram plantados feijões (1997)
Fonte: arquivo pessoal

Sobre a segunda visita à Angra



Fotografia XVI – Portaria da Vila Residencial de Mambucaba

Fonte: arquivo pessoal

Numa das colunas centrais da guarita está afixada uma placa que diz: “Atenção / Veículos cadastrados (letra preta, seta para a esquerda) / Demais veículos (letra vermelha, seta para a direita)”. O alargamento da rua na parte central da foto é a baía onde estacionamos o carro para identificação.



Fotografia XVII – O valão

Fonte: arquivo pessoal

Ao lado da portaria encontra-se o “valão”. Assustador, quando criança, parecia ter vida própria. Corajosos eram aqueles que sabiam descer ao valão para pegar alguma bola que porventura nele houvesse caído.



Fotografia XVIII – Gramado em frente à portaria
Fonte: arquivo pessoal

Neste gramado eram feitos a Árvore de Natal e o Presépio. Fora deste período era território exclusivo dos quero-queros. Não arriscávamos a brincar neste lugar sob o risco de sermos atacados pelos seus “proprietários”.



Fotografia XIX – Centro comercial próximo à primeira quadra
Fonte: arquivo pessoal

A loja de presentes “Pedacinho do Céu” (de toldo azul) existe há trinta anos, assim como o restaurante Palestrão (à esquerda) e o banco (à direita). Até meados da década de 1990, havia ainda um minimercado, uma peixaria, uma sapataria e a “Magazine”, que era uma loja de utilidades domésticas. Atrás desses estabelecimentos moravam seus respectivos donos, em casas do tipo D-2-A, exemplificada na Imagem 28 do anexo.



Fotografia XX – Centro de Treinamento de Mambucaba, onde meu pai fazia seus treinamentos e provas
Atrás deste está o Laboratório Ambiental.

Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XXI – Os flats

Fonte: arquivo pessoal

Os flats são a hospedagem onde ficam trabalhadores da operação, solteiros. Localizam-se no canto direito da vila, ao lado do Centro de Treinamento. Seguindo esta reta está a praia do Coqueiro. Hoje em dia, o acesso está limitado aos moradores. Aos visitantes que querem ir à praia, é reservada uma pequena quantidade de vagas para carros ao lado do Centro de Treinamento. O guarda, nesta ocasião, abriu a cancela para mim, depois de se comunicar, via rádio, com a segurança da portaria. Meu nome estava lá, autorizando minha entrada. Tive que ter uma localização social: “estudante da Universidade de São Paulo”. Então, neste momento, não era mais a “antiga moradora” ou a “amiga do lugar”, mas uma estranha.



Fotografia XXII – Praia do Coqueiro
Fonte: arquivo pessoal

Para minha surpresa, foi fechado o acesso à praia do Coqueiro pelo lado de dentro da vila. Esta praia era frequentada por nós, em geral nos domingos ensolarados. Era perfeita para crianças. Suas pedras faziam uma espécie de piscina rasa. Tive de fazer os registros considerando as grades. Poderia ter dado a volta, mas preferi manter esta limitação por representar um bloqueio da dimensão estética com impactos na dimensão subjetiva do lugar: agora ela é uma praia com apelo turístico e não mais uma praia da vila.



Fotografia XXIII – Lado direito da praia da vila conhecido como “Farofa”
Fonte: arquivo pessoal

É uma área mais frequentada por visitantes, conforme tratado na dimensão social.



Fotografia XXIV – Lado esquerdo da praia da vila
Fonte: arquivo pessoal

É a área frequentada pelos moradores da vila, que aparecem em pequenos números, mesmo nos fins de semana. A amendoeira é a árvore em primeiro plano na extremidade esquerda da foto, aproximadamente na altura da linha d'água.



Fotografia XXV – A Avenida Brasil
Fonte: arquivo pessoal

É onde se localizam as casas destinadas ao alto posto da hierarquia da empresa, beirando a orla da praia. Até seus famosos bloquetes auferem do status da função.



Fotografia XXVI – Primeira quadra
Fonte: arquivo pessoal

À esquerda, uma casa de Madeira do tipo A, na Avenida Brasil, primeira quadra. Ao fundo observa-se o Pico do Frade como presença imponente e imaterial, parte fundamental que completa a paisagem local. Observa-se alguns transeuntes de bicicleta; em geral, são visitantes vindos do Perequê.



Fotografia XXVII – vista da casa A, de madeira, na Avenida Brasil
Fonte: arquivo pessoal

A imagem procura evocar o benefício do alto-escalão da empresa a quem é reservado; abrindo-se a janela de frente da casa, tem-se o mar como paisagem.



Fotografia XXVIII – Uma das quadras de esportes da vila
Fonte: arquivo pessoal

Caminhando para o lado esquerdo inicia-se a segunda quadra, onde morei.



Fotografia XXIX – Calçada que beira toda a orla da praia da vila
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XXX – Primeiro prédio da escola Almirante Álvaro Alberto (EEAAA), onde estudei.
Fonte: arquivo pessoal

Esta escola trás à memória vivas lembranças da infância e cenas de diversos tipos que marcaram acontecimentos juntamente com meus colegas de escola, sejam eventos cívicos como o 7 de setembro, ou populares, como as festas juninas. Esta unidade contempla do jardim da infância ao ensino primário (conforme terminologia utilizada até o ano 2000).



Fotografia XXXI – Centro comercial entre a terceira e quarta quadras
Fonte: arquivo pessoal

Este centro era composto até meados da década de 1990 por uma loja de revelação de fotos, uma loja de roupas (“Loja do Bueno”) e a Yopa (sorveteria), muito frequentada pelos jovens. Ao fundo está o segundo prédio da EEAAA, que contempla do ginásio ao ensino médio.



Fotografia XXXII – Centro comercial entre a terceira e quarta quadras
Fonte: arquivo pessoal

A padaria e a farmácia até hoje existem; já o açougue e o mercadinho (à direita na imagem) não funcionam mais. Ao fundo está o primeiro prédio da EEAAA.



Fotografia XXXIII – Rua Goiás
Fonte: arquivo pessoal

Estava no carro com meu marido e meus filhos, mas preferi deixar o carro neste ponto e seguir a pé por esta calçada, que tantas vezes caminhei, seja para ir à escola, à padaria ou à casa de um amigo. Os materiais também comunicam uma trajetória: o cimento e as pedrinhas, da dimensão estética à dimensão existencial. Foi maravilhosa a sensação de conforto ao caminhar novamente por esta calçada.



Fotografia XXXIV – Passeando com meu irmão na calçada de pedrinhas (c.1988)
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XXXV – Em frente de casa, voltando da escola, com destaque para a calçada (c.1997)
Fonte: arquivo pessoal

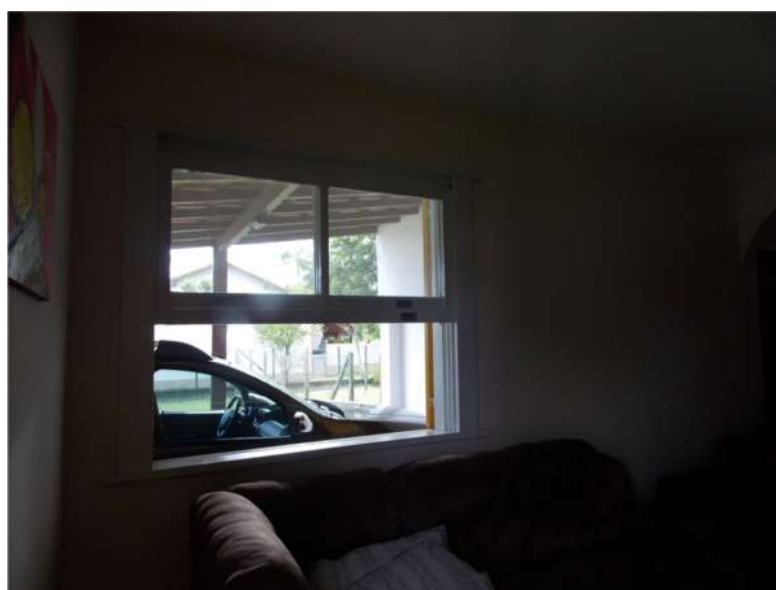


Fotografia XXXVI – O número 15
Fonte: arquivo pessoal

O que é o número da casa na vila senão identidade? Também o número da casa tem sua imaterialidade, é um sinal e um registro de pertencimento com a casa. Localiza, portanto, o sujeito no tempo e no espaço.



Fotografia XXXVII – A sala de casa e o arco
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XXXVIII – A janela humilhada pela extensão da garagem
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XXXIX – A árvore no quintal
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XL – Meu irmão e a árvore no quintal (c.1994)
Fonte: arquivo pessoal

Além da amendoeira, esta é outra árvore icônica, que representa a infância como a casa na árvore. Mas sua presença em si, como o pico do Frade, é parte constituinte do espaço que forma o lugar de vida. Ela não fala, mas comunica presença e acolhimento.



Fotografia XLI – O varal
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia XLII – A varanda de casa
Fonte: arquivo pessoal

Esta extensão e este quartinho (lado direito da foto) foram feitos por meu pai, dada a concessão da empresa para algumas modificações na casa. A janela fechada corresponde ao quarto que era de meu irmão. O varal, que não aparece nesta foto, está logo à direita da casa.

Anexo

Imagem 1 – Fotografia de infância
Fonte: arquivo pessoal
(retornar para a página 19)



Imagem 2 – Noronha (esq.) e Anton Rydland (dir. – engenheiro norueguês contratado como consultor pela Cemig), ao se depararem pela primeira vez com o excepcional sítio para um projeto hidrelétrico
Fonte: Cotrim (1994)
(retornar para a página 46)

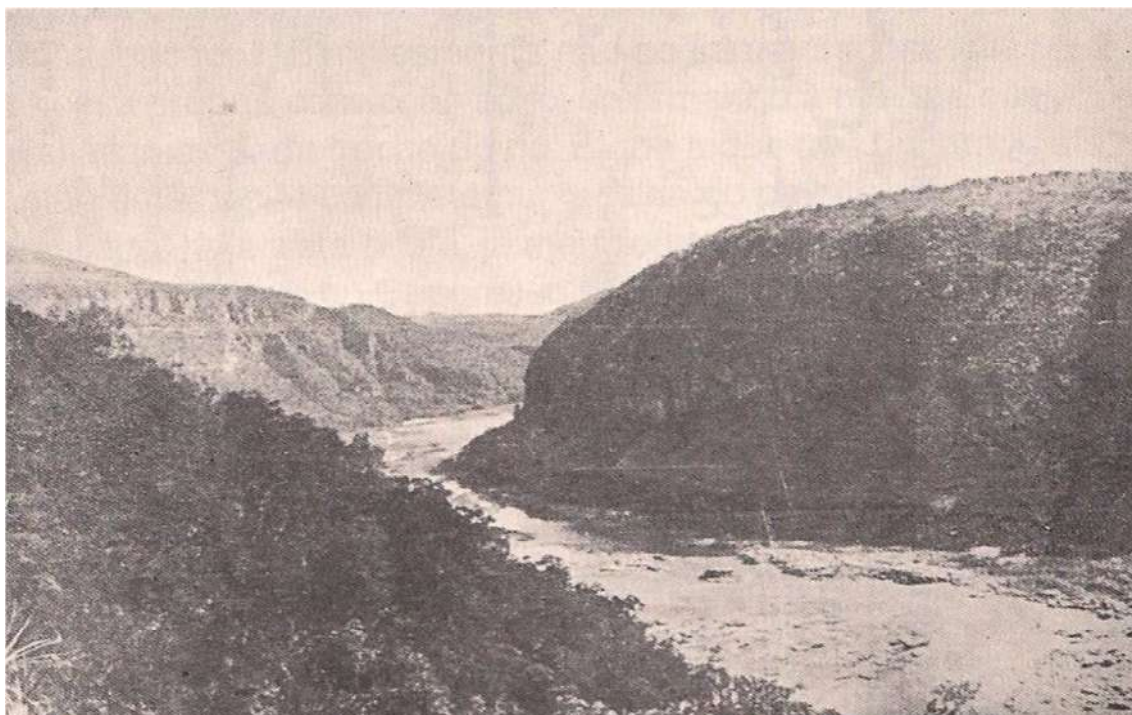


Imagem 3 – Vista do *canyon* do Rio Grande no local da barragem de Furnas
Fonte: Cotrim (1994)
(retornar para a página 46)



Imagem 4 – Morador preso no teto de sua casa por motivo da inundação de Guapé (MG)
Ocasião de subida das águas para a formação da represa e fundação da hidrelétrica de Furnas.
Fonte: Paz, Alves e Reis (2016)
(retornar para a página 51)



Imagem 5 – Águas de Furnas – início da inundação em Guapé (MG)
Fonte: Paz, Alves e Reis (2016)
(retornar para a página 51)



Imagem 6 – Família guapeense assistindo, desolada, à inundação
Fonte: Paz, Alves e Reis (2016)
(retornar para a página 51)



Imagem 7 – Parte do que passou a ser chamado de “Mar de Minas”
Vista da laje do Bar do Toinzinho, Distrito de Santo Hilário, Pimenta (MG).
Fonte: Paz, Alves e Reis (2016)
(retornar para a página 51)



Imagem 8 – Kubitschek (esq.) e os diretores de Furnas (a partir da esq.) Cotrim é o segundo da direita para a esquerda.

Fonte: Cotrim (1994)
(retornar para a página 52)



Imagem 9 – Reunião dos diretores de Furnas com o presidente Kubitschek
A partir da esq.: João Monteiro, Lopes, Kubitschek, Cotrim, Lyra e Dutra

Fonte: Cotrim (1994)
(retornar para a página 52)



Imagem 10 – “As dez mais” – casas dos engenheiros e funcionários de Furnas
Foram erguidas na cidade nova em Guapé (MG).

Fonte: Paz, Alves e Reis (2016)
(retornar para a página 53)



Imagem 11 – Praia de Itaorna antes da construção da CNAEA (1974)

Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 67)

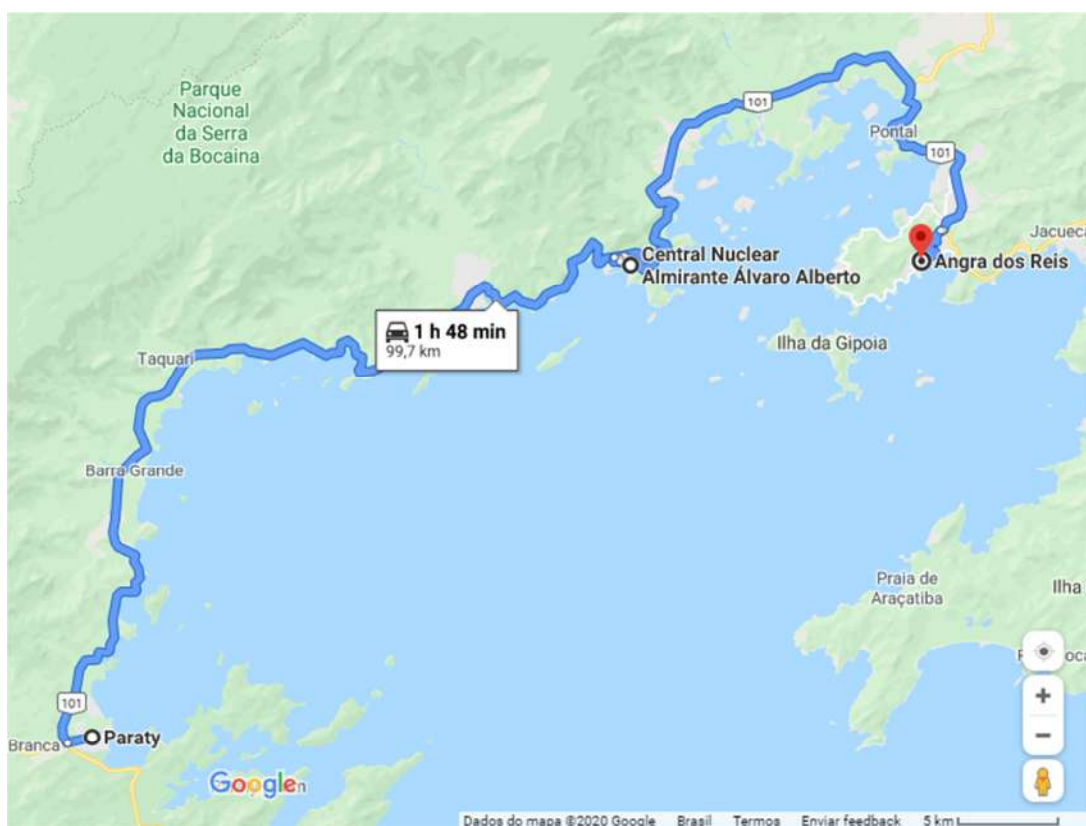


Imagem 12 – Mapa que ilustra a localização da CNAEA em relação às cidades de Angra dos Reis e Paraty, no litoral do estado do Rio de Janeiro

Fonte: Google Maps (2020)
(retornar para a página 67)

Desapropriados de Angra reclamam dos preços que Furnas atribui às terras

Niterói (Sucursal) — Os antigos proprietários na praia de Itaorna, Angra dos Reis, onde será instalada a primeira usina nuclear do Brasil, e que tiveram suas terras desapropriadas, estão reclamando contra o valor atribuído pela Centrais Elétricas de Furnas às suas propriedades, taxando-o de irrisório.

Um deles, o Sr. Osvaldo Loureiro, já entrou na Justiça Federal com um recurso contra o critério de avaliação usado por Furnas, entendendo que "a empresa está desapropriando extensas faixas marítimas, ao largo da Estrada Rio—Santos, mediante depósito ao seu livre arbítrio."

CLIMA DE DESCONFIANÇA

Na opinião do Sr. Osvaldo Loureiro, os preços atribuídos pela empresa para as desapropriações, "por serem irrisórios, acabarão por gerar um clima de desconfiança por parte dos investidores, que ficarão temerosos de aplicar capital numa região cujas terras são de valor acentuadamente barato."

Entende ele que a União deveria estender também às propriedades rurais, como as desapropriadas em Angra dos Reis, os critérios "de inovação e conscientização" introduzidos para os imóveis urbanos pelo Decreto-Lei 1 075, de janeiro deste ano.

ÁREA GRANDE

O total da área a ser desapropriada em Angra dos Reis é de cerca de 700 hectares, numa faixa que vai desde a praia das Pedras até o sacó de Piraquara de Fora. A distância do local onde será construída a usina nuclear até a cidade de Angra dos Reis, por terra, é de 50 quilômetros.

Segundo os desapropriados, as terras do Município de Angra dos Reis vêm sendo comercializadas a Cr\$ 2,50 o metro quadrado. Mas agora, a Centrais de Furnas está depositando pela desapropriação, Cr\$ 0,40.

POLUIÇÃO

Em Niterói, o plenário da Assembleia Legislativa ouvirá hoje as conclusões a que chegou a Comissão de Saúde, nos debates que promoveu no fim da última semana, sobre os problemas de poluição do ar e da água, em consequência da instalação em Angra dos Reis da primeira usina nuclear brasileira. O presidente da comissão, que criticava o local escolhido, deu-se por satisfeito com as explicações dadas por técnicos da Centrais Elétricas de Furnas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O relatório final da Comissão de Saúde da Assembleia fluminense será impresso e distribuído às autoridades e empresários. A comissão voltará a reunir-se no final deste mês, para examinar as implicações da Ponte Rio—Niterói na saúde pública.

Imagem 13 – Matéria do Jornal do Brasil de 06/10/1970 referente aos desapropriados de Angra dos Reis
Fonte: Ribeiro (2007, p.157)
(retornar para a página 69)



Imagem 14 – Construção da CNAEA – Angra 1 – Década de 1970 – vista I
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 71)



Imagem 15 – Construção da CNAEA – Angra 1 – Década de 1970 – vista II
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 71)

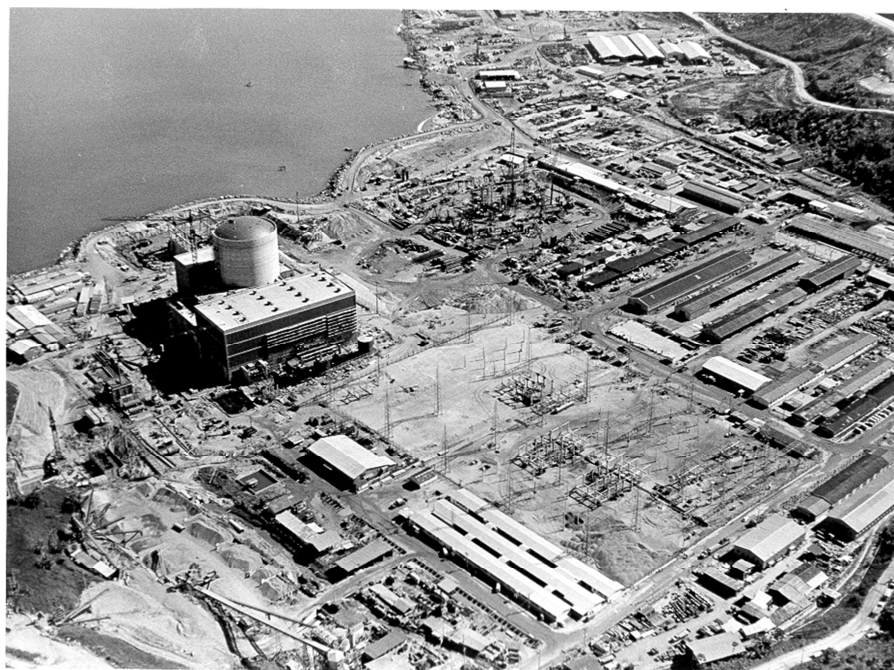


Imagem 16 – Construção da CNAAA – Angra 1 – Década de 1970 – vista III

Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 71)

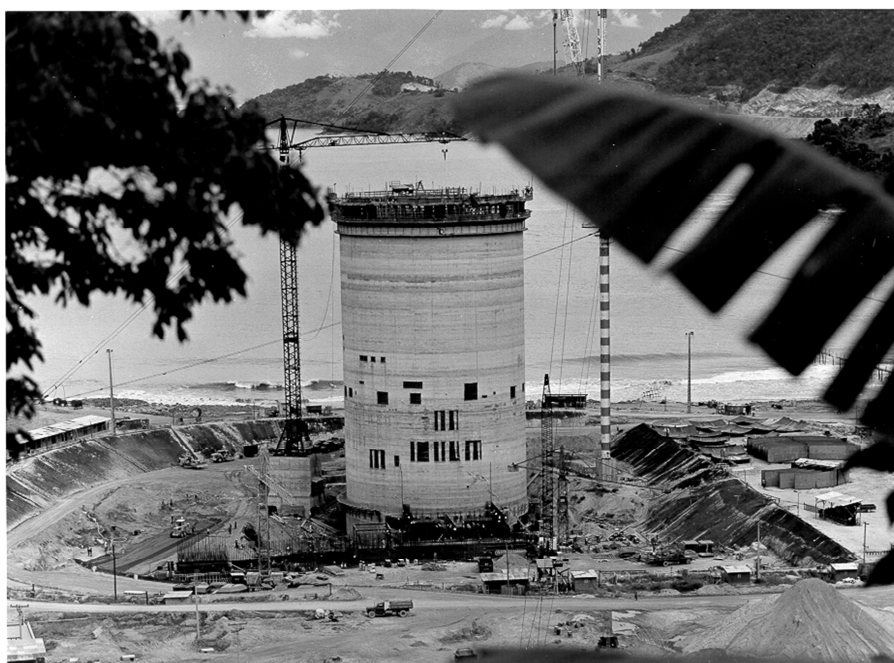


Imagem 17 – Prédio do reator de fissão nuclear de Angra 1 – Década de 1970

Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 71)



Imagem 18 – Mapa que apresenta a localização da CNAAA e outros centros urbanos relevantes

Fonte: Google Maps (2020)

(retornar para a página 83)

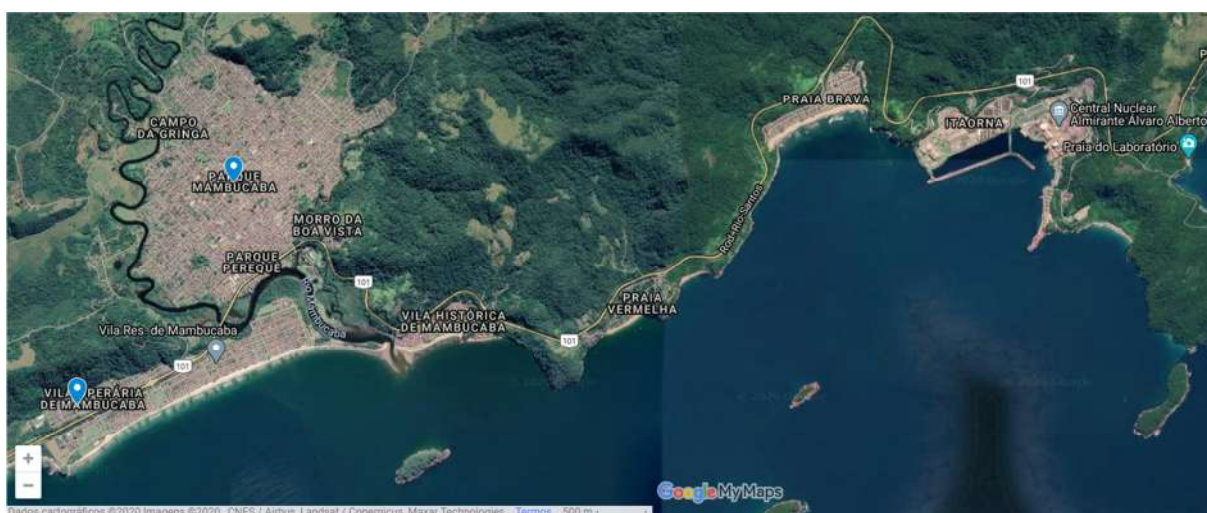


Imagem 19 – Mapa que apresenta as vilas residenciais de Mambucaba e Praia Brava

Inclui ainda as vilas operárias; o Perequê (que corresponde à área contígua sob os rótulos Parque Mambucaba, Parque Perequê, Campo da Gringa e Morro da Boa Vista); a Vila Histórica de Mambucaba e a CNAAA.

Fonte: Google Maps (2020)

(retornar para a página 83)



Imagem 21 – Vila Residencial de Mambucaba: as primeiras casas de madeira
No canto superior direito observa-se parte dos alojamentos para solteiros chamados pelo uso popular e local de
“vila operária”

Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 86)



Imagem 22 – Vila Residencial de Mambucaba: as primeiras casas de madeira
No canto superior esquerdo observa-se a vila Andrade Gutierrez e no canto superior direito a chamada “vila
operária” – década de 1970.

Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 86)



Imagem 23 – Vila Residencial de Mambucaba: construção das primeiras casas de madeira
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 86)



Imagem 24 – Vila Residencial de Mambucaba: as primeiras casas de madeira
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 86)



Imagem 25 – Imagem de casa do tipo T2 da Vila de Estreito
Ilustra a expressão “casas antigas”.

Fonte: Liporone (2007)
(retornar para a página 87)

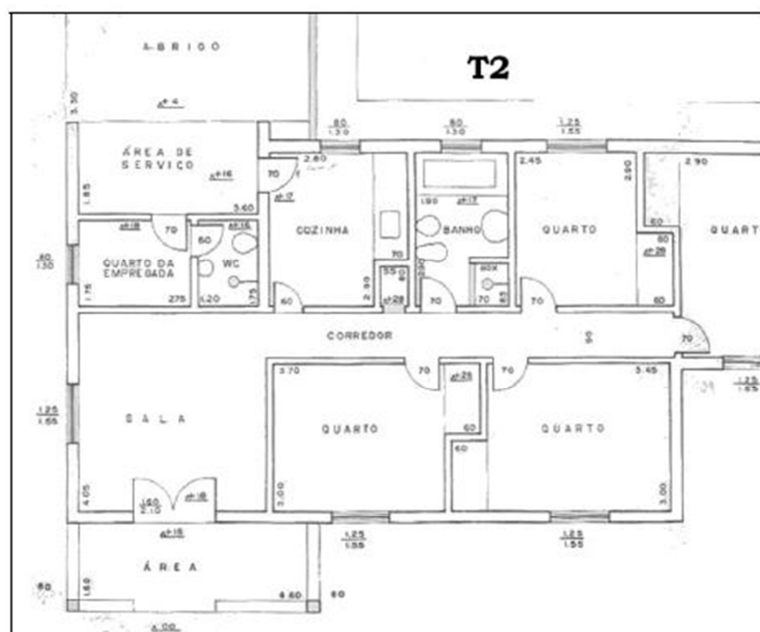
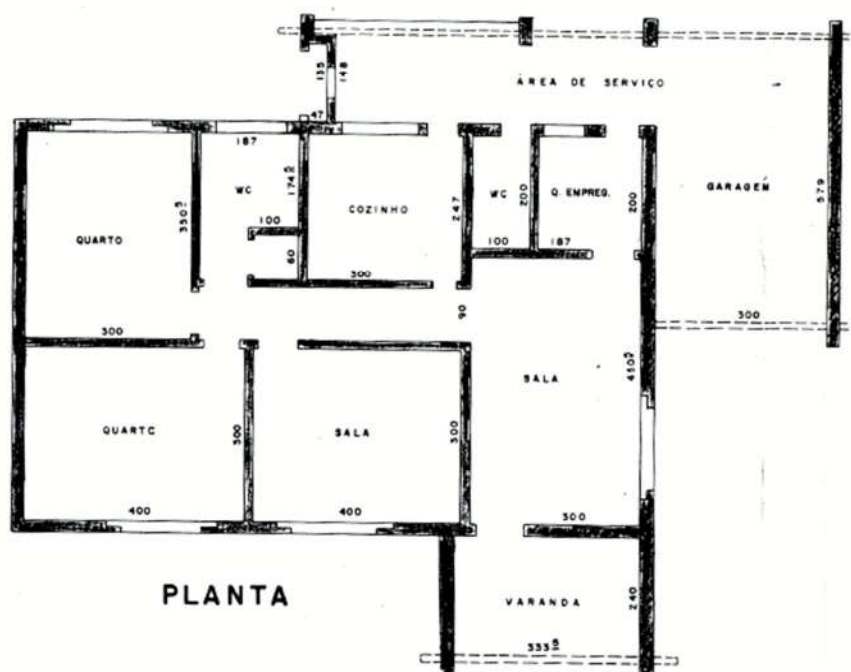


Imagem 26 – Planta baixa da residência do tipo T2 da Vila de Estreito

Fonte: Liporone (2007)
(retornar para a página 87 ou 114)



CASA TIPO "C" ALVENARIA (MAMBUCABA)

Imagem 27 – Planta baixa de residência do tipo C da Vila Residencial de Mambucaba

Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 87 ou 114)



Imagem 28 – Tipo de residência D-2-A – alvenaria com dois quartos, térrea
Vila Residencial de Mambucaba.

Fonte: arquivo pessoal
(retornar para a página 87 ou 92)



Imagem 29 – Tipo de residência D-2-A – alvenaria com dois quartos, térrea
Vila Residencial de Mambucaba.

Fonte: arquivo pessoal
(retornar para a página 87 ou 92)



Imagem 30 – Tipo de residência C-M – madeira com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem
Vila Residencial de Mambucaba.

Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 31 – Tipo de residência C-A – alvenaria com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem
Vila Residencial de Mambucaba.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 32 – Flats – pavimento térreo e superior, cozinha, quarto e banheiro
Vila Residencial de Mambucaba.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 33 – Tipo de residência B-M – madeira com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem
Vila Residencial de Mambucaba.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 34 – Tipo de residência B-A – alvenaria com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem
Vila Residencial de Mambucaba.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 35 – Tipo de residência A-M – madeira com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem, localizada na orla
Vila Residencial de Mambucaba.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 36 – Tipo de residência A-A – alvenaria com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem, localizada na orla
Vila Residencial de Mambucaba.
Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 37 – Tipo de residência D-2 – alvenaria com dois quartos e dois pavimentos
Vila Residencial de Praia Brava.

Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 38 – Tipo de residência D-3 – alvenaria com três quartos e dois pavimentos
Vila Residencial de Praia Brava.

Fonte: arquivo pessoal



Imagem 39 – Tipo de residência B-2 – alvenaria com dois quartos, quarto de empregada, dois pavimentos e com garagem
Vila Residencial de Praia Brava.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 40 – Tipo de residência B-3 – alvenaria com três quartos, quarto de empregada, dois pavimentos e com garagem
Vila Residencial de Praia Brava.
Fonte: arquivo pessoal



Imagem 41 – Tipo de residência A-3 – alvenaria com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem, localizada na orla
Vila Residencial de Praia Brava.

Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 42 – Tipo de residência E-2 – madeira com dois quartos, térrea
Vila Andrade Gutierrez (Consag).

Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 43 – Tipo de residência E-3 – madeira com três quartos, térrea
Vila Andrade Gutierrez (Consag).

Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 44 – Tipo de residência D – fibrocimento com três quartos, térrea com garagem
Vila Andrade Gutierrez (Consag).

Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear



Imagem 45 – Tipo de residência C – fibrocimento com três quartos, quarto de empregada, térrea com garagem
Vila Andrade Gutierrez (Consag).
Fonte: Manual Cessão de Casas – arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 87)



Imagem 46 – Construção da Vila Residencial de Praia Brava – Década de 1970
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 87)



Imagem 47 – Construção da Vila Residencial de Praia Brava – Década de 1970
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 87)



Imagem 48 – Vila Residencial de Praia Brava em fase de acabamento – Década de 1970
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 88)



Imagem 49 – Vila Residencial de Praia Brava em fase de acabamento – Década de 1970
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 88)



Imagem 50 – Construção da Vila Residencial de Mambucaba – Década de 1970
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 89)

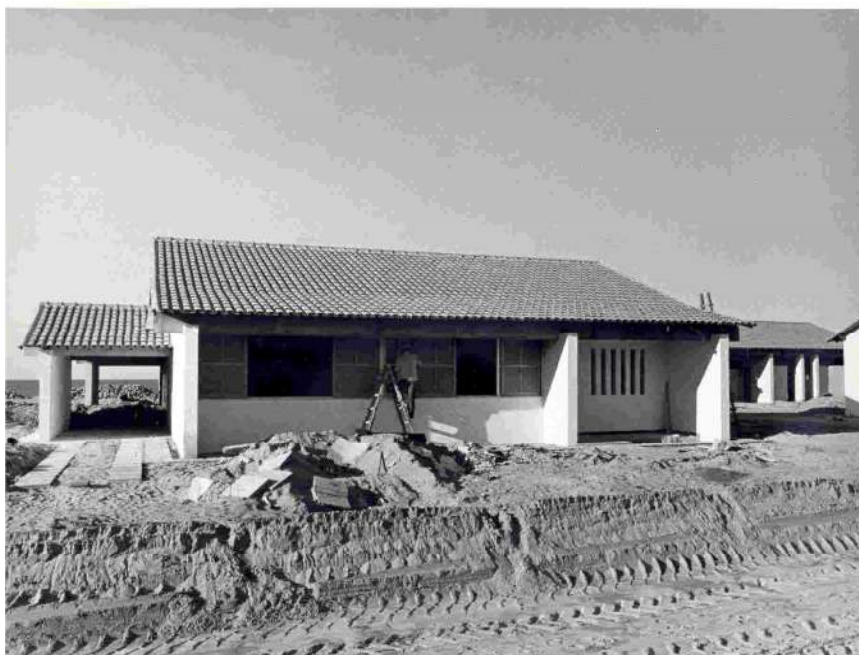


Imagem 51 – Construção da Vila Residencial de Mambucaba – Década de 1970
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 89)

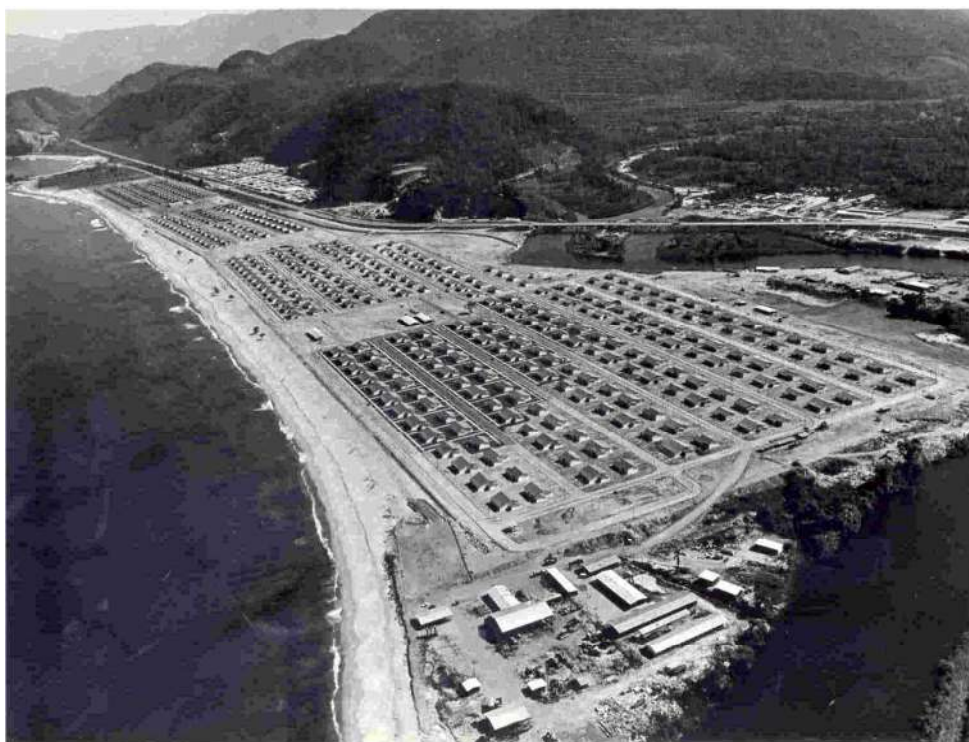


Imagem 52 – Vila Residencial de Mambucaba em fase de acabamento – Década de 1970
Vista da BR-101. No canto superior esquerdo, as vilas Andrade Gutierrez e a Vila Operária.
Fonte: arquivo Eletronuclear
(retornar para a página 89)



Imagem 53 – Vila Residencial de Mambucaba em fase de acabamento – Década de 1970
Na parte inferior, vista do Rio Perequê.

Fonte: arquivo Eletro nuclear
(retornar para a página 89)



Imagem 54 – Logotipo de Furnas
Fonte: Google Imagens
(retornar para a página 111)